UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS.

NEUSA PIVOTTO RODRIGUES

A REALIDADE SOCIAL E CULTURAL DAS MULHERES HAITIANAS EM PORTO VELHO

PORTO VELHO

2016

NEUSA PIVOTTO RODRIGUES

A REALIDADE SOCIAL E CULTURAL DAS MULHERES HAITIANAS EM PORTO VELHO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais daUniversidade Federal de Rondônia – UNIR, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História e Estudos Culturais.

Linha de Pesquisa: Culturalidades Amazônicas.

Orientadora: Professora Dra. Odete Burgeile.

PORTO VELHO-RO

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTODUARTE PIRES

R696r

Rodrigues, Neusa Pivotto

A realidade social e cultural das mulheres haitianas em Porto Velho.

Dissertação de Mestrado em História e Estudos Culturais. Universidade Federal de Rondônia. Núcleo de Ciências Humanas, 2016.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Odete Burgeile
Nº de p. 108

1 Migração. 2 Mulheres Haitianas. 3 Inserção. I. Burgeile, Odete. II Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III Titulo.

CDU 314.15(729.4:811.1)

Bibliotecário Responsável: Fernando da Silva Almeida CRB 11/965

NEUSA PIVOTTO RODRIGUES

A REALIDADE SOCIAL E CULTURALDAS MULHERES HAITIANAS EM PORTO VELHO

Aprovada em 14 de novembro de 2016.

Banca Examinadora:

Presidente: Professora Dra. Odete Burgeile

Membro Titular: Professora Dra. Odete Burgeile

Professora Dra. Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Membro Externo:Professora Dra. Klondy Lúcia de Oliveira Agra

PORTO VELHO

2016

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me guiado e iluminado meus caminhos, me dando forças para continuar, mesmo nos momentos mais difíceis.

A todos os meus professores do Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais.

À minha querida orientadora Professora Dra. Odete Burgeile, pela dedicação, pela atenção em me atender sempre que foi preciso, pelos ensinamentos e incentivo. A ela meu carinho especial.

Aos professores da banca de qualificação pelas observações e sugestões que foram de grande valia para a conclusão desta pesquisa.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse concluir esta pesquisa.

Às mulheres haitianas, minhas informantes, pela colaboração com as informações prestadas.

À CAPES, pela bolsa de estudos que contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa.

Dedico este trabalho à minha mãe Aracy M. Pivotto, às minhas filhas, às minhas netas e netos.

[...] queremos explorar os nossos próprios valores, conhecer nossos próprios valores, conhecer as nossas forças e experiência pessoal, cavar a nossa própria profundeza, as fontes eruptivas do humano universal, romper a mecânica identificação das raças, rasgar os superficiais valores, abarcar em nós o negro imediato, plantar a nossa negritude como uma bela árvore até que ela traga os frutos mais autênticos [...]

Negritude - Aimè Cesaire

RESUMO: A Realidade Social e Cultural das Mulheres Haitianas em Porto Velho foi o titulo escolhido para esta pesquisa, considerando que a partir de2011 Rondônia vinha se tornando um dos principais estados escolhidos por haitianos que buscavam uma vida melhor no Brasil. Realizamos leituras das pesquisas sobre o assunto, nas quais foi possível verificar que abordavam as migrações haitianas para o Brasil, o que ocasionou o desejo de direcionar esta pesquisa especificamente para a migração de mulheres haitianas. Assim, o objetivo desse trabalho foi fazer um estudo sobre a realidade social e cultural das mulheres haitianas em Porto Velho para refletirmos sobre os fatores que as fizeram sair de seu país de origem e as dificuldades encontradas pelas mesmas na nova sociedade. Diante disso, realizamos uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. O aporte teórico foi baseado nos conceitos de cultura e diversidade cultural (EAGLETON, 2005;CLANCLINI, 1999; BURKE, 2005; HALL, 2014, entre outros); hibridismo cultural, identidade e multiculturalismo (BURKE, 2003; CANCLINI,1997, 2013; HALL, 1999, 2003, 2006, 2014; CASTELLS,1999, entre outros); violência, gênero e preconceito racial (BOURDIEU, 2003, 2007; HALL, 2000, entre outros). Dentre os resultados encontrados ressaltamos que a maioria das nossas informantes pretende fixar residência em Porto Velho e já estão inseridas no mercado de trabalho, exercendo diversas funções. Elas pretendem fazer cursos profissionalizantes para melhorar de vida e buscar os filhos no Haiti. Estão inserindo hábitos alimentares brasileiros no seu cotidiano, porém ainda continuam com os do Haiti. Possuem um bom relacionamento com as mulheres haitianas e brasileiras e, apesar de terem tido dificuldades no aprendizado da língua portuguesa, estão melhorando cada dia mais. Constatamos que as mulheres haitianas estão conseguindo se adaptar à sociedade portovelhense, contribuindo para a hibridização e a construção de novas identidades, porém, sem relegarem a sua identidade de origem.

Palavras-chave: Migração. Mulheres Haitianas. Inserção Social.

ABSTRACT: The Social and Cultural Reality of Haitian Women in Porto Velho was the title chosen for this research, considering that from 2011 Rondônia was becoming one of the main states chosen by Haitians who sought a better life in Brazil. We carried out readings of the researches on the subject, in which it was possible to verify that they approached the Haitian migrations to Brazil, which caused the desire to direct this research specifically for the migration of Haitian women. Thus, the objective of this study was to verify the social and cultural reality of Haitian women in Porto Velho to reflect on the factors that led them to leave their country of origin and the difficulties they encountered in the new society. Therefore, we conducted a descriptive research with a qualitative approach. The theoretical contribution was based on the concepts of culture and cultural diversity (EAGLETON, 2005, CLANCLINI, 1999, BURKE, 2005, HALL, 2014, among others); Cultural hybridity, identity and multiculturalism (BURKE, 2003, CANCLINI, 1997, 2013, HALL, 1999, 2003, 2006, 2014, CASTELLS, 1999, among others); violence, gender and racial prejudice (BOURDIEU, 2003, 2007, HALL, 2000, among others). Among the results we found that most of our informants intend to settle in Porto Velho and are already inserted in the labor market, performing several functions. They intend to take vocational courses to improve their lives and bring their children from Haiti. They are inserting Brazilian dietary habits in their daily lives, but they are still with those of Haiti. They have a good relationship with Haitian and Brazilian women and, despite having difficulties in learning the Portuguese language, they are getting better every day. We find out that Haitian women are able to adapt to the portovelhense society contributing to the hybridization and construction of new identities, but without relegating their identity of origin.

Keywords: Migration. Haitian women.Social Insertion.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Faixa etária..... 76

Gráfico 2 Estado civil..... 76

Gráfico 3 Grau de instrução..... 77

Gráfico 4 Religião..... 78

Gráfico 5 Que igreja frequenta..... 78

Gráfico 6 Como você se comunica com a família que mora no Haiti..... 83

Gráfico 7 Você pretende ficar em Porto Velho, ou pensa em voltar para o Haiti..... 88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 11

SEÇÃO I METODOLOGIA..... 15

1.1 Tipos de pesquisa..... 15

1.2 Coleta de Dados..... 17

1.3 O caminho da análise de dados..... 17

SEÇÃO 2 ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS..... 19

2.1 Os Estudos Culturais e as concepções de cultura e diversidade cultural.. 19

2.2 Hibridismo cultural, identidade e multiculturalismo..... 27

2.3 Violência, gênero e preconceito racial..... 37

SEÇÃO 3 BRASIL: UMA HISTÓRIA MARCADA POR CICLOS MIGRATÓRIOS..... 53

3.1O processo migratório para Rondônia..... 55

3.2 Contextualizando o Haiti e Porto Velho..... 60

Seção 4 AS MOTIVAÇÕES E DESAFIOS DAS MULHERES QUE MIGRAM.. 67

4.1 A composição das famílias transnacionais..... 72

4.2 A inserção das mulheres haitianas no mercado de trabalho..... 72

SEÇÃO 5 ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA..... 77

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 93

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS..... 95

APÊNDICE 1 QUESTIONÁRIO..... 105

APÊNDICE2 TERMO DE CONSENTIMENTO..... 108

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, abordaremos o fenômeno da migração, que ocorre desde o início da humanidade, impulsionado por fatores econômicos, políticos e culturais. No nosso caso, trataremos especificamente da migração de mulheres haitianas para a capital do estado de Rondônia.

O Haiti, país mais pobre da América do Sul, além de ter sua história marcada pela instabilidade política, pela economia fragilizada e pelo absurdo número de pobreza, teve um agravamento desse quadro por ter sido palco de tragédias naturais, como o terremoto ocorrido em 2010. Esses fatores podem ter sido determinantes para o grande fluxo migratório de seus habitantes, na luta pela sobrevivência, em busca de melhores condições de vida.

As disciplinas de Estudos culturais, em conjunto com as disciplinas do Mestrado em História e Estudos Culturais, despertaram nosso interesse acadêmico para esse fluxo migratório dos haitianos para o Brasil, mais especificamente para o Estado de Rondônia.

O Estado de Rondônia tem sido o destino de muitos migrantes desde o período da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, perpassando os ciclos econômicos, a colonização, na década de 70, e atualmente com a chegada de um número considerável de haitianos. Desde 2011, Rondônia vem se tornando um dos principais estados escolhidos por haitianos que buscam uma vida melhor no Brasil, despertando o interesse de vários pesquisadores da região.

Nesse contexto, vários estudos veem sendo publicados pelos pesquisadores da região. Realizamos leituras dessas pesquisas sobre o assunto, tais como: *Novas Fronteiras*: um olhar sobre a imigração haitiana para o Brasil (ALCÂNTARA, 2014), que faz uma análise sobre o processo migratório dos haitianos para o Brasil; *Migrações Femininas Contemporâneas* (DUTRA, 2013) na qual a autora propõe uma reflexão sobre as migrações femininas contemporâneas tomando como base as migrantes femininas pobres; *A aquisição da língua portuguesa por imigrantes haitianos (*MARTINS, 2013) cuja autora faz um estudo sobre a aquisição da língua portuguesa pelos haitianos;*Imigrantes haitianos:* da dinâmica de saída à dinâmica de entrada (SANTOS, 2014) em que o autor faz um estudo sobre os imigrantes

haitianos envolvidos nas dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização; BONDYE BEM OU: Lugaridades com Haitianos Evangélicos (PEREIRA, 2016) no qual a autora faz um estudo sobre as experiências religiosas evangélicas dos haitianos no contexto migratório; o livro de Marcia Oliveira - Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea (2016)- versa sobre o processo migratório na Amazônia Contemporânea.

Assim, nas leituras mencionadas foi possível verificar que o foco são as migrações haitianas para o Brasil, o que ocasionou o desejo de direcionar esta pesquisa para a migração de mulheres haitianas para Porto Velho, tendo em vista a cultura haitiana centrada no homem como mantenedor da família e a sociedade brasileira ainda bastante preconceituosa quanto ao gênero feminino, decidimos pesquisar as migrantes haitianas e refletirmos nas especificidades dos fatores que as fizeram sair de seu país de origem e nas dificuldades encontradas pelas mesmas na nova sociedade onde procuram se inserir. Assim, no tocante às migrações haitianas, este trabalho faz um estudo sobre a realidade social e cultural das mulheres haitianas em Porto Velho.

Esta pesquisa se justifica, considerando que a presença de mulheres que migram vem apresentando resultados cada vez maiores conforme pesquisas de Fernandes e Castro (2014), embasados em dados do Ministério do Trabalho e Emprego, do Conselho Nacional de Imigração e do Ministério de Relações Exteriores, a migração feminina para o Brasil vem aumentando. No período de 2011 a 2012, passou de 123 para 843, o que representa um quinto dos migrantes haitianos. Os mesmos autores demonstram que o número de vistos concedidos às mulheres haitianas entre 2013 e 2014, no Brasil, passou de 423 para 689. Os pesquisadores mostram que no mesmo período, a migração masculina variou de 961 para 1691. Acrescentamos ainda o fato de serem oriundas de um país, cuja sociedade tem o homem como principal provedor na família.

Assim, mesmo o número de imigrantes homens sendo maior, o crescimento de mulheres migrantes desperta interesse a fim de se verificar os fatores que contribuíram para a migração, bem como o que as mantém distante de seus familiares e a diferença entre os fatores que levam homens e mulheres ao ato de migrar.

Não se pode, ainda, deixar de considerar que a migração, em especial para Porto Velho, foi e continua sendo um fato atípico, pois, geralmente buscam grandes centros onde há maior potencialidade de emprego. Entretanto, Porto Velho tornou-se palco desse grupo de migrantes (ambos os sexos), impulsionado pelos canteiros de obras das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

Os dados apresentados pelos pesquisadores e os desafios que certamente surgiriam no decorrer desta pesquisa, bem como a percepção de que as mulheres haitianas provêm de uma sociedade de cultura machista levaram-nos à escolha do tema, pois compreendemos que uma análise sob esse enfoque trará contribuições no sentido de um novo olhar a respeito dessas imigrantes. Acreditamos ainda que este trabalho possa ser de interesse da academia, considerando que aborda as tensões sociais atuais como migração, gênero, violência e preconceito, através do levantamento da realidade social e cultural da mulher haitiana apresentando seus conflitos e desafios.

Para tentar atingir esse objetivo, relacionamos estudiosos da sociologia e da área de História e Estudos Culturais utilizando os conceitos de cultura e diversidade cultural (HOGGART, 1973; CANCLINI, 1999; BURKE, 2005; HALL, 2014, entre outros); hibridismo cultural, identidade e multiculturalismo (BHABHA, 1998; BURKE, 2003; CANCLINI, 1997, 2013; HALL, 1999, 2003, 2006, 2014; CASTELLS, 1999, entre outros); violência Gênero e preconceito racial (HALL, 2000; BOURDIEU, 2007, 2003) entre outros.

Diante disso, realizamos uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, baseada em levantamentos de dados, mediante questionário com 28 perguntas, as quais foram divididas em quatro grupos. No grupo I, por meio de quatro questões, verificamos o perfil das mulheres haitianas entrevistadas. O grupo II refere-se a questões de pertencimento e foi composto por oito questões. O grupo III comporta treze questões sobre a inclusão na comunidade e cotidiano, e o grupo IV versa sobre questões de gênero, preconceito racial e violência, sendo que neste grupo foram utilizadas quatro questões.

Este trabalho foi dividido em cinco seções.

Na primeira seção, apresentamos a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, tipos de pesquisa, coleta de dados e análise dos resultados.

Na sequência, abordamos as concepções de cultura e diversidade cultural, bem como os Estudos Culturais, enfatizando sua importância na contemporaneidade, com destaque para seus fundadores. A seguir, tratamos sobre hibridismo cultural, identidade e multiculturalismo, e também violência, gênero e preconceito racial, e enfocamos os processos migratórios para o Brasil e Rondônia. Além disso, contextualizamos o Haiti e Porto Velho e a seguir abordamos temas relacionados às motivações e os desafios das mulheres que migram. A quinta seção apresenta a análise e os resultados da pesquisa.

SEÇÃO 1 METODOLOGIA

A pesquisa de campo por meio de questionários foi a opção escolhida, e se deu pela necessidade de investigarmos as experiências migratórias das mulheres haitianas, em Porto Velho.

Gil (1995, p. 113) enfatiza que, como forma de coletar dados, o questionário é bastante adequado para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem, desejam ou pretendem fazer, ou fazem. Contudo, Oliveira (2000, p. 324), alerta que é um desafio aplicar o método de questionário entre idiomas culturais diferentes, para que se possa construir um encontro etnográfico. Porém, é viável, desde que o pesquisador tenha habilidade de ouvir o nativo e por ele ser ouvido, encetando um diálogo entre iguais, sem receio de estar, assim, contaminando o discurso do nativo com seu próprio discurso.

Assim, considerando adequação e a viabilidade apontadas por Gil e Oliveira respectivamente, buscamos entender, por meio dos questionários, os símbolos e os significados do processo migratório das mulheres haitianas para Porto Velho.

1.1Tipos de Pesquisa.

A presente pesquisa se caracteriza como sendo descritiva. Quanto à abordagem, é qualitativa e tem como finalidade a análise descritiva dos resultados.

Segundo Gil (2002, p. 132), o objetivo das pesquisas descritivas é descrever uma população ou fenômeno escolhido, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais expressivas aparece no uso de técnicas padronizadas da coleta de dados.

Diferentemente do autor anteriormente citado, Castro (1976) considera que a pesquisa descritiva mostra apenas o cenário de uma situação traduzida em números e que a natureza da relação entre variáveis é feita na pesquisa explicativa. Conforme Castro (1976, p.66), quando se afirma que uma pesquisa é descritiva, se está querendo dizer que ela se reduz a uma descrição sem misturas e simples de

cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua fusão ou comunicação com as restantes sejam investigadas.

A pesquisa qualitativa é compreendida, por alguns autores, como uma “demonstração geral”. Isso significa, por um lado, que ela compreende atividades de pesquisa que podem ser consideradas específicas.

Para Trivinos (1987),

> [...] uma espécie de representatividade do grupo dos sujeitos que participarão. Porém, tempo não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade que sejam decide intencionalmente, considerando vários fatores (sujeitos que sejam fundamentais, segundo a visão do pesquisador, para a elucidação do tema abordado; facilidade para encontrar as pessoas; tempo da pessoa para as entrevistas, etc.). (TRIVIÑOS, 1987, p. 132).

Para Gil (2002, p. 120), o uso dessa abordagem possibilita o aperfeiçoamento da exploração dos assuntos relacionada ao fenômeno estudado e das suas relações,valorizando ao máximo o contato direto com a situação estudada, procurando-se o que era comum, mas conservando, contudo, aberta para compreender a individualidade e os significados múltiplos.

Dessa forma, na elaboração deste trabalho realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e documental, baseada em levantamento de dados sobre a participação das mulheres migrantes haitianas no cotidiano de Porto Velho.

Primeiramente, foi feito o levantamento do acervo bibliográfico; as leituras que darão início aos principais pontos da pesquisa, tais como, conceitos, obras que abordam o tema e seus respectivos autores; encontros grupais periódicos para familiarização do acervo bibliográfico, que vão desde as principais obras até artigos científicos; elaboração de textos, relatórios, artigos e outros documentários pertinentes ao tema proposto.

A pesquisa bibliográfica, considerada uma fonte de dados secundária, pode ser entendida como resultados culturais ou científicos efetuados no passado sobre determinado assunto, tema ou problema que possa ser estudado. (LAKATOS & MARCONI, 2001).

Segundo Lakatos e Marconi (2001, p. 183), a pesquisa bibliográfica:

> [...] refere-se a toda bibliografia já publicada relacionada ao assunto estudado, desde livros, boletins, jornais, publicações avulsas, revistas, pesquisas, teses, monografias, mapas, etc. [...] e seu objetivo é levar ao conhecimento do pesquisador tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Desse modo, compreende-se que conforme Lakatos e Marconi (2001), todo trabalho científico, toda pesquisa, deve ser embasado na pesquisa bibliográfica.

Segundo Gil (2002, p. 98), a pesquisa procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio de observações diretas das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes, para captar as explicações e interpretações daquela realidade.

. Optamos pela realização de uma seleção prévia dos sujeitos da pesquisa, pois o objetivo era o de questionar mulheres haitianas que estivessem em Porto Velho há mais de um ano, por considerarmos que estes sujeitos já teriam conhecimento da língua portuguesa suficiente e assim poderiam nos ajudar a alcançar os objetivos propostos.

1.2 Coleta de Dados

Para coletar os dados é necessário pesquisar, juntar documentos, além de procurar informações sobre o tema escolhido. Assim, é a coleta de dados que ajuda a investigar, passo a passo, os fatos ou fenômenos que estão acontecendo em uma organização, sendo o início para a preparação e a execução de um trabalho. Assim, de acordo com Lakatos e Marconi (2001), a investigação dos dados envolve a interrogação direta das pessoas, cujo comportamento deseja-se analisar.

Na coleta de dados foram utilizados questionários com perguntas abertas, com o intuito de obter informações sobre as experiências das mulheres migrantes haitianas em Porto Velho.

O questionário é um instrumento de informação que, segundo Lakatos e Marconi (2001), é constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito, sem a presença do pesquisador. Gil (2002) complementa, salientando que eles podem ser classificados em questionários com questões abertas, fechadas ou dependentes.

1.3 O caminho para a análise dos resultados

Aplicamos o questionário no período de outubro a dezembro de 2015, em dias e horários combinados antecipadamente, de acordo com a disponibilidade das mulheres migrantes haitianas selecionadas. Devemos salientar que foi necessário um trabalho meticuloso que nos exigiu várias horas de atenção e dedicação para a transcrição dos questionários e levantamento dos resultados. É necessário acrescentar que antes de iniciarmos este trabalho tivemos algumas conversas informais com quatro (3) mulheres haitianas para verificar determinadas questões antes da elaboração do questionário. (Veja Apêndice 1).

Segundo Lakatos e Marconi (2001, p. 189), a análise dos resultados e a interpretação destes é uma atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos e relacionando-as aos objetivos propostos e ao tema estudado.

O demonstrativo dos resultados será abordado na seção cinco, em que estarão inseridas as perguntas e as respostas das informantes.

SEÇÃO 2 ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

2.1 Os Estudos Culturais e as concepções de cultura e diversidade cultural

Ao direcionarmos esta pesquisa para a realidade social e cultural das mulheres haitianas em Porto Velho, é necessário que se tenha uma visão mais clara sobre os Estudos Culturais, para que, assim, se possa chegar às teorias de identidade, cultura, hibridismo cultural e multiculturalismo que serão estudadas neste capítulo.

É importante enfatizar que entre os nomes que se evidenciaram como fundadores dos Estudos Culturais da Universidade de Burmingham da Inglaterra encontram-se Raymond Williams (1921-1988), Richard Hoggart (1918) e E. P. Thompsom (1924-1993), sendo estes os principais autores que se dedicaram a estudar a cultura como um espaço de combate entre culturas variadas, ligadas a determinadas camadas da sociedade.

Em suas reflexões sobre os Estudos Culturais, Hall (2003, p. 132-133) destaca a importância de alguns livros que marcaram esse novo trabalho intelectual, tais como: *As utilizações da cultura*, de Richard Hoggart (1957) e *Cultura e Sociedade*, de Raymond Williams (1958). Hall (2003) enfatiza que o primeiro se refere ao debate cultural sobre a sociedade de massa, e o segundo se dedica à reconstrução de uma tradição defendida por Williams, que registra as transformações na vida social, política e econômica, demonstrando como elas podem ser realizadas. Edward P. Thompson, em seu livro *A formação da classe operária inglesa*, tem como foco a questão da cultura, consciência e experiências, rompendo com os conceitos até então existentes. É nesse momento que surgem os Estudos Culturais, com o objetivo de estudar os fenômenos sociais, detendo-se principalmente na palavra cultura, com questionamento para as atitudes políticas, econômicas, sociais e artísticas, ou seja, a partir da decomposição das posturas habituais que testadas tornaram-se não mais rígidas, bem como dos problemas que se pode verificar nos aspectos da continuidade. (HALL, 2003, p. 123).

Diante dos fatos mencionados, para Hall (2003), o que importa são as interrupções expressivas, em que antigas correntes de pensamentos são fragmentadas, antigas constelações são deslocadas, e elementos novos e velhos

são reunidos em torno redor de uma nova série de assuntos. Mudanças em uma problemática modificam de forma expressiva, a origem das questões sugeridas, as formas como são sugeridas e de que maneira como podem ser rebatidas de forma mais pertinente. Tais alterações de possibilidades retratam, não apenas a consequência do próprio trabalho intelectual, mas também a maneira como os desencadeamentos e as reais transformações históricas são apropriados no pensamento, e proporcionam ao pensamento, não a sua certeza de correção, mas suas observações essenciais, suas condições de existência. É por causa dessa união que contém um conjunto de elementos entre pensamento e realidade histórica reproduzida nas categorias sociais do pensamento e no avanço reflexivo entre poder e conhecimento, que tais fragmentações são dignas de respeito. (HALL, 2003, p. 123).

Entendemos que, nesse contexto, Hall (2003) procura direcionar para o tema, um olhar mais amplo, a fim de entender os novos acontecimentos, a demanda dos problemas sociais e a relevância das alterações acontecidas no inicio das concepções dos Estudos Culturais. O autor salienta que as obras *A utilização das culturas* (1973) e *Cultura e Sociedade* (1969), de Hoggart e de Williams, respectivamente, além de funcionarem como uma definição dos Estudos Culturais são também trabalhos distintos de recuperação.

Desse modo, Hall (2003) pontua que:

> A obra de Hoggart foi embasada no debate cultural que há muito era mantido nos discursos da sociedade de massa, bem como na experiência do trabalho intelectual identificado com Leavis e a revista Scrutiny, a cultura e sociedade reconstruiria uma longa herança definida por Willians como aquela que em síntese, representa o registro de um número de importantes e contínuas reações às transformações em nossa vida econômica, e política, e oferece um tipo especial de mapa pelo qual a origem das mudanças pode ser investigada. (HALL, 2003 p. 124).

Nesse prisma, constatamos que as ideias propostas pelos autores Hoggart e Willians deram início aos debates sobre cultura, ou seja, eram ideias que estavam em formação. Hall (2003, p. 125) enfatiza que eles levaram a cultura à sério, como uma grandeza sem a qual as mudanças históricas, passadas e presentes, simplesmente não poderiam ser pensadas de maneira compatível. [...]; eles fizeram com que seus leitores atentassem para a tese de que centralizadas na palavra cultura há questionamentos diretamente sugeridos pelas grandes transformações históricas, que as modificações nas industriais, na democracia e nas categorias

sociais simbolizam de forma própria e nas quais a arte também rebate, de modo semelhante [...].

Assim, conforme argumento de Hall (2003), percebemos que na medida em que os debates se infiltram na cultura, acarretam, também, as discussões sobre as questões sociais.

Cevasco (2003, p. 70-71) enfatiza que desde os anos 1950-60 havia perspectivas de mudanças radicais nas estruturas sociais, pois o mundo era sacudido por revoluções no Terceiro Mundo e pelos movimentos de massas, se interessando pela cultura das classes minoritárias, procurando maneiras para reagir à cultura do capitalismo, considerando-se que a produção cultural sempre esteve ligada às classes dominantes.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, segundo Cevasco (2003), os Estudos Culturais são uma teoria e uma disciplina que tem como foco as experiências da vida contemporânea marcada pela expansão:

> Dos meios de comunicação e pela invasão, pelas necessidades da sociedade industrial, de todos os níveis da existência humana, das mais amplamente políticas a mais rigorosamente pessoais, caracterizando o processo de aculturação extensivo que domina a vida de nossos dias. (CEVASCO, 2003, p. 70-71).

Observa-se na citação de Cevasco (2003), que os Estudos Culturais marcam um novo entendimento para a expressão cultura e sociedade, visto que a época exigia uma nova configuração para esses dois novos argumentos. Segundo Cevasco (2003, p. 19), a elite cogitava a cultura como propriedade de poucos que “precisaria conservar os valores humanos e difundi-los por meio da educação como forma de diminuir as carências da civilização moderna, ou seja, nota-se nessa conjuntura, que a construção cultural estava de posse das elites, às quais as massas não tinham acesso”. Para Cevasco (2003, p. 56), a luta por uma cultura comum resultaria na luta por uma sociedade em comum, sem desigualdades e sem divisão de classes.

Nesse sentido, os Estudos Culturais permitiram que a cultura fosse observada como cultura de grupos sociais, colocando as indagações sociais sob duas possibilidades: no seu envolvimento com o poder e na condição local das disputas sociais.

Sobre a relevância dos Estudos Culturais Bhabha (1998) enfatiza que:

> A relevância e a função dos Estudos Culturais consistem não apenas em apoiar a convicção dos preteridos e submissos, nem de “fazer

> predominarem as criações e beneficiadoras sobre solicitações de cada grupo", mas sim deslocar o núcleo da análise da cultura, incitando os conhecimentos organizados e reconhecidos para tornar acessivos os debates em torno das identidades híbridas, procurando preparar o espaço das discussões sobre as transições das "identidades clássicas" e compreendê-las em novas estruturas globais, numa outra figura do periférico e do central, que se tornou bastante debatidos enquanto problema central no século XX. (BHABHA, 1998 p. 245).

Canclini (1999, p. 28) enfatiza que para o especialista em Estudos Culturais que queira realizar um trabalho cientificamente sólido, seu objetivo final não é retratar a voz dos silenciados, mas compreender e nomear seus lugares, em que seus questionamentos e sua vida diária entram em conflitos com os outros. As classes de discordância e conflito estão, portanto, no centro desta maneira de idealizar os estudos culturais. Porém, não para perceber o mundo a partir de um só lugar da oposição, mas para entender sua sustentação atual e provável dinâmica.

Segundo Escosteguy (1998, p. 94), esses Estudos discutem a força das migrações e com ela a questão cultural com a qual os migrantes se deparam. Com estilos de vida variados, abrem caminho e constroem uma identidade porto velhense, em consonância com inúmeras identidades brasileiras e também internacionais, tais como, paulistas, capixabas, nortistas, nordestinos, gaúchos, paranaenses, libaneses, barbadianos, japoneses, e haitianos.

Assim, compreendemos que a cultura não deve ser entendida como estática, pois passa por transformações com o decorrer do tempo. Essas transformações se dão através do contato com outros povos que possuem culturas diferentes.

Eagleton (2005) afirma que:

> Não viemos ao mundo como pessoas que já possuem a cultura, nem como pessoas naturais autos suficientes, mas, como criaturas cuja natureza física frágil é tanta que a cultura é indispensável para sobrevivermos. A cultura é o complemento que fecha um buraco no cerne da nossa natureza, e nossas necessidades materiais são então remodeladas em seus termos. (EAGLETON, 2005, p. 143).

É necessário enfatizar que ao investigarmos os conceitos de cultura, percebemos que é um tema que nos apresenta várias acepções que podem ser ampliadas. Levando em consideração que a cultura não é heterogênea e sofre transformações optamos por autores que se adequam à proposta da nossa pesquisa.

Para analisar as concepções de cultura, é necessário entender que ela depende dos contextos nos quais estão inseridos um grupo e outro ao nível mundial,

bem como as interpretações que existem sobre essas concepções ao longo da história.

Nesse sentido, Cevasco (2003, p. 11) argumenta que uma das coisas que fica nesse rápido apanhado sobre a significação da cultura, é a de que o sentido das palavras acompanha as transformações e conserva suas nuances e conotações ao longo da história.

No parecer de Hoggart (1973, p. 22-23), a cultura é apresentada como um conjunto de hábitos e expressões que constroem o universo cultural. E destaca que o domínio da cultura não é um campo estático. Pelo contrário, está aberto à constelação, à contestação e à reapropriação por intermédio das mudanças sociais, que inevitavelmente alteram as questões no âmbito cultural. Estas alterações são resultantes da inserção dos meios de produção no campo econômico, na política, na vida social – o concreto e o local, isto é, Hoggart (1973, p. 125-126) afirma que o que está em jogo na vida das pessoas trabalhadoras é “aquilo que podem compreender e aquilo com que sabem lidar”.

Entende-se assim, que, de acordo com as transformações sociais ocorridas, a cultura tornou-se uma concepção que se rearticula conforme as transformações históricas, sob a luz da política e da economia, porém, mantendo o equilíbrio entre a História Tradicional e a Nova História.

Segundo Burke (2005, p. 47-48), a Nova História compreende e idealiza a cultura a partir do cotidiano, isto é, modos de vida, valores e hábitos.

Burke (1989) explica que:

> O termo cultura tende a referir-se à arte, literatura e música [...] hoje, no entanto, conforme o exemplo dos antropólogos, os historiadores, e outros usam o termo “cultura” muito mais extensivamente, para referir-se a quase tudo que pode ser aprendido em uma sociedade, como, alimentar-se, locomover-se, beber, falar, silenciar, e assim por diante. (BURKE, 1989, p. 25).

No entender de Williams (1969, p. 16), a cultura é como um pensar a vida diária, as instituições sociais, políticas e econômicas, bem como seus interesses em todos os aspectos da vida em sociedade. Nesse sentido, percebe-se que para o autor, definir cultura é pronunciar-se sobre o significado de um modo de vida. A ideia de cultura é a réplica global à imensa transformação geral nas condições de nossa vida comum, isto é, compreender, interpretar e apreciar, em seu toda a mudança em curso após a Revolução Industrial. (WILLIAMS, R. 1969, p. 305).

Assim, para Williams (1969, p. 305), a história da concepção de cultura é a história do modo por que reagimos em pensamento e um sentimento à mudança de condições por qual passou nossa vida. Nesse prisma, compreendemos por cultura um processo constante mutação. Os aspectos culturais se formam através do tempo e depende dos contatos que são estabelecidos entre grupos diferentes.

Hall (2003, p. 43) argumenta que nos debates atuais percebemos que não há mais uma da cultura central, pois ela se altera cotidianamente. A cultura é uma produção. Tem seus elementos, suas aptidões, e suas produções. Depende da percepção e da transmissão enquanto o mesmo em transformação, e de um conjunto de procedência, mas o que esse desvio, por meio de seus passados, faz é nos instruir através da cultura, a nos motivar a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as heranças fazem de nós, mas aquilo que nós fazemos das nossas heranças. Contrariamente, nossas identidades culturais, em qualquer maneira concluída, estão diante de nós. Estamos sempre em processo de aprendizado cultural. A cultura não é uma indagação da doutrina, de ser, mas de se tornar.

De acordo com o argumento de Hall (2003), não podemos pensar a cultura em sua centralidade, mas sim como algo que se transforma no cotidiano, com novos conhecimentos e novas produções, ou seja, a cultura não é; ela se torna.

Dessa forma, entendemos que a cultura seria tudo que usamos para cultivar conhecimentos, e também o que está dentro de nós, ou seja, tudo aquilo que conhecemos e cremos.

No parecer de Geertz (2008, p. 14), a cultura é entendida tanto como uma forma de vida compreendendo ideias, atitudes, linguagens, práticas, instituições e estrutura de poder, quanto uma gama de práticas culturais; formas de textos, cânones, arquitetura, mercadorias produzidas em massa e assim por diante.

Diante do argumento de Geertz (2008), quando nos aludimos à cultura, estamos aludindo a diversas versões, considerando-se que a cultura faz parte das sociedades e se apresentar de diferentes formas, devido a sua dinâmica de transformação.

Laraia (1986) pontua que:

> O contato, muitas vezes, provoca uma transformação inesperada, geral e mais acelerada do que as forças interiores [...]; existem dois tipos de transformação cultural, uma que é interior, produto da ação do próprio sistema cultural, e outra que é o estudo do contato cultural com o outro. No

> primeiro caso, a modificação pode ser lenta, quase imperceptível para o estudioso que não possua o apoio de bons elementos diacrônicos. O ritmo, porém, pode ser modificado por fatos históricos. O segundo caso pode ser mais rápido inesperado [...], mas pode também ser um processo mais leve, no qual a inversão dos paradigmas culturais se realiza sem grandes prejuízos. (LARAIA, 1986, P. 100).

Assim, compreendemos que no parecer de Laraia (1986) as alterações culturais podem acontecer até mesmo no interior da própria etnia, em que não tenha contato com indivíduos de culturas diversificadas, pois as alterações culturais podem se desencadear por dois fatores, considerando-se a sua ação transformadora, principalmente no que concerne à junção de diversas etnias e por modificações auto-produzidas.

Sob esse prisma, Cevasco (2003, p. 27-58) argumenta que as mudanças de significados do termo cultura estão ocorrendo de acordo com as transformações sociais e interagindo constantemente com as situações e momentos históricos em que elas estão inseridas, versando sobre o cultivo das faculdades mentais e espirituais - atividade, civilização, processo intelectual e espiritual, tanto na esfera pessoal como na social - e o processo secular do desenvolvimento humano, incutido de seu modo de vida, possibilitando a suposição de uma cultura em comum, ou seja, produzida e pertencente a todos.

A autora enfatiza que a cultura é convocada a desempenhar um novo papel: o de apaziguar e organizar a anarquia do mundo real e dos conflitos e lutas sociais, especificamente no que concerne à divisão social e à religião. Haja vista que tais aspectos estão inseridos na história da migração e da diversidade cultural em Porto Velho, no olhar dos migrantes, no espaço, no tempo histórico definido, ao tema a ser abordado será permitida, sempre, uma abrangência do local para o geral e também, um papel social.

Dessa forma, Cevasco (2003) pondera que:

> Certamente ela contribui para o funcionamento desse sistema econômico e político, e como tal se constitui em um campo válido de lutas pela modificação dos significados e valores de uma determinada organização social. Mas fica difícil intervir na sociedade a partir de uma concepção da cultura como separada da organização social, um campo apartado de onde efetivamente se desenrola a vida social. (CEVASCO, 2003, p. 45).

Logo, quando se discute a respeito de cultura e sociedade, destacando-se o estudo específico da migração, pode-se estabelecer um paralelo entre Hall (2014, p. 15) e Santos (2009, p. 20-26), que argumentam que a cultura dinamiza e provoca transformações no modo de vida das pessoas, alterando o modo de vida das

populações envolvidas no processo migratório para a região em estudo. Para Santos (2009), a cultura é herdada e inclui os panoramas e costumes de uma época. O lugar da cultura está na vivência, ou seja, está na realidade das pessoas e em todas as atividades, instituições e relações da sociedade, em qualquer momento histórico particular.

Chuche (2002, p. 229) nos mostra um argumento antagônico ao de Santos (2009), pois, para o autor, a cultura não é pensada como um legado que pode ser transferida sem modificações de geração em geração. A cultura é uma configuração histórica e é ajustada em conformidade com os relacionamentos dos grupos sociais, em cada grupo vai se distinguir do grupo oposto, o que vai acontecer em comunidades onde estão inseridas pessoas de diversas etnias, como podemos observar entre a cultura haitiana e a brasileira. È necessário lembrar que, o período de migração das mulheres haitianas para Porto Velho, ainda não é suficiente para percebermos as mudanças sugeridas por Cuche (2002). No entanto entendemos que a acolhida satisfatória que as mulheres haitianas receberam em Porto Velho, possivelmente acarretou uma adequação mais rápida.

Cuche (2002, p. 229) afirma ainda que, [...] querendo ou não seu processo cultural progride. Mesmo quando eles se posicionam fiéis a uma tradição, mudanças são produzidas nas suas referências culturais. É impossível que elas se mantenham completamente impermeáveis à influência cultural da sociedade que as cerca [...].

Deve-se salientar que Santos (2009, p. 7) enfatiza que ao fazer uma menção e reflexão sobre cultura, é fundamental considerar a humanidade em toda sua variadíssima riqueza e multiplicidade de formas e existência, ou seja, o conjunto da diversidade cultural, isto é, as diferenças culturais que trouxeram consigo. Hall (2011, p. 3) denomina de mistura cultural, a diversidade cultural, pois o multiculturalismo, conforme afirma Hall (2003, p. 51-52), é utilizado universalmente e está relacionado aos termos de raça, etnia, identidade, diáspora e denomina uma variedade de articulações, ideais e práticas sociais. É a partir da diáspora que se tenta organizar o conceito de diversidade cultural.

A UNESCO (2001) admite a pluralidade cultural como um aspecto próprio humanidade, um bem comum, e uma fonte de um mundo abundante e matizado, que expandi a oportunidade de escolhas e estimula as capacidades dos valores humanos.

> Em sociedades cada vez mais variadas, torna-se imprescindível garantir uma relação harmoniosa entre as pessoas e grupos com identidades culturais plurais, variadas e dinâmicas, assim como, o desejo de conviver. As politicas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a força da sociedade civil e a paz. (UNESCO, 2001, p. 4).

Almeida (2006, p. 4) argumenta que a diversidade cultural acompanha a história da humanidade, e nas últimas décadas a alegação da diversidade étnico-cultural, transformando-se numa das mais expressivas transformações do mundo.

Percebe-se que os autores têm visões diferentes de diversidade cultural, porém, as concepções de cada um deles têm como base em comum as origens, os costumes e as atitudes das pessoas participantes.

Nesse sentido, entende-se que a diversidade cultural reconfigura realidades e práticas divergentes, com o objetivo de permitir que os diversos sujeitos, suas motivações e culturas tidas como primitivas originais possam ser admitidas e, ao mesmo tempo ser reconfigurada a partir do hibridismo cultural.

É o que podemos ver com o que ocorre em Porto Velho com suas especificidades e que se torna um lugar de acolhimento para quem chega e onde as relações cotidianas contribuem para que o hibridismo cultural se transforme em uma realidade, considerando a assimilação das experiências da vida local à cultura dos que chegam. Isso foi o que verificamos nessa pesquisa, com o novo estilo de vida das mulheres haitianas quanto ao aprendizado da língua, aos hábitos alimentares e religiosos, o bom relacionamento com as mulheres brasileiras, e aos poucos a inserção no mercado de trabalho. Apesar de sabermos que o hibridismo é um processo lento, não podemos deixar de enfatizar que atualmente a hibridização acontece de forma mais acelerada graças à rapidez com que as informações são divulgadas.

2.2 Hibridismo cultural, identidade e multiculturalismo

No decorrer da realização deste trabalho nos deparamos com várias concepções sobre os assuntos tratados neste item, porém selecionamos os que mais se coadunam com o nosso pensamento.

Segundo Burke (2003, p. 18), com a globalização planetária não há mais como evitar processos de hibridização da cultura. O autor conceitua hibridismo

cultural como equivalente a um processo de mistura e não de um estado, como ele salienta, em todas as épocas da história, sob nomes variados. Nesse contexto, Burke (2003) procura apontar limites e restrições: o fenômeno do hibridismo cultural pelo viés negativo, que pode redundar na perda de costumes regionais e de raízes locais, e pelo viés positivo, como encontro cultural que encoraja a criatividade e apresenta-se como inovador.

Para Young (2005, p. 30), o hibridismo opera simultaneamente de maneira dupla, organicamente, hegemonizando, criando novos espaços, estruturas e cenas intencionalmente, diasporizando, intervindo em uma forma de subversão, tradução, transformação.

Ainda para Young (2005, p. 32), o hibridismo transforma [...] a diferença e a igualdade em diferença, mas de maneira tal, que a igualdade não seja tão igual e o diferente não seja mais simplesmente o diferente [...] quebrar e reunir, e ao mesmo tempo ligar diferença e igualdade numa permanente e impossível simultaneidade.

No parecer de Moreira (2001, p. 316), o hibridismo está na moda e assim, como tudo que está na moda, tem alto valor de troca. Nesse contexto o autor afirma que [...] atualmente o hibridismo pode ser, em seu aspecto performático (não constatativo), uma espécie de disfarce ideológico para a reterritorialização capitalista [...] argumentar em favor do hibridismo, contra a reedificação das identidades culturais, como uma espécie de flexibilidade perpétua é exagerar na sua utilidade.

Nesse sentido, Moreira (2001) pontua que o conceito de hibridismo é complexo e particularmente sugestivo, porque pode ser usado para agrupar fenômenos que derivam tanto da terriotorialização quanto da desterritorialização. No último caso, o hibridismo se refere aos processos de perda em posições previamente determinadas, isto é, o hibridismo aumentaria no mundo de hoje, porque há um processo de desculturação e a desculturação é uma perda bruta, irremediável. No caso da primeira, o hibridismo é concernente à positividade que tal perda implica, basicamente ou constitutivamente (não há desculturação sem reculturação), e a reculturação pode até produzir, sob certos aspectos, uma ameaça à própria economia do sistema. A reterritorialização híbrida e a desterritorialização híbrida são, pois, dois lados da mesma moeda. (MOREIRA, 2001, p. 342). Discordamos do autor, pois concernente aos haitianos, com o passar das gerações, permanecerão

com elementos comuns de cultura e identidade construída que permitirão se auto identificarem em Porto Velho.

Bhabha (1998) conceitua hibridismo de forma mais contundente, até agressivo, pois, para o autor, o hibridismo localiza-se no interior dos discursos estabelecidos entre colonizador e colonizado, ou seja, não é mais um meio facilitador do entendimento entre os povos, e nem mesmo uma maneira criativa que permite que o novo seja inserido.

Dessa forma, para Bhabha (1998)

> O hibridismo configura aquela transformação de direção de valores contrários do sujeito isolado em rumo ao objeto assustador, exagerado, da identificação paranoica, um revide inquietante das figuras e postura da autoridade. [...] O hibridismo não tem tal viabilidade de profundidade ou verdade para ofertar, não é um terceiro resultado que soluciona os atritos entre duas culturas, ou as duas cenas de um livro, em um jogo dialético de "autenticação". (BHABHA, 1998, p. 165).

Por esse prisma, entende-se que para Bhabha (1998), o hibridismo cultural surge como uma disputa: "esta é a evolução histórica do hibridismo como ilusão, como um agente contestador, antagonístico, funcionando no entre tempo do signo/símbolo que é a extensão intercalar entre as normas do confronto". (BHABHA, 1998, p. 268).

Complementando o argumento de Bhabha (1998), Silva (2000) enfatiza que esse clima de contestação deve-se justamente à posição dos autores do sistema de hibridização, pois, conforme o autor, "não podemos esquecer, no entanto, que a hibridização ocorre entre identidades definidas diferenciadas relacionadas ao poder. Os processos de hibridização observados pela concepção cultural atual surgiram de relações conflituosas entre diferentes grupos nacionais, reacionais ou étnicos. Eles estão ligados à história de ocupação, colonização e destruição. Na maioria das vezes, trata-se, de uma hibridização obrigatória". (SILVA, 2000, p. 87).

Discordamos do que pontua Silva (2000), pois os migrantes, ao se deslocarem para outro país se deparam com outra sociedade à qual terão que se adaptar espontaneamente, pois ao migrar essas pessoas já têm consciência de que essa adaptação será necessária. Portanto, ao decidir pelo ato migratório automaticamente decidem aceitar conviver com outra sociedade, porém, sem relegar a sua cultura original.

Canclini (1998, p. 283-350) pontua que o hibridismo cultural é a reorganização das conjunturas culturais e os entrelaçamentos progressivos das identidades exigem

observar de outro modo as ordens que processam as relações materiais e simbólicas dos grupos. Desta forma, as migrações contribuem para que esta organização leve em consideração as relações interculturais nos encontros das populações nos diversos tipos que se traduzem no conceito de hibridismo cultural, que se reflete no seguinte argumento de Hall (1999):

> Algumas pessoas entendem que o hibridismo e o sincretismo- a junção entre diferentes heranças culturais – são uma poderosa fonte para o surgimento de novas maneiras de cultura, mais condizentes à modernidade tardia que as antigas e questionadas identidades do passado. (HALL, 1999, p. 91).

Conforme afirma Canclini (1998, p. 283-350), as hibridizações indicam que todas as culturas são de fronteiras. Deste modo, elas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham comunicação e conhecimento, e consequentemente, diversidade e hibridismo cultural. Segundo Hall (2006, p. 92), as reconstruções e a retomada das tradições ocorrem principalmente na Europa.

Quando se pensa em diversidade e hibridismo cultural é necessário refletir sobre o conceito de identidade cultural, pois, conforme as transformações ocorridas no mundo moderno e pós-moderno tem acarretado o que Hall (2006, p. 7-13) denomina de crise de identidade, pois, a identidade cultural não é mais considerada fixa, permanente e acabada.

Nesse contexto, Hall (2006) define que:

> A identidade formada verdadeiramente com o passar dos anos mediante de sistemas inconscientes e não algo inato, que já nasce com o indivíduo. Existe sempre algo imaginário, ou fantasioso sobre sua unidade. Assim, não se deve falar da identidade como uma coisa acabada, mas sim, em identificação, e percebê-la como um processo em andamento. Outra vez pode-se avaliar o dano que essa forma de pensamento causa às nações que encaram o ser pensante e a identidade como definidas e sólidas. (HALL, 2006, p. 38-39).

Conforme explica Hall (2006, p. 49), a nação é uma comunidade simbólica, imaginada, criada a partir dos discursos pré-estabelecidos pelo sistema político, religioso e também educacional, e que, pode ser entendida como um processo de configuração cultural, executando o poder de sentimento, de pertencimento e lealdade por intermédio da identidade cultural.

Para Bauman (2005, p. 17), o pertencimento e a identidade não têm solidez de uma rocha, isto é, não são garantidas pelo resto da vida, são bastante mutáveis, negociáveis e revogáveis. As decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que escolhe, a maneira de agir e a determinação de se manter firme a tudo isso são

elementos preponderantes, tanto para o pertencer, tal qual para a identidade. Existem transformações, e, assim, há uma redefinição constante da identidade diante de uma sociedade que, ao longo dos anos, tem se fragmentado. Assim, percebe-se a necessidade das migrantes haitianas se adequarem à nova vida, apesar das dificuldades, para se sentirem pertencentes ao novo grupo. Para tanto, buscam redefinir sua identidade.

Bauman (2005) enfatiza ainda que esse problema da identidade possui uma relação muito forte com a noção de nação. Segundo o autor, a identidade é algo fictício que serviria para garantir uma união nacional. Nesse contexto, ele cita o caso da Polônia, sua terra natal, em que se propuseram construir, antes da Segunda Guerra Mundial, uma identidade nacional. Com essa finalidade, os governantes poloneses realizaram um censo. Porém, conforme afirma o autor, a Polônia era uma sociedade multiétnica, com diversos credos religiosos e vários costumes. Quando os funcionários do Estado começaram o censo, encontraram problemas, pois, como relata o autor, as pessoas não sabiam a que nacionalidade pertencia.

Diante disso, Bauman (2005, p. 23) explica que, como previsível num Estado moderno, os funcionários do censo foram capacitados a esperar como resposta que para cada indivíduo tivesse uma nação a que ele ou ela pertencesse. Foram treinados a coletar dados sobre a auto identificação nacional de toda a população polonesa (hoje se diria sua identidade étnica nacional). Em cerca de um milhão de casos, os funcionários não atingiram os objetivos. Os entrevistados simplesmente não sabiam o que era uma nação, nem o que representava “ter uma nacionalidade”. Apesar das pressões, ameaças de multas com todos os esforços empenhados para explicar o significado de “nacionalidade”, eles se atinham às únicas respostas que lhes faziam sentido: “somos daqui”, “pertencemos a esse lugar”. Ao término dos trabalhos os dirigentes do censo precisaram que aceitar e incluíram “pessoas do lugar” à lista de nacionalidades

Nesse sentido, para Bauman (2005, p. 26), a teoria ou ideal de identidade e primordialmente de identidade nacional não foi original e inserida na prática do indivíduo, não emergiu dessa prática com um elemento de vida inegável. Ela foi obrigada a entrar na vida dos indivíduos modernos e chegou como algo fictício. Assim, para o autor, a ideia de identidade surgiu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeia no sentido de transpor um espaço entre o “deve” e, o

“é” e levanta a verdade nivelada aos modelos determinados pela ideia, recriar a verdade semelhante à ideia. (BAUMAN, 2005, p. 26).

O significado de um indivíduo pertencer a algum lugar por origem era o de fazer parte de maneira evidente e original da nação na qual nasceu. Entretanto, no mundo moderno e líquido não é mais assim. Os habitantes desse mundo líquido moderno buscam construir e manter todas as referências de um povo e de suas identidades que estão em trânsito, justamente com grupos aos quais pertencem, construindo e procurando manter vivas, porém, “não por muito tempo”. (BAUMAN, 2005, p. 32). No entanto, na obra *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual* (2003), a identidade surge como substituta da comunidade, no sentido de oferecer uma segurança contra as incertezas e ditar normas e padrões de conduta.

Assim, Bauman pontua que identidade significa aparecer, ser diferente, por essa diferença de identidade não pode deixar de dividir e separar. Entretanto, a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam seus construtores a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades. (BAUMAN, 2003, p. 21).

Assim, percebemos que a concepção de identidade para Bauman (2005) está relacionada à crise de pertencimento do mundo líquido moderno. Conforme pontua o autor, “no admirável mundo novo das possibilidades instantâneas e das seguranças enfraquecidas, as identidades aos padrões antigos, inflexíveis e inabaláveis, unicamente não funcionam”. (BAUMAN, 2005, p. 32). As identidades operam a partir de um panorama de crises e incertezas. Embora pareça uma condição sem apoio, ser um indivíduo com identidade inflexível é algo mal visto. (BAUMAN, 2005, p. 35).

Em outro momento, Bauman (2005, p. 45) afirma que a ambição por uma identidade é negada *a priori* aos indivíduos que vivem nas classes consideradas inferiores, isto é, à mãe solteira, ao evasivo da escola, aos desterritorializados, aos refugiados, aos usuários de drogas, ao adolescente infrator e a todos os exilados dos limites da sociedade, do qual as identidades podem ser reivindicadas e respeitadas das listas dos sujeitos adequados e admissíveis. Sendo assim, a identidade da subclasse é a ausência da identidade.

Seguindo a mesma linha do pensamento de Bauman (2005) sobre a questão da identidade, Hall (2014) enfatiza que o sujeito único e a sociedade foram sempre mantidos por identidades antigas que atualmente estão decadentes. Isso faz surgir

novas identidades que dividem o indivíduo da modernidade. O autor (2014, p. 38) afirma que [...] a identidade é na verdade elaborada ao longo do tempo, por meio de sistemas inconscientes, e que não existe na consciência quando o indivíduo nasce. Existe sempre algo irreal ou fictício sobre sua unidade. Ela continua sempre incompleta, está sempre sendo reformulada [...].

Nesse sentido, Hall (2006, p. 106) argumenta que na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do conhecimento de alguma origem ou de características compartilhadas com a união de indivíduos, que, possuem o mesmo ideal. É sobre esse alicerce que acontece o natural desfecho forma a sustentação solidária e fiel do grupo em questão. Assim a chamada crise da identidade é percebida como parte de um sistema ampliado de transformações, que está deslocando as estruturas e sistemas centrais das sociedades atuais e agitando os padrões de referência que ofereciam aos indivíduos um pilar seguro na sociedade. (HALL, 2014, p. 7).

Nesse mesmo prisma, Canclini (1998, p. 23) pontua que as pesquisas a respeito de narrativas identitárias centradas nas terias consideram os processos de hibridação demonstram que é inviável se referir às identidades como se elas fossem apenas de um grupo de caráter imutável, nem afirmá-los como a de uma etnia ou de uma nação. A história dos deslocamentos identitários dissemina inúmeras intervenções de escolha de fatores de épocas diferentes, planejados pelos grupos predominantes, em uma narração de elementos que lhes dê coerência, dramaticidade e eloquência.

Nesse sentido, segundo Canclini (1998), as narrativas identitárias e suas sedimentações em um mundo interconectado se organizam em conjuntos históricos mais ou menos estáveis (etnias, nações e classes) e se reestruturam em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais. O contato com outros grupos facilita a apropriação de valores, tanto morais e estéticos, quanto materiais, por parte dos membros de outros grupos.

Entretanto, para Bourdieu (1989, p. 113-115), a contenda por identidade étnica ou regional impõem, principalmente, respeito às origens, à vida em sociedade, à cultura de cada ser envolvido e seus padrões de vida, em especial, às regiões de fronteiras, local resultante das ações jurídicas e que é produção da diferença cultural, pois há uma relação de forças materiais e simbólicas em jogo,

provocando rupturas e remodelagens das identidades que se reconstituem no espaço regional a ser reconhecido em suas propriedades: território, a religião, a atividade econômica e a constituição da sociedade.

A respeito desta questão, Castells (1999) pontua que:

> A identidade autenticadora cria uma sociedade civil, ou seja, um grupo de organizações e instituições, bem como, inúmeros seres sociais embasados e organizados, que mesmo, por vezes de forma contraditória, reproduzem a identidade que fundamenta as razões da infraestrutura superior. (CASTELLS, 1999, p. 24).

Bauman (2005, p. 12-13) afirma que tudo isso está inserido em uma sociedade que tornaram incertas e transitórias as identidades sociais, culturais, sexuais, entre outros aspectos que abrangem e falam a mesma língua dos que foram discriminados pela globalização. A indagação da identidade requer comprometer-se novamente com o que verdadeiramente é: uma condição socialmente necessária. No caso das haitianas pesquisadas, pudemos perceber que, apesar do esforço para a manutenção da identidade, há sempre o conflito, pois se faz necessária a inserção na comunidade atual.

O Brasil é um país onde se encontra um mosaico de culturas proveniente de todas as partes do mundo, que convivem em um mesmo espaço geográfico, provocando assim intensas mudanças, devido ao multiculturalismo existente. Apesar dessa diversidade cultural, não se percebem conflitos gritantes. Os brasileiros aceitam de bom grado os migrantes, e estes, pelo fato, por serem bem acolhidos, logram coexistir socialmente, sem conflitos extremos.

Segundo Santos (2003, p. 26), em seu conceito primordial, a palavra multiculturalismo indica “diversas maneiras de culturas, ou de comunidades que têm culturas diferentes no meio das sociedades atuais”. O autor afirma ainda que, considerando as dificuldades de precisão do termo, pode-se afirmar que multiculturalismo se tornou rapidamente um modo de narrar as diferenças culturais no âmbito mundial. O termo multiculturalismo, porém, pode continuar associado a projetos de liberdade e contra hegemônicos, embasados em conflitos para que as diferenças sejam identificadas.

Nesse prisma, Santos (2003) pontua que:

> A ideia de deslocamento, da discussão de diferenças, de emergência de características culturais estruturadas em contribuições de experiências e de histórias diferentes tem acarretado a exploração das oportunidades de emancipação do multiculturalismo, alimentando as discussões das

> atividades sobre novos conceitos de direitos, de identidade, de justiça e de cidadania. (SANTOS, 2003, p. 33).

Hall (2003, p. 51) pontua que o termo multiculturalismo é hoje utilizado universalmente. Contudo, sua disseminação não auxiliou para firmar ou esclarecer seu significado. Assim como outros termos relacionados – por exemplo, raça, etnicidade, identidade, diáspora – o multiculturalismo se encontra tão discursivamente enredado, que só pode ser utilizado sob “rasura”. Contudo, na falta de conceitos menos complexos que nos possibilite refletir sobre o problema, nos resta a alternativa de continuar utilizando e interrogando esse termo.

Hall (2003, p. 52) refere-se ainda ao multiculturalismo como manobras e políticas adotadas para governar e administrar problemas de diversidade e multiculturalidade ocasionados pelas sociedades multiculturais. Significa a filosofia específica ou a doutrina que sustenta manobras multiculturais, por isso é utilizado no singular.

Neste sentido, para Hall (2003, p. 55), há inúmeras sociedades multiculturais e vários multiculturalismos. O autor enfatiza que o multiculturalismo não é novidade, e já existia na civilização helênica em condições de união entre o centro e a periferia. Os impérios e os compostos coloniais são multiculturais, mas o fenômeno tornou-se mais intenso após a Segunda Guerra Mundial, e, primordialmente, nas últimas décadas.

Hall (2003, p. 74-75) explica que o multiculturalismo é o processo de tradução cultural proveniente das locomoções humanas que aspiram reformular suas experiências culturais absorverem as diferentes culturas com as quais têm o contato, promovendo os interesses da vida comunitária e o seu caráter multicultural.

O multiculturalismo é vinculado a temas, como mobilidade humana (expressa pelas migrações), gays, lésbicas, mulheres e os negros.

Almeida (2006) pontua sobre multiculturalismo, afirmando que:

> O multiculturalismo admite e atesta as singularidades culturais e sociais das minorias defendendo a plena união dos indivíduos sem a perda de sua especificidade, cabendo ao Estado o papel regulador e incentivador na construção deste modelo. Opondo-se ao etnocentrismo, o multiculturalismo pretende resistir homogeneidade cultural e defende a oportunidade de expressar e manter aspectos distintos da cultura minoritária, sem prejuízo na participação política, ou em aspectos econômicos. A diversidade cultural é vista como elemento de enriquecimento em que o hibridismo e a flexibilidade são fatores positivos da inovação. (ALMEIDA, 2006, p. 10).

Desse modo, podemos entender que, nas diferenças trazidas pelas migrações, há um pluralismo cultural que os migrantes trazem ao Brasil, e consequentemente, ao Estado de Rondônia e Porto Velho.

Assim, entendemos que a mulher migrante haitiana, ao chegar a Porto Velho, expressa o que pontua Bhabha (1998, p. 80-85), “ocupa o espaço familiar do outro (no processo de identificação), desenvolve uma especificidade histórica e cultural gráfica na cisão de si mesma como sujeito”. “A questão da identidade paira sempre de forma incerta, tenebrosa, pois a identidade nunca será preservada previamente, nem um objeto completo, ela é somente e sempre o método enigmático de entrada a uma imagem da totalidade”.

Hall (2006, p. 7) argumenta que o processo de formação da autoimagem desses povos está sujeito a uma historização radical, via ação dos sujeitos envolvidos, e às adaptações que vão ocorrendo a partir da história, da engrenagem e da cultura que se configuram de acordo com a realidade de cada região. Esse processo passa constantemente por mudanças e transformações.

Nesse prisma, sabemos que as migrações para o Brasil, Rondônia e Porto Velho se formam numa intensidade de migrantes que aqui chegaram de várias partes do mundo e também de outras regiões brasileiras, tendo como objetivo o desejo de reconhecimento “de outro lugar e de outra coisa” que conduz à prática da história, além da possibilidade eficaz. Novamente, é o espaço da interposição que aflora nos intervalos culturais que induz à criatividade no interior da existência, pois há um retorno à encenação da identidade como interação e recriação do eu no mundo da viagem, o restabelecimento da comunidade fronteiriça da migração. (BHABHA, 1998, p. 29).

Nesse contexto, observa-se que, com os movimentos migratórios houve, conforme afirma Castells (1999, p. 80), a produção de significado e identidade: meus vizinhos, meu município, minha comunidade, minha escola, meu rio, minha praia, minha igreja, meu sossego, meu ambiente, isto é, o sujeito se apropria do local e reproduz suas experiências individuais. No entanto, para Bhabha, (1998, p. 20) também vai incorporar “o interesse comunitário, ou o valor cultural” em atribuição da conexão social, da imposição de entender a diferença cultural e desenvolver “estratégias de resistências” nestas fronteiras.

Deve-se salientar que para Bourdieu (1989, p. 14-15) a fronteira nunca é mais do que uma divisão a qual será atribuída maior ou menor estrutura na “verdade”, conforme os fatores que ela agrupa sejam similares entre si, em maior, ou menor numero e mais ou menos frágeis. Cada um nota as “regiões” delimitadas em função dos diferentes critérios (línguas, habitat, tamanho da terra, etc.), nunca coincide perfeitamente.

As diferenças culturais produzidas nas fronteiras são denominadas por Bourdieu, como forças simbólicas.

> Quando os submetidos nas relações de forças representativas entram em conflitos isoladamente, ocorre nos contados diários, não há outra opção a não ser admitir (resignada ou provocante, submissa, ou revoltada) da manifestação superior da sua identidade ou da procura da similaridade a qual presume-se um trabalho que execute a ocultação todas as marcas designadas a lembrar do descrédito (no modo de vida, nas vestimentas, no linguajar, etc.) com a finalidade procurar, por meio de artimanhas de disfarce ou de armadilhas, a imagem de si o mais longe possível da identidade legítima. O que está em jogo nela é o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas à posse da identidade legítima. (BOURDIEU, 1989, p. 124-125).

Muitas são as discussões sobre uma possível identidade “legitima”. Especificamente neste caso, a nação brasileira pode ser caracterizada pela concepção de Anderson (2008, p. 32), como identidade nacional, pois a “identidade nacional é uma comunidade imaginada”. Ela é imaginada politicamente, possui regiões limítrofes, é soberana no sentido de garantir sua liberdade e independência. Entretanto, embora tenha fronteiras definidas, e as pessoas que dela fazem parte se denominam patriotas, não se pode dizer que seja uma comunidade homogênea, que represente uma realidade cultural, pois qualquer que seja a nação é considerada heterogênea, porque são constituídas por múltiplas culturas e identidades.

Na concepção de Hall (2006, p.58-61), uma nação é uma comunidade simbólica, ou um sistema de representação cultural, e é isso que explica seu poder para criar um sentimento identitário e leal. Tem a propriedade comum de uma rica herança de lembranças, a vontade de viver em conjunto, o desejo de perpetuar a herança que se concebeu. Não importa que diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero, raça. Uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los, todos, como pertencendo à mesma e grande família nacional, e que, enfim, uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura do poder cultural. Tais afirmações reforçam o papel do Estado e seus interesses em

ampliar fronteiras, expandir a identidade cultural, mesmo agindo conforme a cultura dominante.

Segundo Bhabha (1998, p. 27), o ato migratório faz parte da sobrevivência humana, e isso corrobora com a criação de espaços culturais híbridos e com o surgimento de novas identidades e também estaria contribuindo para a consolidação de uma identidade cultural em formação, isto é, tudo se transforma constantemente e contribui na elaboração do que se chama cultura, pois, as condições que forçam os deslocamentos humanos exprimem a ideia de que nada é fixo, ou se encerra em uma sociedade, cujas identidades estão sendo moldadas ao longo do período analisado.

Ao se pesquisar sobre a realidade social e cultural das migrantes haitianas em Porto Velho é necessário pensar nas múltiplas identidades que foram se incorporando ao logo do processo de ocupação desta região por migrantes que chegaram de várias partes do Brasil e também do mundo e que foram se transformando ao longo do tempo.

A esse respeito, Hall (2006) argumenta:

> As identidades são construídas através da diferença e não fora dela. As identidades são posições que o sujeito é forçado a assumir, mesmo sabendo sempre que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma “divisão”, a partir do lugar do “Outro” e que, assim elas não podem nunca ser ajustadas - idênticas – ao processo de sujeito que são nelas investidos. (HALL, 2006, p. 110-112).

É possível perceber as concepções expostas inseridas nas questões migratórias ocorridas no Brasil, em Rondônia e em Porto Velho, que a migração revela várias facetas de interagir e de pensar a cultura, permitindo uma reconstrução de identidade nas regiões que acolhem os migrantes, ocasionando o hibridismo cultural.

2.3 Violência, Gênero e Preconceito Racial

Apesar de estarmos no século XXI, é possível perceber que o tratamento dispensado à mulher ainda a coloca como inferior ao homem, ou seja, ele é ainda considerado como superior. Conforme enfatiza Bourdieu (2007, p. 18), “a força da ordem masculina evidencia o fato de que ela dispensa justificação: a visão

androcêntrica impõe-se como neutra e não é preciso anunciar em discursos que tenham como finalidade torna-la legitima".

Essa visão patriarcal é antiga, e assim o homem tornou-se senhor do poder e da palavra, ou seja, mesmo na atualidade o homem continua ocupando um espaço de superioridade na sociedade, isto é, um espaço público. [...] é precisamente este o eixo da dominação patriarcal. Em resumo, o espaço público – papéis patrimoniais – estereótipos do polo da atividade: ao patrimônio, o cuidado dos bens. Espaço privado – papéis matrimoniais – estereótipos do polo da passividade ao matrimônio, o cuidado do lar. [...] (ANDRADE, 2005, p. 85).

No entanto, para Baratta (1999, p. 48), a questão do espaço público/privado se estende muito mais. Para entender o mecanismo geral de reprodução do *status quo* da nossa sociedade contemporaneamente patriarcal e capitalista, faz-se necessário ter presente, não apenas a importância estrutural da separação entre a esfera pública e privada, mas também, da contemporaneidade dos mecanismos de controle próprio dos dois círculos. Em um corpo social como o nosso, a divisão entre público e privado, formal/informal constitui um instrumento material e ideológico necessário para o funcionamento de uma economia geral do poder, na qual todas as relações de domínio encontram o seu elemento específico, e ao mesmo tempo se entrelaçam e se sustentam.

Assim, Baratta (1999) explica que:

> O patriarcado é sustentado por outros diversos mecanismos, tal qual o capitalismo, é um engendro que se entrelaça e se sustenta de uma maneira perfeita, fazendo que a sociedade se desenvolva emaranhada nas suas teias de poder. Por muito tempo, até chegarmos à atualidade, onde, de diversas maneiras, acabamos por começar uma desconstrução desse modelo social. (BARATTA, 1999, p. 48).

A mulher é percebida como a parte frágil nas relações homem/mulher, mas sabe-se que esta visão é apenas para alimentar a superioridade masculina, pois, além dos serviços domésticos, também trabalha e colabora nas despesas familiares. Para Bourdieu (2007), a diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, primordialmente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, podem assim ser entendidas como justificativa natural da diferença socialmente constituída entre gêneros e especificamente na divisão do trabalho (BOURDIEU, 2007, p. 20).

É na sociedade que a dominação masculina encontra condições para ser disseminada, pois ainda existem mulheres que são dependentes e submissas aos

homens, tanto no sentido econômico, como social e cultural. Portanto, ainda existem mulheres que veem o homem, como seu proprietário, o dono da casa e das decisões.

Bourdieu (2007) argumenta que:

> A superioridade mundialmente concedida aos homens se assegura na categoricamente nas bases da sociedade e de atividades se produzem e reproduzem, fundamentadas em uma divisão social do trabalho e de reprodução biológica e social, que concede aos homens a melhor parte, bem como nas inerentes imanentes a todos os habitus: moldados por tais condições [...] elas funcionam como matrizes de percepções dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentes históricos. (BOURDIEU, 2007, p. 45).

Como se pode observar na argumentação de Bourdieu (2007), as mulheres veem essa relação de poder como algo natural (transcendentes históricos) da sociedade em que vivem e não percebem o quanto são dominadas. Na maioria das vezes, em silêncio, aceitam a violência por parte de seus parceiros.

Geralmente, os motivos alegados pelos agressores para justificar a violência contra as mulheres são simples, expressos nas ideias que demonstram a superioridade dos homens sobre elas, com pretextos que vão desde as roupas que usam ao controle de horários e amizades, a não realização de tarefas domésticas e outros. Essa situação foi identificada no Relatório Mundial da Saúde, publicado pela Organização Mundial da Saúde, em 2002.

> As justificativas culturais para a violência geralmente decorrem de noções tradicionais dos papéis característicos dos homens e das mulheres. Em muitos cenários, as mulheres devem cuidar dos filhos e de seus lares, mostrar obediência ao seu marido e também respeito. Se um homem achar que a mulher não cumpriu seu papel e ultrapassou os limites mesmo, que, por exemplo, ao pedir dinheiro para a casa, ou enfatizar as necessidades das crianças – então a violência pode ser a resposta dele. (OMS-RELATÓRIO MUNDIAL, 2002, p. 96).

Essas são as justificativas para culpabilizar as mulheres pelas agressões sofridas. É um raciocínio cruel que contribui para que elas se calem frente ao problema tão grave e de grandes proporções.

A respeito da culpabilidade infringida à mulher, Andrade (2005, p. 90-91) afirma que há outro raciocínio específico que se move para a criminalização das condutas sociais. A que se denomina de “raciocínio da honestidade” – que pode ser entendido como uma razão da seletividade, na medida em que demarca uma grande linha divisória entre as mulheres consideradas honestas (de acordo com a moral sexual dominante), e as mulheres desonestas (das quais a prostituta é o modelo

radicalizado), que o sistema abandona, haja vista, que não combinam com os padrões da moralidade sexual determinados pelo patriarcado à mulher, raciocínio que não se ameniza, não se amenizando, assim, a criminalização secundária.

Desse modo, Andrade (2005, p. 76) nos explica que para a mulher é a sua reputação sexual quem determina o reconhecimento da sua vitimização. O sistema penal promove no campo moral, uma inversão de valores, onde, muitas vezes o ônus da prova recai sobre a vítima estabelecida, no caso a mulher. Esta, que acessa o sistema requerendo a punição de uma conduta, acaba por ver-se julgada, por uma visão masculina da lei, da polícia e da Justiça, cabendo a ela provar ser vítima real e não inventada.

Devemos enfatizar que a violência contra a mulher é uma mazela mundial. Segundo reportagem da Revista Exame, publicada em 04/09/2015, em cada três mulheres uma é vítima de violência no mundo, habitualmente provocada pelo parceiro - foi o que enfatizaram estudiosos do assunto, durante uma conferência sobre violência e sexualidade realizada em Paris. Nessa Conferência, a ministra francesa da Saúde, Marisol Touraine, afirmou que a violência contra a mulher tem o objetivo e o mesmo resultado de “reproduzir, geração após geração, as diferenças entre mulheres e homens, conservando a submissão das mulheres e a superioridade dos homens”.

Touraine afirma, ainda, que no mundo, quase 30% das mulheres que já vivem uma relação, afirmam ter sofrido violências físicas ou sexuais pelo parceiro, de acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS. Entretanto, Claudia Garcia Moreno, encarregada de pesquisas sobre violência contra mulheres, afirma que esse número pode chegar a 35%, se for levado em consideração outros agressores, além dos parceiros. Existem, contudo, variações de regiões para regiões que podem ser grandes.

No Sudeste Asiático, a taxa de prevalência de violência conjugal é de 37,7%, no Oriente Médio é de 37%, na África de 36,6% e nos países mais ricos de 23%. Cerca de 38% dos assassinatos de mulheres no mundo são cometidos pelos parceiros.

Em entrevista ao sitio Huffpost Brasil, em 20/11/2015, a diretora da ONU Mulheres, Phumuizile Milambo Ngcuta, disse que a violência contra a mulher é a “violação dos direitos humanos, mais tolerada do mundo”. Ela destacou que a

violência do gênero acontece por conta da diferença e segregação contra a mulher, acrescentando que “sua contínua presença é uma das evidências de uma sociedade desequilibrada”.

No Brasil, foram assassinadas em um ano 66,7%, mais mulheres negras do que brancas, de acordo com o Mapa da Violência 2015. A pesquisa abarca o período de 2003 a 2013 e revela a combinação estabelecida entre racismo e sexismo, pois aponta que os feminicídios contra as mulheres negras aumentaram 54%, ao passo que o índice de mortes violentas contra mulheres brancas diminuiu 9,8%. Nessa pesquisa (2003 a 2013), o Brasil ocupa o quinto lugar no mundo, e só está melhor que El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa. (WAISELFIZ, 2015, p. 27).

Nesse contexto, devemos salientar que a sociedade, no que se refere ao gênero e à raça negra, é uma unidade que estabelece essa fragilidade. Nesse aspecto, notamos que a mulher negra carrega marcas de subordinação quanto ao sexo e à raça, e que essas marcas são históricas e legitimadas por uma sociedade preconceituosa, tanto no que se refere ao gênero, quanto à raça. Castells (2000, p. 23) afirma que, relativo a esses fatores, o ato de influenciar comportamentos das pessoas depende de negociações e acordos entre indivíduos e essas instituições e organizações.

Entendemos que as relações sociais ainda se encontram atreladas a atitudes de racismo e sexíssimo, sendo reproduzidas pelas bases machistas e patriarcais herdadas do período da escravidão. Portanto, existe um grande desafio para que as desigualdades entre homem e mulher e entre raças sejam banidas da sociedade. Ou seja, as instituições e organizações precisam promover cada vez mais ações de combate ao conservadorismo, e de respeito aos valores democráticos.

A esse respeito, Souza (1983, p. 17-18) argumenta que, apesar de toda a dor e sofrimento vivido por estas mulheres, elas ainda conseguem buscar espaços para viver a vida que lhes faz fortes, como por exemplo, o seio familiar. Saber ser negra é viver a experiência de ter sido marcada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas possibilidades. Constatamos na citação de Santos (1983), a potencialidade da mulher negra de buscar seu espaço e criar formas de encontrar novos horizontes.

Nesse contexto, Werneck (2008, p. 83) pontua que tem sido a partir de condições profundamente desvantajosas, em diferentes esferas, que as mulheres negras desenvolveram e desenvolvem planos cotidianos de luta com os vários setores sociais em torno de auto definição. Ou seja, de representação a partir dos nossos próprios termos, a partir do que se visualizam novos horizontes. Esquemas que deviam e devem ser viáveis para recolocar e prestigiar nosso papel de agentes importantes na elaboração do aspecto social e de intenção de transformação.

Entendemos que a luta das mulheres negras não é recente, pois nas suas relações cotidianas essa luta existe antes até dos movimentos feministas. Essa luta constante é percebida claramente em conversas informais com mulheres que tiveram que superar muitos obstáculos, principalmente quando negras e pobres.

A representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, afirma que “as mulheres negras estão expostas à violência direta, que lhes vitima fatalmente nas relações afetivas, e indiretamente, aquela que atinge seus filhos e pessoas próximas”. É uma realidade diária, marcada por trajetórias e situações muito duras e que elas enfrentam na maioria das vezes sozinhas.

Assim, Werneck (2008, p. 76) enfatiza que as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultantes de uma articulação de heterogeneidades, resultado de demandas históricas, políticas, culturais de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racista em que vivemos.

Werneck (2008, p.80) continua seu argumento afirmando que os movimentos feministas começaram a ganhar maior visibilidade e assim, no caso das mulheres negras e suas lutas, é possível considerar que tais formas organizativas tiveram participação importante na organização de série de ações de resistência à escravidão, empreendidas ao longo dos séculos que durou o regime de escravidão no Brasil; tanto aquelas ações de confronto entre os senhores e escravos, como fugas individuais e coletivas, os assassinatos (justiçamento) de escravocratas, mulheres e homens, as revoltas nas fazendas e as revoltas urbanas, lideradas pelos africanos e afro-brasileiros marcaram a história do país e deu uma feição especial ao século XIX. Todas as revoltas tiveram participação expressiva das mulheres em diferentes posições de articulação e circulação.

Diante do que afirma Werneck (2008) percebemos que essa é uma questão de inviabilização de outros grupos. Assim, a autora explica que:

> A exclusão da presença das mulheres negras (a exemplo das mulheres indígenas e de outras pessoas e grupos) dos relatos da política brasileira e mundial deve ser compreendida, principalmente, como parte das estratégias de inviabilização e subordinação desses grupos. Ao mesmo tempo em que pretendem reordenar a história de acordo com o interesse dos homens e mesmo nos tempos pós-feminismo, das mulheres brancas, o que permite apontar o quanto esta inviabilização está sendo benéfica para aquelas correntes feministas não comprometidas com a substituição alternativa do status quo. (WERNECK, 2008 p.83).

Devemos salientar que a partir do momento em que os movimentos negros foram provocados por outros grupos, alguns deles passaram a ter maior visibilidade, focando no objetivo de alcançar suas finalidades, ou seja, construir novas histórias para as mulheres negras.

Entendemos que, no caso da violência contra as mulheres negras existem estereótipos que são agravados pela história escravagista de objetificação e subalternidade que reforçam a mulher negra como hipersexualizadas e sempre disponíveis. Esse tipo de violência, quanto ao gênero e à raça, é conceituada como de violência simbólica por Bourdieu (2003), que argumenta:

> Sendo a dominação masculina, e no modo como ela é imposta, vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, violência insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação, do conhecimento e reconhecimento, ou em última instância do sentimento. (BOURDIEU, 2003, p. 9).

A partir do argumento de Bourdieu (2003), percebemos que, a respeito da identidade feminina, há uma junção de gênero e raça, na qual a mulher negra surge dentro de uma relação de inferioridade, não só por ser mulher, mas também por ser negra.

Para Branco (2008, p. 28) a categoria gênero como categoria analítica é um conceito social, isto é, um produto das relações sociais. Mas aquilo que significa ser homem ou mulher varia ao longo do tempo e do espaço, pelo que se torna muito mais importante averiguar modos como masculinidades e feminilidades são construídas, tendo em conta o sujeito individual, ao invés de perspectivar a categoria de gênero, como um conjunto de papéis nos quais as pessoas são socializadas.

Assim, no que se refere a relações de gênero, verificamos que é sempre a mulher quem deve obedecer. Nesse prisma, Branco (2008, p. 105) explica que de acordo com essa concepção, o mundo está dividido em dois grupos, sendo que um

deles exerce o poder sobre o outro, isto é, o grupo social dos homens exerce o poder sobre o grupo social da mulher, que permite explicar as relações de poder que se estabelecem entre ambos os grupos. Explica, ainda, que o papel de subordinação tem sido distribuído ao longo dos tempos à mulher, considerando o direito como expressão sexual.

Saffioti (2002, p. 10) complementa o argumento de Branco (2008), afirmando que nas sociedades do presente, a categoria gênero emparelha-se com outras de igual importância (raça, etnia, classe) e entre essas destaca o constructo da classe social, sendo essa uma categoria chave para entender o funcionamento de uma sociedade capitalista como a nossa e imprescindível para a crítica, e, quiçá, superação desse modelo excludente.

A respeito do parecer de Saffioti (2002), Branco (2008, p. 107) pondera que estando as sociedades construídas nesse modelo, como uma instituição social e política permitem manifestações várias, tais como salários desiguais, ou trabalhos menos capacitantes, violação, violências sistemáticas de várias ordens, e até mesmo o menosprezo de certos aspectos físicos, o que implica, assim, na desumanização diária das mulheres.

Nesse contexto, percebemos uma alusão não apenas a classes sociais, mas também a violência que atinge as mulheres, principalmente as negras, pois o gênero, como bem coloca Saffioti (2002), se relaciona com a própria etnia e raça.

A esse respeito Piovesan (2002) explica:

> A violência contra a mulher é um tema que deve ser abordado seriamente, pois se trata de um fenômeno generalizado que não diferencia raça, classe social ou religião. Um estudo recente detectou que de cada cinco mulheres que faltam ao trabalho, uma o faz por violência doméstica. Em 1994 constatou-se que de cada cem mulheres que morrem nesta situação, setenta morrem por problemas advindos da violência doméstica. Em 1998, constatou-se que de 66,3% dos acusados de homicídios contra as mulheres eram seus próprios parceiros (PIOVESAN, F. 2002 p. 192-193).

Segundo Marco, (2002, p. 3) a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, Erradicar a Violência Contra a Mulher “Convenção de Belém do Pará” (1994) introduziu disposições de conteúdo normativo bastante relevante em seus artigos 1º, 2ª e 5º, que definem com bastante precisão a violência contra a mulher, ampliando sensivelmente a possibilidade de proteção dispensada pelo ordenamento jurídico nacional às condutas e fatos enunciados.

Em virtude dos fatos citados, Piovesan (1998, p. 148-149) explica que para recorrer à Comissão, é preciso ter esgotado todas as vias nacionais competentes, comprovando-se a ineficácia das mesmas. Esta é a temática dos instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos, que apresentam um caráter secundário, sendo uma garantia a mais de proteção. Por isso, os procedimentos internacionais só podem ser incorporados na eventualidade das instituições nacionais, se mostrarem falhas ou omissões no dever de proteger os direitos essenciais.

No Brasil, em agosto de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha[1], visando punições para a violência contra mulheres. Vejamos o que determina o Artigo 2º da Lei:

> Toda mulher independentemente de classe social, etnia, raça, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade, religião, goza dos direitos fundamentais, inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (Art. 2º da Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha).

Devemos salientar que conforme artigo publicado por Ricardo Westin no Jornal Senado em 04 de julho de 2013, Maria da Penha Fernandes, depois de ter sofrido violência durante vários anos praticada pelo então seu marido, de esperar quase 25 anos até que a Lei Maria da Penha fosse aprovada em 2006, e sentindo-se abandonada pela Justiça, pois em razão de recursos judiciais o agressor nem chegou a ser preso, ela resolveu narrar seu drama na autobiografia intitulada *Sobrevivi...posso contar*. O livro chegou ao conhecimento de duas entidades de direitos humanos, que em 1998 lhe propuseram denunciar o descaso do Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos em Washington, e Maria da Penha aceitou. Na queixa alegaram que aquele não era um fato isolado. Entre os documentos, enviaram um estudo mostrando que, das denúncias de violência doméstica apresentadas aos tribunais do país, apenas 2% resultavam em condenações.

O Brasil ignorou os pedidos de esclarecimentos enviados por Washington. Ante o silêncio, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos[2] decidiu em 2001

---

[1] A Lei nº 11.340/06, (conhecida como Lei Maria da Penha) ganhou esse nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que por dezenove anos e meio lutou para que seu agressor fosse preso.

[2] A Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH) foi criada por resolução da Quinta Reunião da Consulta dos Ministros das Relações Exteriores em Santiago, Chile em 1959, e é um dos órgãos do sistema interamericano responsáveis pela promoção e manutenção dos direitos humanos.

fazer uma condenação pública, que fosse ouvida mundialmente. Acusou o país de covardemente fechar os olhos à violência contra suas cidadãs. Em 2006 o projeto foi aprovado pela Câmara e pelo Senado e sancionado pelo então presidente na época[3].

Apesar da proteção da Lei, do interesse do estado e de várias organizações que debatem o assunto, a violência contra a mulher é um tema complexo e delicado para quem é vítima, pois envolve sentimentos, vergonha, medo, insegurança, baixa estima, entre outros.

A esse respeito Dias (2016 p. 2) pontua que, mais do que o corpo, a violência contra a mulher atinge a alma, destrói sonhos. Essa violência interfere nos direitos da cidadania e na qualidade de vida das mulheres, minimizando seu pleno desempenho como ser humano afeta ainda, e também o desenvolvimento da sociedade em sua diversidade.

Devemos salientar que ao elaborar a Lei foi verificado que não bastava apenas criminalizar e prender os agressores, pois só isso não resolveria o problema, até porque muitos dos agressores têm como base do seu comportamento agressivo, um histórico de violência sofrido em algum momento de suas vidas, ou seja, seria necessária a reeducação dos agressores quanto às causas da violência por eles praticadas. Vejamos o que argumenta Andrade (2005) a esse respeito:

> Estamos diante de um pensamento altamente sedutor, também para as mulheres, e com forte apelo à legitimidade (da proteção, da aviltação, da solução) como se a cada lei pena editada, sentenças, ou cumprimento de pena, fosse mecanicamente sendo cumprido o acordo silencioso que leva da violência ao paraíso. [...] A eficácia invertida significa então, que a função latente e real do sistema não é o combate (redução, eliminação) a criminalidade protegendo bens jurídicos universais e gerando segurança pública e jurídica, mas, ao contrário, construí-la seletiva e estigmatizamente e neste processo reproduzir, material e ideologicamente, as desigualdades de classe, gênero, raça. (ANDRADE, 2005, p. 78-79).

Verificamos no argumento de Andrade (2005), que ao se resolver o problema da violência contra a mulher, através do sistema penal, se reproduz o sistema patriarcal, pois, o sistema penal não é suficiente para proteger as mulheres contra a violência, pois este é um subsistema de controle social que reproduz, ele mesmo, a violência na forma institucional, ou seja, exercendo seu poder também sobre as vítimas.

---

[3] Westin, Ricardo. Brasil só criou Lei Maria da Penha após sofrer constrangimento internacional. Jornal do Senado, 04/07/2013. Disponível em: <www.senado.leg.br/jornal/edições/especiais/2013/07/04/brasil-so-criou-lei-maria-da-penha-após-constrangimento-internacional> Acesso: 10/09/2016.

Para Soares (2005, p. 15), qualquer mulher pode ser vítima da violência doméstica. Não importa se ela é rica, pobre, negra ou branca, se vive no campo ou na cidade, se é moderna ou provinciana, ou a qual religião professa. A única diferença é que as mulheres que têm boas condições financeiras, conseguem esconder melhor a situação, pois possuem mais recursos para escapar da violência.

A esse respeito, Dias (2016) argumenta que:

> As consequências dos danos na vida da mulher são marcadas pela baixa estima, pelo isolamento social e até pelo sentimento de culpa. Surge com maior frequência o sentimento de medo que paralisa e a impede de procurar auxílio. Como conduta, surge também o isolamento, por meio do qual a mulher se distancia das pessoas que podem oferecer-lhe apoio, inclusive da família. Por fim, a interiorização da culpa, na qual a mulher se sente merecedora das ações agressivas. Justificando-os, e referindo as falhas em seu comportamento. (DIAS, 2016, p. 4).

Dias (2016, p. 4) pontua, ainda, que essa violência se constitui na consonância e dimensão da desigualdade. A mulher é estigmatizada com a passividade do silêncio. Sendo considerado o sexo frágil, é por meio dessa natureza que o convívio torna-se uma constante ameaça, que termina desencadeando em fatalidade.

Nesse sentido, Soares (2005, p. 19) salienta que a violência doméstica contra a mulher não é caracterizada apenas por aquilo que se vê e que é inserido no código penal. É muito mais que isso. O hematoma, o arranhão que muitas vezes leva a mulher a pedir ajuda, é muitas vezes apenas a ponta de um iceberg.

Comentando sobre a discriminação vivenciada pela mulher negra, Soares (1998, p. 110-110) enfatiza que são essas mulheres as que apresentariam mais riscos de ser objeto de violência, por estarem situadas do lado mais fraco das hierarquias, a de gênero e a de raça. As mulheres negras possuem ainda, outra desvantagem: estariam situadas, em proporção significativa, nos segmentos mais desprovidos de oportunidades, ou seja, as melhores oportunidades para o agressor praticar a violência, decorrem dos espaços diferentes que as mulheres ocupam na hierarquia social. Além disso, a mulher negra sente-se discriminada também no mercado de trabalho.

A respeito de ser discriminada no mercado de trabalho, vejamos o queafirma a informante nº 6:

> Me sinto discriminada, porque quando procuro emprego dão a vaga para brasileiras e não para as haitianas. Gosto muito de Porto Velho, mas aqui o salário bom não é para as haitianas. Trabalho numa pizzaria e ganho R$ 850,00 por mês, mas preciso enviar dinheiro para o Haiti e me sustentar

> aqui, pagar aluguel, luz, alimentação, vestir, calçar e só com o que ganho não dá. Procuro mais um emprego para ganhar mais um salário, mas não encontro. Já fiz cadastro no Sistema Nacional De Empregos Estadual e Municipal, quando vou lá recebo o encaminhamento para emprego e quando chego ao local indicado, dizem que não tem mais vaga. Isso não é verdade, que fui numa firma junto com outra pessoa, uma brasileira, quando cheguei lá entrei primeiro e a pessoa brasileira ficou me esperando. Para mim disseram que não tinha mais vaga, mas contrataram a que entrou depois para a mesma vaga a que eu fui encaminhada. Não querem dar empregos para as haitianas. Eu quero melhorar de vida e não consigo e a quero voltar para o Haiti. (Informante nº 6).

Na fala desta informante, precisamos verificar alguns fatores que podem ter ocasionado a negativa da vaga: durante a entrevista, ela certamente não ocultou o fato de já ter um emprego, o grau de instrução (ensino médio completo), o conhecimento do francês, espanhol e inglês e o aprendizado do português que estariam além das qualidades pretendidas pelo empregador para admitir uma pessoa para exercer a função de serviços gerais (que não exige qualificação específica). Outro fator que podemos ponderar também é o receio do “Outro” de contratar uma pessoa que não domina fluentemente o português, que vem de uma sociedade totalmente oposta à dele. Entendemos que esses fatores relatados podem ter acarretado esse receio do “Outro” e não ser considerado uma discriminação.

Quanto a questão da discriminação, Hall (2003) afirma que:

> O preconceito, a injustiça, a violência e a discriminação em relação ao “outro”, baseada na diferença cultural, passaram a ocupar do antigo impulso, ao mesmo tempo em que há a construção de muralhas defensivas de todos os tipos, tamanhos e formas para que a cidade oficial possa apegar-se a modelos fechados, unitários e homogêneos de “pertencimento” onde não se abrange a diferença. São práticas sociais, e ideias fixadas numa condição petrificada que não permite o diferente, o “outro” ao que ele tenta confirmá-los aos seus propósitos. (HALL, 2003, p. 17).

Complementado o argumento de Hall (2003), Dias (2016, p. 4) salienta a violência social praticada contra mulheres negras e pobres. Esse é o tipo de violência muito difícil de ser denunciada, pois ocorre de forma imperceptível e camuflada, baseada no preconceito e na discriminação étnico racial. É a violência que encontramos diariamente. A violência está em qualquer lugar, nos lares, nas ruas, no trabalho. Surge do setor público e nas instituições privadas.

Nesse contexto, Oliveira (2013, p. 22-23) enfatiza que alguns estudos apontam que o preconceito racial e a relação de hierarquia de gênero se fundem num quadro perverso de subordinação. A autora afirma que um dos aspectos da história na relação de gênero das mulheres negras que as distingue especialmente

das outras mulheres é o fato de terem tido uma história marcada pela discriminação racial, em especial no Brasil. As mulheres negras vítimas desse tipo de violência agregam peculiaridades inerentes a esse fenômeno, devido a uma série de fatores, entre os quais inclui a discriminação da etnia que é fruto de uma sociedade colonialista e escravocrata.

Oliveira (2013, p. 24) explica que é por estar nas faixas de renda mais baixas, que aparecem especialmente de diferenças contra a mulher negra, que além de ser vítima de todas as desigualdades descritas, ainda está submetida à violência étnica que, por muitas vezes, potencializa todas as demais formas de violência. Nessas circunstâncias, devido a causas históricas, a condição de ser mulher negra precariza-se e ela acaba vivenciando situações muito mais agravadas do que as vivenciadas pelas mulheres brancas. O racismo atribui responsabilidades das desigualdades suportadas, aos sujeitos que as sofrem, e, dessa forma, busca normalizar as diferenças entre os sujeitos.

Oliveira (2013) complementa seu argumento ressaltando que as mulheres, no geral em muitas situações que circundam nossa sociedade, são vistas como vítimas em potencial, principalmente por questões biológicas, religiosas e políticas e culturais. Já as mulheres negras são parte desse contingente de mulheres, possivelmente sendo a sua maioria e, de uma forma genérica, nunca reconhecem em si mesmas, esse mito, já que nunca foram tratadas como frágeis e dignas de ser atribuído a elas o conceito de vítimas. (OLIVEIRA, 2013, p. 41-42)

Segundo Bourdieu (1999),

> A divisão entre sexos parece estar na ordem das coisas (...) ela está presente em todo o mundo social, e em estado incorporado nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 1999, p. 17).

Entendemos, nesse contexto, que a dominação masculina, para a maioria das mulheres é um comportamento natural, até pela falta de conscientização, escolaridade, e exclusão social e o fato da maioria da população feminina falar apenas o crioulo.

No parecer de Bourdieu (1999, p. 137), a dominação masculina é uma expressão de poder que possui uma dimensão, na qual o a mulher que é o dominado da relação, submete-se a uma forma de adesão que não é fruto de uma decisão deliberada, ou de consciências esclarecidas, mas sim de uma submissão de corpos socializados.

Complementando o argumento de Bourdieu (1999), Saffioti (1995, p. 183) enfatiza que a relação dominação-exploração não presume o total imaginamento da personagem que figura no polo de dominada-explorada. Ao contrário, integra essa relação de maneira constitutiva à necessidade de preservação da figura subalterna.

Sua subalternidade, porém, não significa ausência total de poder. Nos dois polos da relação existe poder, ainda que em doses desiguais. Não se trata de uma hierarquia, mas de uma contradição. [...] Como na dialética entre o senhor e o escravo, homem e mulher jogam cada um os seus poderes, o primeiro para preservar sua supremacia, a segunda para tornar menos incompleta sua cidadania.

Nesse sentido, Bourdieu (2003, p. 146) pontua que as relações entre homem e mulher são construídas apor meio de um processo de hierarquia, tendo assim, a relação de poder, na qual a hegemonia masculina se traduz em superioridade, sendo a identidade dos dominantes e dominados, no caso o gênero, masculino e feminino. Segundo o autor, o produto de inscrição do corpo de uma relação de dominação, as estruturas estruturadas e estruturantes do habitus são o princípio de atos de conhecimento e reconhecimento das práticas da fronteira que produz a diferença entre os dominantes e dominados.

Desse modo, essa dominação é um dos fatores que faz com que várias mulheres deixem seus lugares de origem, as famílias e quaisquer vínculos afetivos em busca de um caminho, que lhes proporcione melhores oportunidades de vida, e também liberdade, e, consequentemente, a construção de uma nova identidade. Hall (2000, p. 103) argumenta que a discussão sobre o conceito de identidade sinaliza para uma construção nunca completa, porém, sempre em processo.

Assim, diante de todos os argumentos expostos, constatamos que, no mundo atual, as mulheres, independentemente, de classe, raça, etnia, anseiam por liberdade, por oportunidades, por escapar a essa dominação. No que se refere às mulheres migrantes haitianas, mesmo não sendo a migração uma novidade, o fato de elas serem oriundas de uma sociedade machista e o aumento do processo migratório dessas mulheres para o Brasil, acompanhadas ou não por seus companheiros/maridos nos mostra que elas não migram apenas como meras acompanhantes, mas sim com um objetivo de melhorar de vida, sozinhas ou acompanhadas. De certa maneira, elas almejam alcançar a independência, tanto no sentido financeiro, quanto no moral e social.

Tivemos essa percepção na fala da migrante nº 12:

> Agora já tenho até um namorado, um negão bem bonito que é divorciado e nem filho tem, ele é brasileiro e trabalha na usina. Ele é muito bom pra mim, me ensina muitas coisas de Porto Velho, me levapra passear, nas festas e até no cinema e me ensinou dançar forró e eu gostei. Mas eu não quero dinheiro dele porque quero ser independente, porque se ele me dá dinheiro vai querer mandar em mim. Quando eu ainda não era casada eu estudava, mas ai casei, e meu marido não deixou mais. Agora que estou aprendendo uma profissão, vou ter minha independência. (informante nº 12)

E essa ânsia feminina tem levado a reações extremas por parte daqueles que se julgam seus proprietários. A violência doméstica, os espancamentos, os feminicídios acontecem a nível mundial. Os estupros coletivos ou não, o uso de produtos químicos (ácido e álcool) para desfigurar as mulheres estão constantemente presentes na mídia, e são a expressão que configuram o medo da desconstrução do poder patriarcal em todo ou em parte, que a passos lentos vem acontecendo. Além disso, devemos lembrar as diferenças no mercado de trabalho entre homens e mulheres, tanto na questão de salários, pois geralmente os homens ganham mais, como também na falta de maiores oportunidades para as mulheres. Como já citado acima, esses fatos acontecem em nível mundial, portanto não é diferente em Porto Velho. É necessário enfatizar que muitas mulheres não denunciam a violência que sofrem por parte de seus maridos ou companheiros, pois têm medo da reação do agressor, não trabalham e dependem financeiramente dele, acreditam no fato de o agressor prometer que não vai mais agredir, se preocupam com a criação dos filhos, não acreditam na justiça, têm medo de que se o agressor for punido ele se tornará ainda mais agressivo, e também por medo de não conseguir manter o próprio sustento, além, é claro, da vergonha que sentem pela situação humilhante na qual são colocadas. Por todos os motivos expostos, compreende-se a complexidade em se tratar sobre a violência contra a mulher.

SEÇÃO 3 BRASIL: UMA HISTÓRIA MARCADA POR CICLOS MIGRATÓRIOS

Desde a origem da humanidade, o ato de migrar faz parte do contexto histórico do planeta. As migrações, quase sempre, apresentam como motivação a luta pela sobrevivência e as transformações que ocorrem nas sociedades, ocasionadas por questões econômicas.

Esses processos migratórios deram origem ao surgimento de vilas, povoados e cidades que marcam o deslocamento humano no mundo, acarretando a expansão da cultura. A esse respeito, Oliveira (2010, p. 118) argumenta que a cultura é um elemento que faz parte da existência humana, ou seja, o ser humano, ao criar a cultura, faz a si mesmo e a sua existência na medida permanente de tornar-se e fazer-se. Dessa forma, é primordial que se entenda que o processo migratório é uma construção histórica.

Segundo Bolognini (1998, p. 9), há uma dinâmica de valores culturais conforme os deslocamentos migratórios dentro de um determinado espaço territorial, e, portanto, a expressão e compreensão da cultura como o conhecimento, as ideias e as crenças, bem como as maneiras como elas existem na vida social, que se propagam juntamente com as migrações populacionais e se reagrupam socialmente nos novos territórios ocupados pelos sujeitos envolvidos, nos contextos produzidos, fazendo, conforme afirma Hoggart (1973), uma reapropriação da cultura e incorporando a diversidade cultural que vai se reorganizar dentro de um modelo ao qual Canclini (1999, p. 19) denomina de Hibridismo Cultural, como já foi mencionado neste trabalho.

Dessa forma, entende-se que nesse contexto que se inserem as origens culturais do Brasil. A partir das matrizes das culturas indígena, portuguesa e negra, que, com o passar do tempo se somaria à vinda de milhares de migrantes originários de vários países, com alto índice de agricultores da Europa para a América, mais especificamente para o Brasil, ocasionando uma migração interna, visando o desenvolvimento do país, proporcionando, dessa forma, a formação da cultura brasileira. (SILVA, 2015, p. 32).

O processo migratório no Brasil iniciou-se em 1530, quando as terras brasileiras começaram a ser exploradas por meio das expedições colonizadoras. Em 1534, com a divisão do país em capitanias hereditárias, efetivou-se a ocupação e povoamento do território. (MARTINS & VANALLIS, 2004, p. 41).

A partir da criação dos governos gerais em 1549, o número de migrantes portugueses cresceu, principalmente nos séculos XVII e XVIII, sendo que este último foi impulsionado pela descoberta do ouro e diamantes em Minas Gerais. Segundo Prado Junior (1990, p. 64), [...] o afluxo de população para Minas Gerais é, desde o início do século XVIII, considerável, um rastro de proporções gigantescas [...]. Em poucas décadas o território foi povoado, contando também, para esse fim, com a presença dos negros africanos que foram trazidos para o Brasil através do tráfego negreiro do século XVI ao XIX, estimando-se em algo de cinco a seis milhões de negros que vieram para o trabalho nos canaviais, plantações de café, extração de minérios, em áreas rurais e urbanas, porém, é necessário lembrar que antes dos negros havia a presença dos nativos na execução desses trabalhos. Não se sabe ao certo a data precisa em que os escravos negros chegaram ao Brasil. Porém, Rodrigues (2010, p. 64) explica que:

> A escravidão negra no Brasil é contemporânea da sua colonização. Somente ela conservou nos primeiros tempos a feição portuguesa de fenômeno secundário, que se limitava ao serviço doméstico. Surgiu como um problema brasileiro, quando faltando o índio que sucumbiu, ou era protegido pelos jesuítas, e começando a escassear os braços para a lavoura e mais tarde para o trabalho nas minas, se criou um comércio de escravos direto entre o Brasil e a África. (RODRIGUES, 2010, p. 64).

A legislação que anteriormente impedia a entrada de estrangeiros no Brasil foi modificada no período da União Ibérica (1580-1640), o que fez com que as portas do país fossem abertas para judeus, espanhóis, ingleses, holandeses e franceses. Após a abolição da escravatura, o número de migrantes elevou-se, se caracterizando pela diversidade de nacionalidades e pela irregularidade no período entre guerras.

Os principais grupos de migrantes que adentraram ao país foram os portugueses, italianos, alemães, espanhóis e japoneses. As marcas desses povos podem ser vistas na cultura e nas bases econômicas das regiões Sudeste e Sul, onde antigos núcleos populacionais se transformaram em cidades, com características evidentes na arquitetura, vocabulários, vestimentas, hábitos e costumes, além das técnicas artesanais na agricultura e industrialização. (GOTTARDI, 2015, p. 28).

Em 1945, com o término da Segunda Guerra Mundial, teve inicio uma política de migração mais flexível. O Decreto-lei nº 7.967 de 18/09/1945 declara ser “necessário imprimir à política migratória uma orientação racional e definitiva, que

atenda à finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e desenvolver a imigração que for de fator de progresso para o país".

Com esse Decreto-lei, o processo migratório foi novamente acentuado, tendo em vista que a partir década de 60 iniciou-se a fase de tolerância aos migrantes da América Latina, Caribe, África e alguns países da Ásia.

Henriques (2009, p. 17) afirma que à medida que o mundo se moderniza nomeadamente em matéria de transportes e redes de comunicação, também o fenômeno das migrações ganha novas proporções e complexidade. A liberalização dos mercados e a abertura das fronteiras entre países têm contribuído para que os fluxos migratórios se tornem mais fáceis. A globalização fomenta grande permeabilidade de fronteiras, permitindo grande mobilidade para os cidadãos.

Sobre a migração recente para o Brasil, Martes (2009) esclarece que esse processo obedece a quatro padrões diferentes:

> 1) Perseguição política (1970-1980): profissionais liberais. Predomínio de uruguaios, chilenos, argentinos que se apresentam como as comunidades de maior nível de escolaridade (Censo, 2000);
> 2) Refugiados: colombianos e asiáticos (Afeganistão); africanos (Angola e Libéria)
> 3) Migração de profissionais (até hoje): empregados qualificados de multinacionais e transnacionais e profissionais liberais. Fluxos documentados no Ministério de Trabalho e Polícia Federal. Predomínio de europeus e latino-americanos (sobretudo argentinos);
> 4) Migração laboral (1970 até hoje): trabalhadores de baixa qualificação e nível de escolaridade. Fluxo voluntário, não documentado. Predomínio de sul-americanos (chilenos, bolivianos, paraguaios, peruanos e haitianos) e também africanos (sobretudo Angola e Moçambique). (MARTES, 2009. p. 12).

Entende-se que, nas sociedades modernas, as migrações terão continuidades impulsionadas pela globalização, fazendo com que as pessoas se desloquem devido às necessidades econômicas e também políticas, sendo este um aspecto dominante do século XXI, e constituindo-se num desafio em vários aspectos: político, econômico, social e cultural.

Segundo Gottardi (2015, p. 29), nos últimos anos, o Brasil tem recebido um contingente considerável de migrantes. Entre eles, uma grande quantidade de migrantes haitianos, que chegam às fronteiras, legal ou ilegalmente. Os desafios não se restringem apenas em acolhê-los, mas também à sua inserção social.

3.1 O processo migratório para Rondônia

O espaço geográfico de Rondônia teve sua ocupação em função dos interesses de Portugal nestas fronteiras, com a instalação da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital do Mato Grosso, à qual boa parte das terras rondonienses pertencia. Nesse contexto, havia a presença de aventureiros que procuravam encontrar fortunas nas lavras e faisqueiras e na preação de índios, como também de negros na precária agricultura de subsistência que garantia a manutenção da sociedade local institucionalizada. (FONSECA & TEIXEIRA 2001, p. 55).

A construção do Real Forte Príncipe da Beira, na região onde hoje se localiza o município de Costa Marques teve como finalidade garantir a posse de Portugal sobre estas terras. Outro fator que impulsionou a migração para Rondônia, entre o final do século XIX e início do século XX, foi a extração da borracha, que possibilitou a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e que trouxe para a região a partir de 1870 um grande número de nordestinos, bem como milhares de migrantes de várias nacionalidades, para trabalhar na construção da ferrovia. Anterior a chegada dos nordestinos quem trabalhava nas obras da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré eram os índios e os caboclos. (FERREIRA, 2008, p. 209).

É necessário salientar que na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré destacaram-se os barbadianos, provenientes das Antilhas. A respeito desses trabalhadores, Blackman (2011, p. 1) enfatiza que a imigração dos antilhanos para a Amazônia iniciou-se de modo bastante significativo, no fim do século XIX. Todavia, foi no século seguinte o período em que os negros das Antilhas chegaram a Porto Velho, incentivados pelos serviços da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. (1907-1912).[4]

Ainda segundo Blackman (2015, p. 48), no início do século XX, a população antilhana em Porto Velho acabou desencadeando, de certa forma, a contribuição para a estabilidade populacional, visto que, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré era uma construção representada principalmente pela figura masculina.[5] Somente a eles foi dado o privilégio de trazer a família. (SILVA, 2007, p. 59).

---

[4]BLACKMAN, C. Os imigrantes Antilhanos de Porto Velho. Disponível em:<http://oestrangeirodotorg.files.wordpress.com/2014/12/os-imigrantes-antilhanos-de-porto-velho-pdf.>Acesso em: 15/06/2016.

[5] BLACKMAN, C. Do Mar do Caribe à Beira do Madeira: A comunidade antilhana em Porto Velho. Dissertação de Mestrado em História e Estudos Culturais. Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 2015.

Blackman (2015, p. 49) enfatiza que esse fenômeno atípico para o período funcionou como fator primordial, para localizarem-se juntamente com os seus familiares, e outros negros migrantes antilhanos em um conjunto de casas, instalando-se um bairro em Porto Velho. Esse pequeno conjunto de habitações denominou-se Barbadian Town.

Blackman (2015, p. 51) destaca a relevância do Barbadian Town no surgimento de Porto Velho, sendo que foi considerado, então, o maior de todos os bairros em área de concessão da ferrovia. As moradias abrigavam principalmente trabalhadores negros oriundos das ilhas britânicas do Caribe. Burgeile (2009 p. 403) comenta a importância deste bairro para a manutenção da língua falada pelo grupo:

> Verificamos que a manutenção de redes de comunicação bastante fechadas e densas incialmente, consequentes do isolamento do grupo em um bairro específico, pode ter contribuído para a manutenção da fala inglesa nesta região, através das gerações, após tanto tempo de colonização. (BURGEILE, 2009 P. 403).

É necessário lembrar que, segundo Silva (1980, p. 56), os antilhanos (as) ingleses demonstravam estar atentos às questões pedagógicas e educacionais, assim como, às práticas culturais, visto que eles procuraram conservar a característica linguística por meio do letramento dos filhos (as), em língua inglesa, idioma oficial que foi trazido pelos antecessores dos (as) negros (as) antilhanos (as) para Porto Velho. Sobretudo, reiteramos a importância da fundação de uma escola localizada no Barbadian Town, com o objetivo de preservar a língua (o inglês) barbadiano/dialeto, e também, alfabetizar os (as) descendentes, em português, língua oficial brasileira.

A construção ferrovia Madeira Mamoré situada em área que pertencia ao Amazonas, possibilitou o surgimento de Porto Velho, sendo necessária a importação dos Negros das Antilhas Inglesas para a evolução dessa iniciativa ferroviária.

A esse respeito, vejamos o que argumenta Fonseca & Teixeira (2003):

> Ainda no século XIX, durante a primeira fase da construção da ferrovia já havia registros da participação dos barbadianos, entre os quase mil trabalhadores que embarcaram rumo às selvas de Santo Antônio do Rio Madeira. A presença em massa desses grupos negros caribenhos só se tornou uma força de expressivo destaque nos trabalhos da ferrovia a partir do século XX. Esses operários já haviam trabalhado, com grande sucesso, em outra obra de enormes dimensões, a construção do Canal do Panamá. Suas experiências em um clima tropical e hostil, como as florestas panamenhas, aliadas ao vigor físico e ritmo bastante disciplinado fizeram deles fatores chave do empreendimento. (FONSECA & TEIXEIRA, 2003, p. 140**).**

Silva (2007, p. 59) complementa o argumento acima, explicando que os barbadianos, por já terem trabalhado com os americanos em Cuba e em países da América do Sul, por serem na maioria especializados em trabalhos como maquinistas, soldadores, caldeireiros, mecânicos, etc., e, ainda, principalmente por falarem o inglês, o que facilitava o diálogo com os patrões, foram de grande importância no empreendimento.

Todavia, não foram apenas os negros barbadianos que fizeram parte da construção de tão vultosa obra. Trabalhadores de outras nacionalidades, já citados por Ferreira (2008) também se fizeram presentes. Conforme afirmam Fonseca e Teixeira (2003), representantes de várias outras nacionalidades estiveram presentes nos trabalhos da ferrovia, como: ingleses, norte-americanos, italianos, gregos, hindus, espanhóis, portugueses, recriando na Amazônia o mito bíblico de uma nova babel do imperialismo. Todavia, parece ter predominado nesse conjunto de operários os caribenhos. Vindos de várias nacionalidades centro-americanas, Trinidad, Jamaica, Barbados, Martinica, Santa Lúcia, São Vicente. Guianas, Granadas e outras ilhas das Antilhas, os negros tinham formação protestante e idioma inglês, e geralmente eram chamados de “barbadianos”. (FONSECA &TEIXEIRA, 2003, p. 140-141).

Ferreira (2008, p. 212) explica que não há certeza quanto ao número de antilhanos britânicos que migraram para Porto Velho, durante a construção da ferrovia, no período de 1907 a 1912. O autor destaca que em 1910 chegaram a Porto Velho centenas de negros provenientes das Antilhas e de Barbados. Nesse contexto Blackman (2015, p. 47) afirma que “a imigração antilhana serviu como base social para o surgimento da nascente Porto Velho, sendo que se configurou como uma categoria importante no processo inicial na formação da cidade”.

Percebemos, através dos relatos dos antilhanos, a sua importância para a formação de Porto Velho, sua influência na construção do processo histórico, social, territorial, cultural e econômico desse município. Além do mais, fixaram raízes na região e seus descendentes nela permanecem.

Além da construção da ferrovia, houve também a construção das Linhas Telegráficas, coordenadas pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, com a finalidade de integrar os estados do Mato Grosso e Amazonas às demais regiões do

país, o que acarretou um novo ciclo migratório, no início do século XX. (FERREIRA, 2008, p. 248-249).

Segundo Beker (2006, p. 89), após a decadência da borracha amazônica, houve um período de trinta anos de estagnação da região. Entretanto, durante a Segunda Guerra Mundial, as zonas produtoras de látex na Ásia foram invadidas pelas tropas japonesas. Esse fato foi de grande importância para a região amazônica, pois os países em guerra não tinham mais acesso aos seringais asiáticos e voltaram suas atenções para a borracha da Amazônia, surgindo, assim, o segundo Ciclo da Borracha. Dessa forma, a região foi novamente ocupada, ocasionando um novo fluxo migratório, que se dividia em duas categorias, conforme afirma Matias (1997).

> Voluntários e recrutados, todos fugitivos da seca que assolava o nordeste brasileiro. (...) Os voluntários podiam ser de qualquer faixa etária, casados, trazer suas famílias e também eram chamados “arigós”. Os recrutados, no entanto, obedeciam ao critério militar de ser solteiro, ter entre 18 a 25 anos de idade, e chegavam à Amazônia na condição de Soldados da Borracha, forma pela qual eram registrados oficialmente. (MATIAS, 1997, p. 85).

Além do aumento da população com a vinda dos migrantes nordestinos, o segundo ciclo da borracha deu condições para que fosse criado o Território Federal do Guaporé em 13 de setembro de 1943, no governo do Presidente Getúlio Vargas, com terras desmembradas do Amazonas e do Mato Grosso. Em 1956 em homenagem à atuação política do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, passou a ser chamado de Território Federal de Rondônia. (PINTO, 1986, p. 182). Segundo o autor já citado, esse fato acarretou a criação de novas possibilidades agrícolas colonizadoras e estimulou o comércio.

Sendo uma região rica em minérios, Rondônia passou pelos ciclos do Diamante, em 1950, e da Cassiterita, em 1958, gerando novos fluxo migratórios. (TEIXEIRA & FONSECA, 2003, p. 168).

A partir da abertura da BR 364, deu-se início ao Ciclo da Agricultura e a um novo e definitivo fluxo migratório para a região, baseado na agricultura, possibilitando a criação de diversos municípios que hoje integram o Estado de Rondônia. O surto definitivo para a colonização permanente de Rondônia ocorreu a partir da década de 70. Com o intenso ciclo migratório dessa década, a cidade de Porto Velho começou a bater contínuos recordes de crescimento, culminando com uma autêntica explosão de expansão urbana, na década de 80. A pavimentação da BR 364 colocou fim ao relativo isolamento rodoviário do Estado em relação às

demais regiões do país, facilitando o movimento migratório. (TEIXEIRA & FONSECA, 2003, p. 173)

Quanto a essa questão, Matias (1997) cita:

> (...) de todos os ciclos o econômicos que resultaram na intensificação migratória para Rondônia desde o começo deste século, o fenômeno migratório provocado pela abertura da BR 364 e pela implantação de um modelo de desenvolvimento baseado na agricultura foi sem duvida o mais importante. Milhares de famílias fixaram-se nas terras rondonienses contribuindo para a retirada da região do lento progresso que os ciclos extrativistas relegavam. (MATIAS, 1997, p. 120).

Devemos salientar que todos os ciclos econômicos são importantes, porém entendemos que o autor deu ênfase à abertura da BR 364 e ao ciclo da agricultura, pela contribuição dos mesmos para a efetiva ocupação de Rondônia e consequente desenvolvimento.

No século XXI, Porto Velho se deparou com mais dois ciclos migratórios intensos. O primeiro fluxo ocorreu em virtude da construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, acarretando a vinda de uma quantidade bastante considerável de pessoas de várias regiões do país, para a região o que alavancou a economia do município, a partir de 2009. No entanto, devemos frisar que essa migração é considerada temporária, pois os migrantes (barragistas) permanecem na cidade durante o período de execução das obras. Com a conclusão das obras, esses trabalhadores retornam ao seu local de origem, ou se deslocam para locais onde outras barragens estejam em construção. O segundo fluxo teve início em 2010, com a chegada dos migrantes haitianos (muitos deles se empregaram nas Usinas) (ROSA, 2014, p. 96).

3.2 Contextualizando o Haiti e Porto Velho

O Haiti é um país da América Central, localizado na Ilha do Caribe. Sua população é composta por afro-americanos, euro-americanos, europeus meridionais e tainos. O idioma oficial é o francês e o crioulo, devido à influência francesa na sua colonização.

Rodrigues (2010, p. 89) explica que o crioulo haitiano tem suas bases na língua francesa trazida pelos colonizadores europeus e sofreu resistência desde sua origem. O crioulo surgiu como mecanismo linguístico desenvolvido pelos escravos, como forma de resistência à manipulação e à opressão francesa. Ele está

fortemente ligado à história dos escravos, ou seja, aos totalmente desfavorecidos do meio social.

Vejamos o posicionamento de Hurbon (1987):

> Graças às pesquisas sobre línguas africanas feitas nos últimos anos, reconhece-se no crioulo a base gramatical específica que lhe concede coesão e estatuto de língua. Infelizmente, o crioulo nunca foi transmitido nas escolas, embora, seja a língua majoritária no Haiti. O acesso ao francês**,** pelo contrário, sempre foi considerado como o ingresso em sistemas que diferencia as classes dominantes das classes dominadas, veremos que o crioulo como o vodu, será a expressão direta das relações de classes no país. (HURBON, 1987, p. 73).

Dessa forma, pode-se dizer que a cultura haitiana é formada por três principais elementos: o indígena taino, chemmés, o elemento africano e o elemento ocidental, principalmente o francês.

Segundo Alexis (1970, p. 250), o elemento africano representa a maior parte da constituição da cultura haitiana. Qualquer que seja o campo considerado da atividade criadora do povo haitiano encontrar-se-á a marca indelével do negro. Quer se trate de literatura oral, de nossos contos cantados, ou do extraordinário de Bouqui e de Malice, quer se trate da música ou da dança, quer se trate das artes plásticas ou religião, é a filiação africana que se impõe ao espírito. Certamente que todas as obras têm a cor haitiana, elas nos pertencem, reflete a terra onde vivemos, assim como nossa história épica, e não poderiam se superpostas às de tal ou tal povo negro, mas elas têm um ar de família, indiscutivelmente, negro.

Ainda segundo Alexis (1970, p. 250), no Haiti, a permanência de traços culturais, seja do elemento africano ou ocidental é menos estável e menos durável, quando o real econômico e histórico interno da nação considerada o faz evoluir diferentemente de outros povos de culturas apresentadas. As condições geográficas, as trocas de relações humanas constantes são também importantes para uma longa permanência de traços culturais herdados.

Nesse contexto, Santos (2014, p. 50) pontua que a música haitiana tem sua herança africana e se constitui por meio de um hibridismo cultural. A cultura produz sentidos imaginários que são construídos historicamente com os sujeitos, com os grupos sociais, bem como a identidade. Portanto, a música haitiana faz parte da identidade de seu povo, pois carrega traços da essência haitiana[6].

---

[6] SANTOS, Ednaldo Tartaglia. Imigrantes Haitianos: da dinâmica de saída à dinâmica de entrada. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Letras. Universidade Federal de Rondônia. Núcleo de Ciências Humanas. Porto Velho, 2014.

Para Rodrigues (2008, p. 58), a música, a religião e a língua são elementos de identificação e da cultura do povo haitiano. Considerando o contexto cultural e psicológico estabelecido nos indivíduos por meio de elemento religioso, os indivíduos necessitam de uma linguagem, para que, de fato, possam estabelecer uma ligação e uma comunicação entre homens e divindades. A religião não é um fenômeno individual, mas social que possui suas vozes, porém não são aceitas por todos os membros de uma comunidade, pois a sociedade é por essência heterogênea. A língua à qual o autor se refere é o crioulo e a religião é o Vodu[7]. Devemos enfatizar que mesmo o Vodu não fazendo parte deste estudo, ele é citado por ser uma característica importante da cultura haitiana.

Nesse prisma, Rodrigues (2008, p. 165) argumenta que o Vodu é primordialmente uma religião popular. A língua dos seguidores do Vodu é o crioulo, falado no Haiti por toda a população, com exceção da alta burguesia, que embora o domine, prefere usar o francês. A maior parte dos seus adeptos é recrutada no campesinato que representa mais ou menos 63% da população total do país. Quanto ao proletariado urbano, ele só se manteve fiel à religião primitiva na medida em que preservou seus afetos rurais.

Continuando sua argumentação, Rodrigues (2008, p. 166) enfatiza que a prática do Vodu, assim como o uso do crioulo, é um dos traços que os sociólogos retiveram para estabelecer a distinção entre as massas populares e o pequeno grupo de pessoas instruídas que gozam de certo conforto material, dando-se a si mesmo o título de elite, a maioria, mulatos, que se apegam com todas as forças aos modos ocidentais de vida e de pensamento e sentem pelos camponeses um sentimento social de desprezo.

Dalmaso (2009) argumenta que quando se fala ou se escreve sobre o Haiti, invariavelmente o Vodu é citado, pois há uma fusão entre os dois elementos, ou seja, uma ideia metonímica.

Vejamos o discurso de Dalmaso (2009, p. 15) sobre esse fato:

> Além desta relação propriamente metonímica, na qual escrever sobre o vodu é escrever sobre a nação haitiana, como se fosse possível explicar e entender a totalidade (a nação) pela parte (o vodu), o argumento de alguns

[7] O vodu haitiano é uma das características mais visíveis e marcantes da cultura do Haiti. Sua influência está no estilo de vida das pessoas, e em todas as expressões artísticas nacionais, tais como: a música, dança, pinturas, etc. PEREIRA, A. M. Publicado em 21 de setembro de 2015. Disponível em: <www.brasileiraspelomundo.com/haiti-derrubando-os-mitos-sobre-o-vodu-231417585>Acesso em: 16/06/2016>.

> autores aponte na direção de que poderíamos encontrar no vodu uma linguagem metafórica em que estariam expressos os dilemas dos haitianos e as dificuldades enfrentadas pela população, como a miséria, a fome, uma sociedade dividida entre uma elite minoritária e o resto do povo explorado, dentre outras, apareceriam assim por meio de metáforas nos cantos, nas suas possessões, nos rituais etc.(DALMASO, 2009, p. 15).

Diante desse contexto, Handerson, (2011, p. 238) complementa o argumento de Dalmaso (2009), afirmando que todas as desgraças que acontecem no país não escapam dessa interpretação, e nesse caso culpam o vodu, de maneira preconceituosa, estigmatizada.

Diante do exposto, Goffman (1975, p. 11-12) afirma que esses tipos de estigmatismo foram apontados ao povo haitiano de maneira tão explícita, que marginalizados, foram incorporando padrões impostos pela sociedade Europeia e Americana, mesmo sendo algo absurdo para o país. A autora enfatiza que a sociedade estabelece os meios de caracterizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais aos membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias que têm probabilidade de nele serem encontradas.

Ao longo de sua história, o Haiti foi cenário de muitos conflitos sangrentos entre várias potências, com objetivos imperialistas, entre elas, França, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos.

A sua independência, em janeiro de 1804, foi um acontecimento que influenciou as nações latino-americanas, principalmente pelos autores sociais envolvidos nesse processo. O país foi a primeira colônia latino-americana a abolir a escravidão negra e também se tornou a primeira república negra no mundo. Isso se deu pelo fato de todo o processo da revolução pela independência ter sido conduzido pelos escravos que, além de libertarem o país, se libertaram.

Entretanto, por longos anos a independência do país não foi reconhecida. Enquanto na maioria das colônias europeias o processo de independência se dava por meio de uma elite crioula, contando com uma participação popular pouco significativa, no Haiti, o processo foi liderado pela grande maioria da população negra, que era escravizada. (CÉSARIE, 2012, p. 24).

Nesse contexto, Galeano (2010) argumenta que:

> A bandeira dos homens livres levantou-se sobre as ruinas. A terra haitiana foi devastada pela monocultura do açúcar e arrasada pelas calamidades da guerra contra a França, e um terço da população havia caído no combate. Então começou o bloqueio. A nação recém-nascida foi condenada à

> solidão. Ninguém lhe comprava nada, ninguém lhe vendia e ninguém a reconhecia. O Haiti fora a perola da coroa, a colônia mais rica da França: com mão de obra escrava a custo zero. O espírito das leis Montesquieu havia explicado sem papas na língua: O açúcar seria demasiadamente caro se os escravos não trabalhassem na sua própria produção. Os referidos escravos eram os negros. (GALEANO, 2010, p. 2).

O argumento de Galeano (2010) é importante, pois o Haiti ficou esquecido por quase dois séculos, sendo rotulado como um país de extrema pobreza. Em 2010, foi devastado por um intenso terremoto que provocou a morte de cerca de 200 mil pessoas e deixou desabrigada mais de 1 milhão. Além disso, um surto de cólera ceifou a vida de cerca de 9.000 pessoas e foi assim que ressurgiu no cenário mundial, pois teve os olhos do mundo voltados para ele.

Essa situação de calamidade fez com que um número bastante significativo de haitianos se deslocasse para vários lugares do Brasil, e assim chegaram a Porto Velho, a partir de fevereiro de 2011, com o objetivo de reconstruírem suas vidas e conseguirem condições para buscar os familiares que ficaram no Haiti. Eles adentraram ao Brasil, principalmente pelas fronteiras do Acre e Amazonas, com objetivo de chegarem a outros estados, como Rondônia (Porto Velho), São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul (GOTTARDI, 2015, p.47).

Sabemos que quando há um processo de migração para outro país, ou mesmo outro estado, há implicitamente uma aceitação da cultura do outro, ou seja, podemos até colocar como uma tradução espontânea, pois ao conviver com o outro, o migrante está ao mesmo tempo convivendo com sua cultura.

Em Burke (2009, p. 16), lê-se que tradução implica em “negociação”, um conceito que expandiu seu domínio na última geração, indo além dos mundos comerciais e da diplomacia, para referir-se ao intercâmbio das ideias e à consequente modificação dos significados. Entretanto, Hall (2004, p. 88-89) é mais enfático quando define como tradução cultural, o processo de negociação entre novas e antigas matrizes culturais vivenciadas por pessoas que migraram de sua terra natal. Ela tem diante de si uma cultura que não as assimila, e ao mesmo tempo, não perdem completamente suas identidades originárias, mas precisam dialogar constantemente com as duas realidades.

O Haiti possui uma cultura muito rica, com influências africana, francesa e espanhola, enquanto que em Porto Velho encontramos uma mescla cultural que engloba a cultura africana, indígena, nordestina e sulista. Nesta abordagem nos

referimos a Hall (2003), que, baseado em seus estudos sobre a diáspora dos Caribenhos para a Grã-Bretanha, enfatiza que no contexto da tradução cultural encontra-se o hibridismo.

O hibridismo não se confere a indivíduos híbridos, que podem ser constatados com os “tradicionais” e “modernos”, como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural agnóstico, uma vez que, nunca se completa, mas que permanece em indecidibilidade (HALL, 2003, p. 74).

Quanto a Rondônia (Porto Velho), sempre se ouve falar que a formação populacional, cultural e social rondoniense se inicia na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, no final do século XIX. Porém, no decorrer da nossa vida acadêmica, percebemos que poucos aspectos nós herdamos da “Saga Amazônica”, dos ingleses e norte americanos. No entanto, segundo relatos históricos, no século XVIII já havia no Vale do Guaporé pequenos povoados, liderado por missões religiosas, especialmente jesuíticas. (FERREIRA, 2008, p.24-25)

Porto Velho é a capital do Estado de Rondônia, possui, segundo o Censo do IBGE - de 2015, 502.748 habitantes. Foi escolhida como local desta pesquisa de campo devido à grande quantidade de migrantes haitianos que se estabeleceram na cidade, a partir de 2011. Sendo a mais populosa do Estado de Rondônia, a cidade está situada à margem direita do Rio Madeira, um importante afluente do Rio Amazonas. Sua origem, como já citamos, deu-se a partir da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em 1907. (FERREIRA, 2008, p. 196).

A respeito do surgimento de Porto Velho, Hardman (2005) pontua que:

> A cidade de Porto Velho nasceu exatamente assim, como um novo marco inicial determinado para a ferrovia, a partir das instalações da firma construção: podemos imaginar essa futura capital da fronteira oeste brasileira, originando-se de uma estação ferroviária que marcava o ponto de partida da linha, além das oficinas mecânicas, de um cais muito bem localizado no rio Madeira e das primeiras residências dos funcionários técnico-administrativos. Ao mesmo tempo sua característica de cidade não se distinguia muito bem, pois conservava, nesse momento a rigor, como núcleo solitário controlado e dominado por uma empresa privada, algo distante da definição normal de espaço público. (HARDMAN, 2005, p. 167).

A economia de Porto Velho desenvolveu-se a partir de vários ciclos econômicos, o que ocasionou diversos fluxos migratórios, sendo que a migração dos haitianos é a mais recente, e teve como um dos atrativos a construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, pelo Governo Federal, através do Programa de Aceleramento do Crescimento (PAC).

SEÇÃO 4 AS MOTIVAÇÕES E OS DESAFIOS DAS MULHERES QUE MIGRAM

O processo migratório dos haitianos para o Brasil é recente, mas, percebe-se que a presença feminina vem apresentando resultados maiores do que no início da migração. Essa percepção pode ser notada através de dados do Ministério do Trabalho e emprego, do Conselho Nacional de imigração e do Ministério de Relações Exteriores, citados por Fernandes e Castro (2014) [8]. Os dados citados pelos autores mostram que de 2011 a 2012, o número de imigrantes do sexo feminino saltou de 123 para 843, simbolizando a quinta parte dos migrantes vindos do Haiti. E ainda que, entre 2013 e 2014, os vistos concedidos às mulheres haitianas passaram de 423 para 689.

Nesse prisma, Lisboa, (2006, p. 11) enfatiza que:

> Desde o início do fenômeno das migrações internacionais as mulheres eram vistas como agentes passivas no ato migratório, dependentes de seus pais, ou de seus maridos, e apenas os acompanhavam nesse processo, na maioria das vezes sem opção de escolha. A migração feminina era explicada em função da migração masculina, mas nas últimas décadas houve uma reversão nesse processo. (LISBOA, 2006, p.11).

No contexto das migrações femininas, nos baseamos nas condições de vida precárias que as mulheres migrantes pobres enfrentam com a falta de trabalho no país de origem. Fato que faz com que elas tomem a decisão de migrar, principalmente pensando na família. Todavia, cabe salientar que um dos fatores em comum entre essas mulheres, independente das condições sociais, é o desejo de mudar de vida, de buscar novas oportunidades e independência. Pensar na mulher migrante é pensar também na sua responsabilidade familiar (no cuidar da família) e nas situações de vida que elas almejam transformar. (DUTRA, 2013, p.1)

Diante disso, Schiller (1997) pontua que:

> [...] a ética da obrigação familiar não é sentida como uma esfera de valores diferenciada da nação. Pelo contrário, no Haiti, a linguagem normativa das obrigações de parentesco liga, assim, os indivíduos à nação através de metáforas baseadas na comunidade de sangue. Tanto os instruídos como os analfabetos, tanto os adolescentes urbanos pobres, como os dirigentes políticos educados usam metáforas de parentesco e sangue para explicar a unidade de todos os haitianos. Essa unidade prolonga-se transnacionalmente, englobando todos os que têm ascendência haitiana independente do lugar onde vivem. O Estado-nação transnacional é

[8] FERNANDES, Duval; CASTRO, C. M. Projeto de estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral. Disponível em: <http://www.obs.org.br/cooperação/746-projeto-de-estudos-sobre-a-migração-haitiana-para-o-brasil-e-dialogo-bilatera> I 2014. Acesso em: 16/06/2016.

> legitimado através da ideologia de uma linha de descendência que liga os indivíduos ao corpo comum haitiano. [...] (SCHILLER, 1997 p. 46).

Ainda segundo Dutra (2013, p. 1), é necessário frisar que, cuidar da família, zelar, bem como obedecer ao marido, é o papel geralmente atribuído às mulheres. No entanto, esse grau de responsabilidade e submissão se dá conforme o contexto social no qual a mulher migrante está inserida, fazendo com que ela tenha, ou não, a oportunidade de migrar e modificar sua vida por meio da migração. Dessa forma, há de se atentar para o grau de instrução, cultura, e possuir ou não documentação que possibilite a essas mulheres a inserção no mercado de trabalho.

Tedesco (2011, p. 45) pontua que esse fenômeno revela de maturação da realidade migratória, legislação que lhes deram algum favorecimento e interesse, bem como em processos integrativos em termos sociais e no horizonte do trabalho.

No que se refere às mulheres migrantes trabalhadoras e de origem pobre, Parella (2005, 2003) argumenta que, atualmente, esse lugar assume certas características, que na sociedade receptora as condena a dois nichos específicos no mercado de trabalho: o serviço doméstico e a prostituição.

Dutra (2012, p. 3) nos explica que:

> Em 1992, em Santo Domingo (República Dominicana) nos documentos preparatórios da IV Conferência do Episcopado Latino Americano, constata-se uma clara preocupação pelo fato concreto do crescimento da mobilidade humana, e nesse sentido o aumento da complexidade do fenômeno e das causas que provocam tais deslocamentos. No parágrafo destinado à mulher, considera-se como linha urgente de ação a denúncia aos atropelos que sofrem as mulheres latino-americanas e caribenhas, sobretudo, “camponesas, indígenas, afro-americanas, migrantes, operárias (...)”, inclusive denunciar os abusos cometidos pela mídia contra a dignidade dessas mulheres, vulneráveis, buscando favorecer os meios que lhes permitam uma vida digna. (S. D., 107-110).

Dutra (2012, p.3) salienta, ainda, que em 2007, na 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Aparecida (Brasil), no parágrafo referente às Migrações, Imigrantes e Migrantes, destaca-se a necessidade de contemplar cada vez mais “o rosto dos que sofrem”, as comunidades indígenas e afro-americanas, que, em muitas ocasiões não são tratadas dignamente e em condições de igualdade. Muitas mulheres são excluídas por serem mulheres, pela situação econômica que as impedem de entrar no mercado de trabalho.

Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM)[9], um dos [10]principais motivos para a migração feminina é necessidade de ajudar a família, sendo elas responsáveis pelo envio de verbas ao seu país de origem. Outro motivo é o fato de serem elas, muitas vezes, as responsáveis pelo sustento dos filhos, sozinhas, por serem separadas, divorciadas, viúvas ou mães solteiras. A essas motivações, somam-se a pobreza, a falta de oportunidades de trabalho e estudo, bem como a violência e opressão dentro do núcleo doméstico, e o desejo de se emancipar.

O depoimento da informante nº 11 confirma o que pontua a Organização Internacional para as Migrações:

> Eu vim embora do Haiti porque tudo que tinha o terremoto levou. Não tinha mais como sustentar meus filhos. Eu era dona de um comércio pequeno na minha casa mesmo. O terremoto levou tudo. No meu país não tem emprego e é muito triste ver os filhos passar fome e também não estudar porque a escola a gente tem que pagar. Por isso deixei o Haiti pra dar vida melhor pros meus filhos e pra mim. (informante nº 11).

Ramos (2014, p. 285) complementa o argumento acima, afirmando que a feminização das migrações está associada a problemas que afetam as mulheres em geral: dificuldade de encontrar emprego, reduzido acesso à educação, à saúde, às redes de informação, falta de autonomia e vulnerabilidade à violência. Para o autor, a feminização é uma das características da migração contemporânea.

A respeito da fala dos autores acima citados, devemos enfatizar, que as mulheres migrantes não podem mais ser vistas como aquelas que apenas acompanham os maridos em seu processo migratório, mas sim como sujeitos desse processo.

Dentro desse contexto migratório, as migrantes procuram dar um novo rumo as suas vidas, no sentido de satisfazer suas necessidades diárias no que diz respeito à melhor qualidade de vida, como alimentação, moradia, acesso à educação e à saúde para elas e para os filhos.

Nesse sentido, Ramos (2014) pontua que:

> No âmbito doméstico, as mulheres têm mais responsabilidades no que diz respeito aos cuidados do lar e dos filhos. Essas diferenças se refletem na desigualdade de gênero e no desiquilíbrio da educação. Muitas mulheres migrantes são excluídas socialmente e do mercado de trabalho, sobretudo, as que têm baixa escolaridade. (RAMOS, 2014, p. 289)

---

[9]A Organização Internacional para as Migrações (OIM) foi criad\a em 1951, constituindo-se atualmente como a principal organização intergovernamental dedicada às áreas das migrações. Disponível em: <http://www.oim.int> Acesso em: 10/09/2016.

Dutra (2013, p. 6) complementa o argumento acima citado, enfatizando que cabe reforçar a ideia de que as condições de trabalho muito precárias e a situação de vulnerabilidade em que muitas trabalhadoras se encontram trazem implicações, não somente para a vida delas, como também para o núcleo familiar pelo qual se responsabilizam, ocasionando transformações na base social, com grandes ressonâncias da população local de origem e de destino.

No mesmo sentido, Tedesco (2011) argumenta:

> A força do trabalho feminino continua a ser vista como subsidiária com respeito às carências e flexibilidade e estruturas sócias apresentam. A sua presença, importância, significação e condição e demanda, é muito expressiva da crise do estado social no tocante, a assistência familiar, aos anciãos, e portadores de deficiência. As mulheres adentram ao terceiro setor, para horários anômalos, no comércio, nos restaurantes, apresentam-se como mulher e mãe, num processo de reprodução de uma força de trabalho estrangeira cada vez mais estrutural na sociedade. (TEDESCO, 2011, p. 48).

Percebe-se na citação de Tedesco (2011), que as maiores possibilidades de emprego para as mulheres migrantes situam-se naqueles trabalhos que são menos valorizados pela sociedade, e com salários inferiores aos dos homens, ou seja, são discriminadas pela sua condição de mulher, o que na verdade é uma questão de gênero.

Conforme pondera Tedesco (2011, p. 49), pouco se fala da questão de gênero no processo migratório, assim como especificamente das mulheres, anão ser para enquadrá-las em algumas dimensões negativas ligadas à prostituição, à exploração de seu trabalho por aqueles que as contratam, à desconfiança em relação aos problemas familiares em sua opção pela migração, e, portanto, de fuga de espaços de origem etc. As migrações foram representadas como dinâmicas orientadas e viabilizadas pela esfera masculina, o homem abrindo o caminho e a mulher indo junto ou depois, mas não como protagonista central.

Com referência ao que argumenta Tedesco (2011), Duarte (2013, p. 12) enfatiza que a desigualdade de gênero corresponde a uma representação tradicional, que discorda do *ethus* moral moderno, dependente de uma demarcação moral genérica, relacional e principal. Ou seja, é uma ação norteada por princípios morais e relacionais, associados aos valores religiosos, de caráter prioritário e imperativo.

Ainda assim, conforme consta no estudo Gênero, Migrações e Reservas da OIM, as mulheres migrantes, mesmo ganhando menos do que os homens migrantes, conseguem mandar uma proporção maior do que ganham, também de forma mais regular e durante mais tempo. Essas reservas são não apenas um alívio econômico para as famílias receptoras, mas também um fator de reequilíbrio entre gêneros, sublinha a OIM.[11]Assim, as mulheres que enviam dinheiro assumem um papel que não tinham e as que recebem assumem novos papéis na administração familiar.

Neste contexto a informante nº 12 afirma que:

> Trabalho em casa de família e ganho R$ 900,00. Do meu dinheiro mando R$ 300,00 para minha mãe que é para ajudar nas despesas dos meus filhos. (informante nº 12)

Segundo Dutra (2013) [12], as políticas migratórias isoladas não dão conta de evitar os riscos da exploração no âmbito do trabalho, da discriminação e da falta de reconhecimento aos direitos humanos básicos. De fato, em muitos países são elaborados marcos regulatórios que propiciam a exploração da mão de obra migrante considerada não qualificada, mas fundamental para o andamento da economia e que beneficia setores específicos da sociedade. O fato é que, em muitos países, inclusive aqueles considerados mais desenvolvidos, a legislação é deliberadamente omissa, não protege o trabalho feito pelas migrantes e inexiste uma forma legal de fiscalização no que se refere às condições de vida e de trabalho dessas mulheres.

Nesse contexto, o resultado é o que temos no cenário atual, em que vemos mulheres migrantes sendo diariamente exploradas, violentadas e sendo obrigadas a viver em condições indignas. Assim pontua Dutra (2013):

> Tais fatores condicionam a capacidade de vida dessas mulheres e de suas famílias dificultando seriamente qualquer possibilidade de ascensão social e reproduzindo modelos de vida em sociedades altamente estratificadas. Assume-se, então que a existência da discriminação para com essa mulher trabalhadora migrante conduz a fenômenos como o da segregação

---

[11] Mulheres migrantes enviam muito dinheiro aos seus países. Disponível em: <http://wwwswissinfo.ch/por/sociedade/muheres_imigrantes_enviam_muito_dinheiro_a_seus_paises.html?cid=3221794> Acesso em: 02/03/2016.

[12] DUTRA, Délia. As mulheres no contexto das políticas migratórias. Resenha nº 93, 4º trimestre de 2013. Disponível em: <www.csem.org.br/images/downloads/artigos/As_mulheres_no_contexto_das_politicas_migratorias.pdf>Acesso em: 02/03/2016.

> ocupacional, particularmente quando se focaliza a reflexão na dimensão do trabalho, (DUTRA, 2013, p. 181).

A autora acima citada afirma que as dificuldades das mulheres migrantes vão além do período de deslocamento, visto que, continuam no país para o qual se deslocam, pois fatores como o não domínio da língua estrangeira, a dificuldade de se integrarem, a ausência dos familiares e o medo da deportação quando ilegais as colocam num quadro de vulnerabilidade e invisibilidade. É necessário que essas mulheres tenham seus direitos trabalhistas garantidos como migrantes, para que possam suprir suas necessidades, diminuindo assim a exposição aos casos de abusos, exploração e violência aos quais estão sujeitas.

4.1 A composição das famílias transnacionais

O foco principal desta pesquisa é a migração feminina das mulheres haitianas para Porto Velho, salientando que segundo Handerson (2015, p.184) entre as mulheres, a migração se destaca como um projeto familiar e que ao se deslocarem de seu país de origem, formam o que se denomina de famílias transnacionais, cujo conceito Bonizzoni (2009) explica da seguinte maneira:

> A família transnacional é caracterizada pela ausência de um ou mais membros, os quais residentes no exterior (mais ou menos por longo tempo, mais ou menos de forma contínua), continuam a manter forma de relacionamento e troca com seus parentes no país de origem, partilhando com eles um sentimento de pertencimento e de interesses mútuos que se manifestam em viagens, comunicações, trocas comerciais e econômicas de apoio. (BONIZZONI, 2009, p. 66).

Nesse contexto, Machado (2014, p. 35), apoiado em estudos transnacionais enfatiza que “deve ser pensar a família como um dos fatores básicos da transnacionalidade”. No mesmo prisma, o autor complementa o argumento acima, enfatizando que a migração segue a vida das famílias por várias gerações. Fenômeno que leva à constituição de famílias divididas entre nações, “entre estatutos de legalidade e ilegalidade, entre saudades e preconceitos”.

No entanto, no que se refere das mulheres haitianas, não foi apenas após o terremoto de 2010, que as famílias se distanciaram. Nas notas de campo, há relatos de informantes, cujos membros da família (irmãs, primos, cunhados, tios) migraram

para o Canadá, outros para França, e Estados Unidos, e outros para a República Dominicana.

Segundo Mejia (2015, p. 5), as famílias transnacionais, grupo familiares distribuídos em várias partes do globo, não forçosamente perdem os laços quando inseridos em uma nova sociedade.

A esse respeito, Machado (2014 p. 32-33) informa que grupo familiar inclui todas as pessoas envolvidas na migração: homens, mulheres, crianças, adultos, quem vai, quem fica, quem retorna, quem transita. São as famílias que planejam, organizam, e executam o fluxo entre dois ou mais lugares.

A informação do autor corrobora com os relatos das informantes, pois em notas de campo levantamos que a partir do momento em que as mulheres decidem migrar, as famílias participam, inclusive para reunir dinheiro para a viagem ao Brasil, ou para outro país. O objetivo dos familiares, é que uma vez instalados e empregados enviem dinheiro para a família. Dessa forma, os familiares de alguma maneira dependem de quem migrou.

Handerson (2015, p.350) argumenta que família e diáspora estão intimamente relacionadas. As estruturas familiares na família extensa haitiana desempenham papel de importância na representação da estrutura social da diáspora. Os familiares que ficam no Haiti, além de dinheiro, esperam que o migrante solicite visto para a família, que mande buscar os parentes mais próximos. O diáspora é criticado por residir no estrangeiro dez anos ou mais, deixando os filhos e os pais no Haiti.

Entende-se pelo argumento de Handerson (2015), a razão das informantes relatarem que desejam buscar os filhos, e também pai e mãe que ficaram no Haiti. Segundo o autor citado, mandar buscar alguém da família constitui um valor moral, uma honra social diante dos vizinhos e da família. A família é o *lócus* privilegiado da reprodução dos projetos de mobilidade (HANDERSON, 2015, p. 353).

Segundo Machado (2014, p. 32-36) os projetos de migração envolvem o desejo contraditório de consolidação de nichos familiares. O autor enfatiza ainda que, no projeto migratório, as mulheres tornam-se integrantes de famílias transnacionais, famílias cujos integrantes vivem certo tempo, ou um tempo maior afastados uns dos outros, porém mantidos por laços de sentimento e bem-estar coletivo e unidade, mesmo quando atravessam fronteiras nacionais.

4.2 A inserção das mulheres haitianas no mercado de trabalho

As mulheres haitianas, em Porto Velho, buscam melhorar de vida através de oportunidades de trabalho. Essa busca faz com que elas enfrentem um desafio constante. A esse respeito Krawulski (1988, p. 12) enfatiza que “o trabalho é um instrumento significativo do valor e da dignidade humana”.

A inserção de mulheres migrantes no mercado de trabalho é marcada por atividades de sobrevivência. Por isso, é comum que elas trabalhem por conta própria, emprego doméstico, cuidadoras, babás, ou emprego sem registro em carteira, ou seja, sem proteção social e acesso aos direitos trabalhistas (MACHADO, 2014, p. 35).

Complementando o argumento do autor acima citado, Gottardi (2015, p. 65) argumenta que no contexto migratório, a carteira de trabalho se torna um passaporte, uma ponte que garante a entrada do indivíduo num outro estrato social, inserção com mais prestígio e valor.

Nesse contexto, segundo a autora, a carteira de trabalho passa a desempenhar um papel que lhe é atribuído, não pela matéria prima, pela qual é constituída, muito menos pelo seu tamanho, cor, textura, espessura, peso, ou forma, mas pela ideologia que carrega, pela simbologia que se lhe mostra intrínseca; a de representar, esperança, dignidade, inserção social; passa a representar a independência econômica na história das migrações; assume a importância de sobrevivência dos membros ligados à história do trabalhador.

Alcançar a estabilidade financeira através do trabalho é um desafio para as mulheres haitianas, pois encontram muitas dificuldades que passam pela falta de vagas, baixos salários, falta de escolaridade e de qualificação profissional, além da competividade e burocracia. Segundo Garcia (2005, p. 70), “ser trabalhador passa a ser uma qualidade para ser cidadão”. Mesmo que tenha um trabalho estável, não é fácil para essas mulheres ter uma renda que lhes proporcione condições de alcançar o objetivo de arcar com suas despesas em Porto Velho e ainda enviar remessas para os familiares que ficaram no Haiti.

Com respeito ao que pontuam os autores acima citados, vejamos o que diz a informante nº 11:

> Trabalho fazendo faxinas nas casas e ganho R$ 100,00 por faxina que faço. Tenho 3 que já são fixas e vou toda semana. Nos dias que não faço faxina

> eu lavo roupas para 2 colegas que trabalham nas usinas e eles me paga R$ 150,00 por mês cada um. Quando sobra algum dinheiro eu guardo porque quero ser comerciante aqui, comprar coisas na Bolívia para vender que me falaram que dá dinheiro. (informante nº 11).

Bezerra (2005, p. 133) argumenta que correlacionados, trabalho e carteira de trabalho, pelo valor que lhes são atribuídos, passou a representar ascensão social, valorização, pois o trabalho socializa, e redime. Conceitos estes que estão presentes no imaginário social, criando uma sociabilidade que une trabalho e trabalhadores. Assim, segundo o autor, “o trabalho torna-se um poderoso meio de inserção social”.

Todavia, o trabalho encontrado nem sempre se coaduna com o que essas mulheres esperavam encontrar, pois além das dificuldades ocasionadas pela língua, mesmo aquelas que possuem alguma escolaridade, nem sempre encontram empregos que se ajustem às suas qualificações (BEZERRA, 2005, p. 133).

Gaspard (2003, p. 219) complementa o argumento acima, enfatizando que a inserção das mulheres trabalhadoras migrantes no mercado de trabalho continua sendo mais difícil do que para os homens. Quando conseguem se inserir no mercado de trabalho, constata-se que o emprego é geralmente precário e, na maioria das vezes, os trabalhadores que são qualificados encontram empregos precários e inferiores a sua qualificação. As trabalhadoras estrangeiras constituem uma espécie de subsegmento mais estreito do que os homens.

Nesse sentido vejamos o que relata a informante nº 6, ao ser entrevistada:

> Gosto muito do Brasil, mas aqui a oportunidade de salário bom não é para os haitianos. Eu trabalho em uma pizzaria e ganho $ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), mas preciso enviar dinheiro para o Haiti, e pagar, aluguel, luz, alimentação, vestir, calçar, só com o que ganho não dá. Procuro mais um emprego para ganhar mais um salário, mas não encontro. Tenho ensino médio completo, falo crioulo, francês, espanhol, um pouco de inglês e já falo o português. (Informante nº 6).

Percebe-se na fala dessa informante, que apesar de ter o ensino médio completo, falar crioulo, francês, espanhol, um pouco de inglês e ter um conhecimento razoável de português, ela não consegue encontrar um trabalho de acordo com a sua qualificação Ela alega querer ir embora do Brasil, já que não consegue melhorar de vida com o salário que ganha trabalhando numa pizzaria.

No mesmo prisma, Amorim e Lima (2015) afirmam que o trabalho ocupado pela trabalhadora migrante haitiana segue uma regra de disseminação dos trabalhos precários, de baixa qualidade, marcados pela desproteção social e de direitos trabalhistas. Segundo os autores são ocupações tidas como exclusão do trabalho

reprodutivo e atribuídas às mulheres, com pouco ou nenhum reconhecimento social. As candidatas a tais ocupações são, maior parte das vezes, mulheres sem estudos, com baixa qualificação e mulheres de outras etnias.

Devemos salientar que muitas vezes elas se submetem a tais ocupações por falta de opção e pela extrema necessidade. O relato a seguir, da informante nº 3, nos dá um exemplo bem claro dessa situação:

> Chegando em Porto Velho tive dificuldades encontrar trabalho e fui trabalhar de empregada doméstica. Eu trabalhava das 07h00min h. às 18h00min h. A carteira de trabalho minha foi registrada com um salário de $ 352,00 (trezentos e cinquenta e dois reais), porque a mulher falou que eu era aprendiz e estava de experiência. Trabalhei dois meses e a mulher não me deu o salário mínimo então sai do trabalho, mas não denunciei que fiquei com medo de me mandar embora pro Haiti. (Informante nº 3).

Percebemos na fala da informante acima, que a mulher ainda hoje é vítima da exploração econômica e, no caso relatado, o medo de ser deportada para o Haiti impediu que ela tomasse as providências cabíveis junto aos órgãos competentes.

Segundo Handerson (2015, p. 160), essas mulheres afirmam que a pobreza e a falta de emprego no Haiti foi que as fizeram aceitar alguns serviços domésticos no Brasil. Nesse contexto, percebe-se que a pobreza acarretou para essas mulheres a escolha pelo trabalho doméstico. Entretanto, nota-se que a situação da informante citada, bem como de outras mulheres migrantes haitianas, relaciona-se logicamente com a mudança de status social-profissional, pois desenvolvem um trabalho que, tanto no Haiti como no Brasil, é social e financeiramente desvalorizado.

SEÇÃO 5 ANALISE E RESULTADOS DA PESQUISA

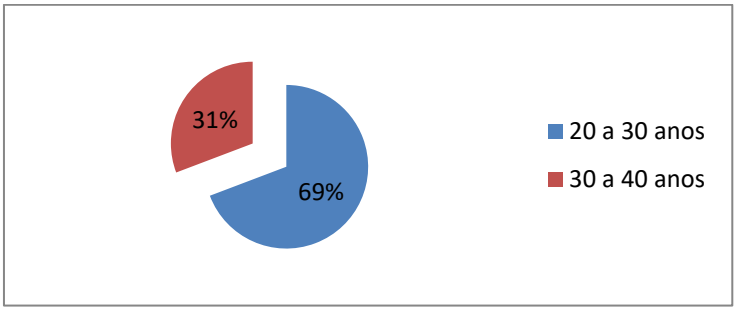
Ao iniciarmos este capítulo, salientamos que não encontramos dificuldades para entrar em contato com as mulheres migrantes haitianas e que as entrevistas transcorreram em clima amistoso, pois elas se mostraram bastante receptivas e dispostas a colaborar. Além disso, são pessoas extremamente educadas, cordiais e alegres. Apesar das dificuldades enfrentadas, o sorriso no rosto parece ser uma marca da determinação em alcançar os objetivos que as fizeram se deslocarem do Haiti para o Brasil, deixando lá seus filhos e familiares. A seguir serão apresentados a análise e os resultados desta pesquisa.

O perfil das mulheres migrantes haitianas em Porto Velho apresenta pontos em comum, ou seja, trabalhar, fazer cursos profissionalizantes, melhorar de vida, ajudar familiares e buscar os filhos que se encontram no Haiti.

Seguem dados da pesquisa, referentes à faixa etária, à escolaridade, ao estado civil e à religião das mulheres haitianas entrevistadas. Ao compararmos nossos dados com os de Santos (2014, p. 79, 81) constatamos que o perfil das nossas informantes é corroborado pelos resultados encontrados no trabalho do autor citado.

Por uma questão de cooperação entre estados e de solidariedade, ambos os princípios presentes na Carta dos Direitos Humanos do país que acolhe os migrantes o Brasil poderia suprir a deficiência do mercado de trabalho, principalmente no que se refere à mão de obra não qualificada e faixa etária, visto que a preferência dos empregadores é para pessoas adultas jovens. Nesse contexto, a faixa etária das mulheres migrantes haitianas está entre 24 a 39 anos, **o** que demonstra que o grupo pesquisado se encontra em condições de ser inserido no mercado de trabalho, conforme aponta o gráfico.

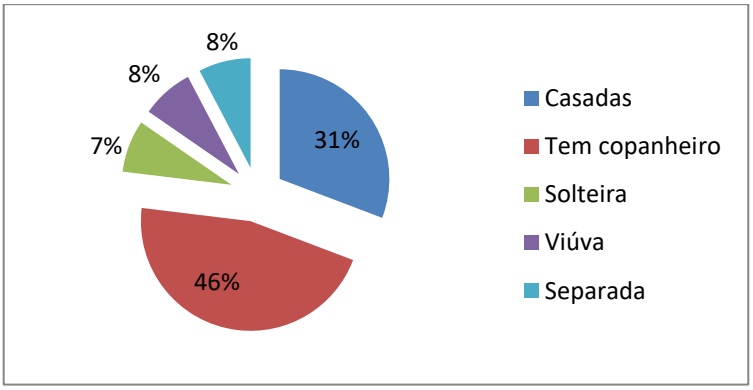
Gráfico 1 - Faixa etária



Fonte: A autora e Informantes haitianas em Porto Velho

Quanto ao estado civil das informantes, 31% são casadas legalmente, 46% têm companheiro, 7% solteiras, 8% viúva e 8% separadas, conforme demostrado no gráfico 2. Neste quesito, percebe-se a importância do elemento masculino na vida dessas mulheres. Tal presença, para elas, representa segurança e dignidade; referem-se aos maridos e companheiros, como alguém que lhes dá segurança e impõe respeito.

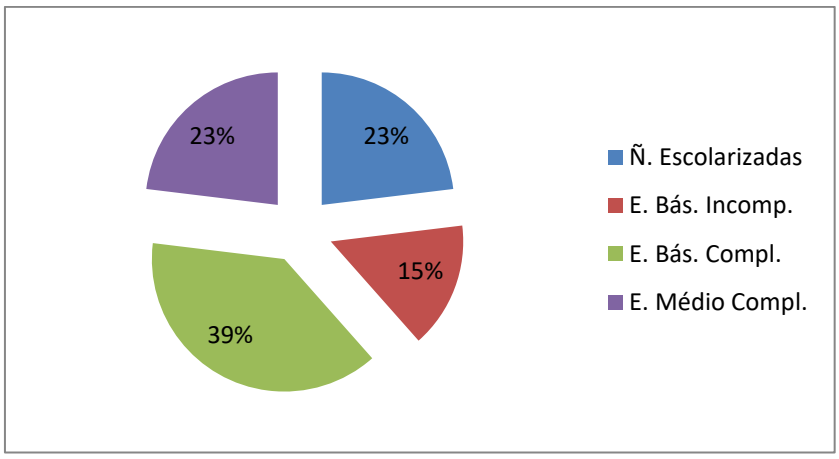
Gráfico 2: Estado civil



Fonte: A autora e Informantes haitianas em Porto Velho

O gráfico 3 demonstra o grau de instrução das informantes, o qual pode ser considerado baixo, visto que 23% das entrevistadas não são escolarizadas, 15% possuem o ensino básico incompleto, 39% possuem o ensino básico completo, e 23% possuem o ensino médio completo. Esse fato está relacionado ao tipo de trabalho que elas desempenham em Porto Velho. A maioria dessas mulheres desempenha a função de domésticas, auxiliares de cozinha, faxineiras, entre outros que não exigem escolaridade ou maior qualificação.

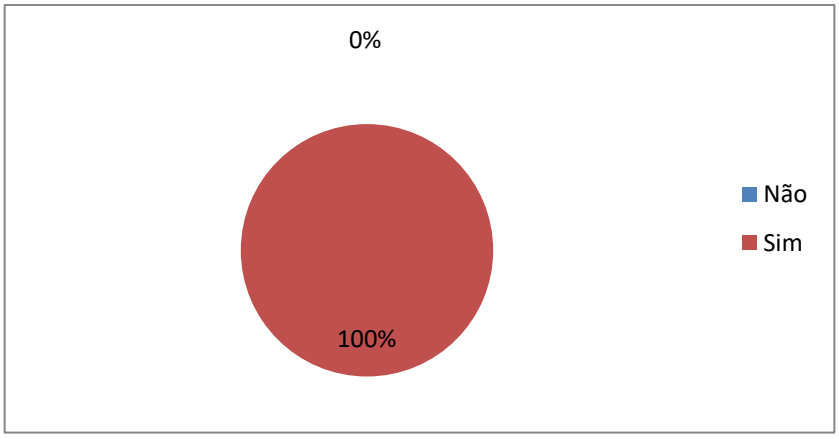
Gráfico 3: Grau de Instrução



Fonte: A autora e Informantes haitianas em Porto Velho.

Com relação ao quesito religião, representado no gráfico 4, 100% das informantes afirmam frequentar uma igreja, ou seja, a fé para elas é um lenitivo que abranda as dificuldades e dá força para que possam continuar na caminhada escolhida. Nas notas de campo, as informantes se mostram sempre agradecidas a Deus pela oportunidade de recomeçar a vida em Porto Velho.

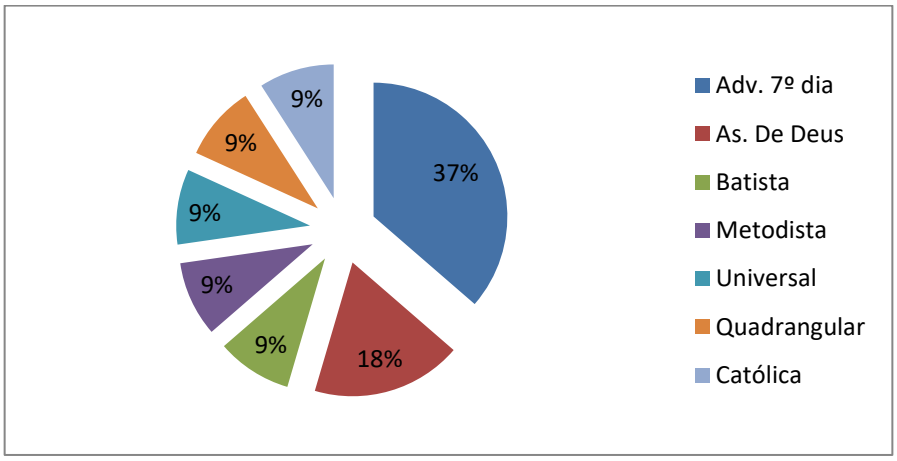
Gráfico 4: Religião



Fonte: A autora e Informantes haitianas s em Porto Velho

O gráfico 5 apresenta dados referentes ao questionamento sobre qual igreja frequenta. Observa-se que 37% frequenta a Igreja Adventista do 7º Dia, 18% a Assembleia de Deus, 9% a Igreja Batista, 9% a Igreja Metodista, 9% a Igreja Universal, 9% a Igreja Quadrangular, 9% a Igreja Católica. Fato esse que demonstra que a busca de apoio espiritual é muito importante para elas.

Gráfico 5: Qual igreja frequenta



Fonte: A autora e Informantes haitianas em Porto Velho

Segundo Haupenthal (2014, p. 54), a prática religiosa é onipresente na vida das mulheres migrantes haitianas, nos seus discursos, nas suas relações com a

família, nas novas relações que se estabelecem e na representação da própria Bíblia que carregam consigo como algo precioso e repleto de significados.

Nesse contexto, segundo Haupenthal (2014, p. 58), as migrantes haitianas encontram na religião evangélica, algo que as remete à cultura de origem, se sentindo, assim, acolhidas, ou seja, em casa.

A partir da participação das mulheres migrantes nas Igrejas, configuram-se as trocas culturais, tanto no que se refere ao conhecimento dessas mulheres com os hábitos da comunidade local, quanto no que se refere à valorização das manifestações culturais das migrantes pela comunidade acolhedora.

Geertz (1974) enfatiza que:

> Como sistemas entrelaçados de signos interpenetráveis a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos, casualmente acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições, ou os processos: ela é um contexto, algo dentro da qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade [...] compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. (GEERTZ, 1974, p. 10).

Podemos dizer que a religião é como um capital social partilhado pelas mulheres migrantes haitianas, pois contribui para a inserção social delas, sendo uma rede de apoio importante. Bourdieu (1980, p. 2-3) apresenta o capital social como um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de interconhecimento e Interreconhecimento, ou, em outras palavras, a pertença a um grupo de agentes não somente dotados de propriedades comuns, [...] “mas também, por laços permanentes”.

Percebemos na fala das informantes em nossas notas de campo, que a Pastoral das Crianças proporciona a elas uma acolhida eficiente, fazendo-as se sentirem inseridas na comunidade local.

Quanto ao motivo de escolherem o Brasil para viver, observou-se que não houve uma única razão, mas sim várias, principalmente a busca por trabalho e melhores condições de vida, além da necessidade de ajudar a família. Em Santos (2014, p. 89), apesar de ser um estudo direcionado para ambos os sexos, constatamos que as motivações das migrantes haitianas entrevistadas pelo autor correspondem aos resultados encontrados em nossa pesquisa, ou seja, trabalhar, melhorar de vida, ajudar a família que ficou no Haiti. Vejamos abaixo as respostas de algumas informantes que selecionamos:

> Porque tenho família e dois filhos no Haiti e precisa ajudar. A situação lá é muito difícil. (Informante nº 3).
>
> Para trabalhar e ajudar a família que é grande e passa por muitas dificuldades. (Informante nº 8).
>
> Necessidade de ajudar família, pai e mãe. (Informante nº 9).
>
> .

Percebeu-se que a preocupação das mulheres migrantes haitianas com a família deixada no Haiti está presente na fala de todas as informantes. Esse fato influencia suas atitudes diárias, como se fosse um tipo de indicação de um caminho.

Segundo Haupenthal (2014, p. 75), as migrantes haitianas buscam seguir rigidamente as orientações determinadas pela família antes de ingressar no Brasil: “trabalhar, rezar e poupar” (enviar dinheiro para a família).

Ao serem questionadas sobre com quem vieram para Porto Velho, as informantes nº 1, 2, 3, 4, e 9 responderam que vieram com os companheiros, a informante nº 5 veio com o marido, as informantes 10 e 11 vieram com os filhos, as informantes nº 6, 7 e 13 vieram sozinhas, a informante nº 8 veio com o marido e filha e a informante nº 12 veio com uma amiga. Devemos salientar que a maioria das informantes veio de Porto Príncipe e apenas a informante nº 10 veio da República Dominicana.

Sobre a experiência adquirida como migrante, a maioria das informantes se mostra satisfeita com a vida em Porto Velho, apesar de citarem as dificuldades encontradas. Porém, uma delas mostrou uma grande insatisfação em relação à questão de estudos. Sobre a viagem, a maioria relatou dificuldades e sofrimentos. A esse respeito sabe-se através de várias leituras feitas sobre o assunto que a viagem realmente apresenta muitas dificuldades, como roubos, violência e exploração por parte dos coiotes. Selecionamos os relatos de algumas informantes:

> Fui bem recebida, consegui aprender a língua, arrumei emprego e moradia. A vida é difícil, mas tá melhor. (Informante nº 4).
>
> Aprendi o português apenas, porque aqui não dão direito aos haitianos de aprender mais outras coisas (não tem vagas nas escolas) e a vida aqui não é o que eu esperava. (Informante nº 6).
>
> Aprendi o português e fazer comidas brasileiras, e que a vida aqui também não está fácil, mas Porto Velho é lugar de pessoas muito boas. (Informante nº 7).
>
> Na viagem o coiote comeu quase tudo que eu tinha e cheguei aqui só com um pouquinho de dinheiro. (informante nº 11).

Ao serem indagadas se continuam com os hábitos alimentares do Haiti, ou se estão incluindo outros hábitos no seu dia a dia, as informantes foram unânimes em

responder que continuam com os hábitos alimentares do Haiti, mas que também incluem os hábitos da comida brasileira no seu dia a dia. Percebe-se neste quesito, que as mulheres haitianas não encontraram dificuldades de adaptação quanto aos hábitos alimentares.

Segundo Bourdieu (1989),

> Hábitos alimentares são disposições da cultura que possuem capital simbólico particularizado em cada região, cada grupo social, com interações emblemáticas ou referenciais de um modo de ver e sentir o mundo, ou seja, trata-se da apreensão sobre as coisas do mundo, alimento, trabalho, e funciona como uma ordenação cognitiva e avaliada, adquirida através da experiência do sujeito em seu mundo social. (BOURDIEU, 1989, p. 83).

Barbosa (2015, p. 166-167) enfatiza que as mulheres migrantes haitianas trouxeram consigo um conjunto de práticas ligadas à sua alimentação no Haiti, desde a forma de preparar os temperos, cozinhar, mesclando ou acrescentando possibilidades e práticas alimentares nesse novo contexto em que passaram a viver, adequando-se aos hábitos alimentares locais. Elas fazem uso dos hábitos alimentares brasileiros, mas não deixam sua culinária de lado, e o preparo é sempre um ritual.

Nesse contexto, entende-se que a culinária é um forte elemento da cultura haitiana, e é por meio dos hábitos alimentares que essas mulheres procuram manter sua identidade, seus hábitos e seus costumes.

Conforme notas de campo, a sopa de abóbora servida no dia 1º de janeiro simboliza a luta e a história do povo haitiano. A etnicidade haitiana perpassa à culinária que resgata a história de libertação dos escravos. Conhecida como “soupe joumou” [13], é servida aos amigos e familiares no Haiti. As informantes relataram que continuam com esse hábito alimentar em Porto Velho.

Nesse sentido, percebe-se que a cozinha faz parte do imaginário das pessoas, sendo uma construção simbólica, pois faz parte dos hábitos e é também uma herança cultural, ou seja, os hábitos alimentares são inseparáveis da cultura de um povo.

Chartier (1990) argumenta que:

> No diálogo estabelecido entre a História Cultural e as diversas áreas de estudo como, a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia entre outras, a

[13]A “Soupe Joumou” celebra a Independência do Haiti em 1º de Janeiro de 1804, e é composta por ingredientes tais como: abóbora, muito tempero verde, salsa, cebolinha, alho, tomilho, cravo, carne de gado, cabrito (mais difícil de encontrar) batata doce, batata inglesa, inhame, cenoura, espaguete, um pouco de óleo, sal, pimenta e limão. (BARBOSA, 2015, p. 159).

> questão da alimentação pode ser mais facilmente compreendida como representação e como símbolo. As festas são representações, momentos em que afloram “esquemas intelectuais que criam as figuras sociais às quais o presente pode ser sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”. (CHARTIER, 1990, p. 16-17).

Nesse prisma, entendemos que, na visão de Chartier (1990), os fatores que interferem na escolha e preparo dos alimentos são marcadamente culturais.

Ao serem indagadas sobre reuniões com outras mulheres haitianas, a intenção dessas reuniões e sobre o que conversam, percebeu-se que essas mulheres não ficam isoladas, conversam entre si, desabafam e se divertem. A respeito da reunião com mulheres brasileiras, constatamos que as mulheres haitianas estão convivendo de maneira satisfatória com elas, fazendo amizades, e dessa forma sentindo que pertencem à comunidade que as acolheu.

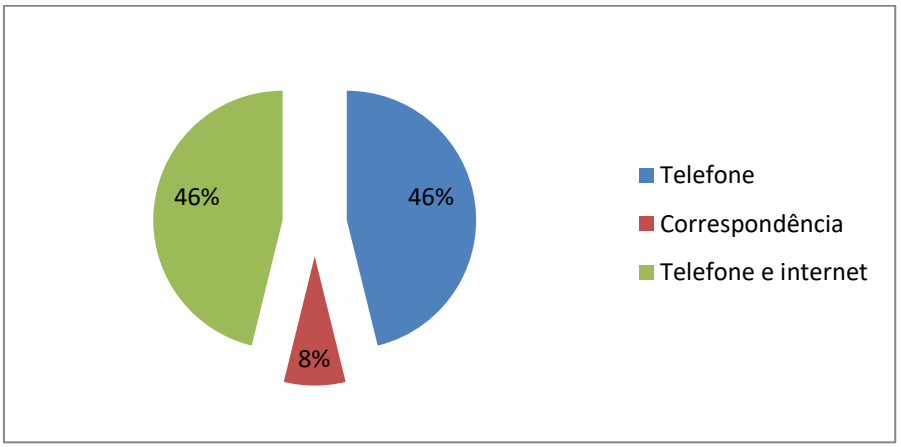
As mulheres haitianas têm o hábito de trançar os cabelos como forma de opção estética, como modo de construção legítima feminina, ou até mesmo como preservação da cultura do país de origem. Entretanto, elas podem optar por alisar os cabelos, como fazem as mulheres ocidentais, ou ainda ensinar as brasileiras a fazer as tranças, preservando assim a sua identidade de origem, pois, segundo Bauman (2004, p. 19), as identidades flutuam no ar: algumas da nossa própria escolha, outras infladas e lançadas por pessoas a nossa volta.

Hall (2014) enfatiza que o imigrante realiza trocas de experiências como necessidade de negociação social, pois essas pessoas:

> [...] são obrigadas a negociar as com novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente a sua identidade, a falar duas línguas culturais, a traduzir e nelas negociar entre elas, a viver em parte delas sem esquecer-se delas mesmas [...]. (HALL, 2014, p. 95).

Sobre a comunicação com a família que mora no Haiti (Gráfico 6)percebemos que o uso do celular e da internet é de suma importância para elas. Através desses meios de comunicação elas passam e recebem notícias dos seus familiares, falam sobre como está a vida em Porto Velho, combinam com outros familiares e amigos para se reunirem aqui, e avisam sobre remessas. Neste quesito 46% das informantes entrevistadas usam o telefone para se comunicar com familiares no Haiti, 46% usam o telefone e a Internet, e 8% se comunicam através de correspondência. Salientamos que nossos resultados são corroborados por Santos (2014, p. 108).

Gráfico 6: Como você se comunica com a família que mora no Haiti?



Fonte: A autora e Informantes haitianas em Porto Velho.

Castells (2003, p. 8) defende que a Internet "é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos", num momento escolhido em escala global.

Castells (2003, p. 10) pontua anda que, as instituições, as companhias e a sociedade em geral transformam a tecnologia, qualquer tecnologia, apropriando-a, experimentando-a. Esta é a lição fundamental que a história social da tecnologia ensina, e isso é ainda mais verdadeiro no caso da Internet, uma tecnologia da comunicação.

Hall (2003, p. 32) complementa o argumento de Castells (2003), enfatizando que a partir da sensação de deslocamento que acompanha a experiência da migração responsável pela tensão entre a tentativa de resgate e manutenção dos vínculos do passado e a emergência das novas experiências, favorecidas pela mudança, a Internet aparece como meio de comunicação mais sedutor por suas características de potencial e interatividade.

Ao serem indagadas se costumam lembrar, no Brasil, das comidas típicas do Haiti, das datas comemorativas haitianas, músicas e danças do Haiti, percebemos que o país de origem permanece vivo nas lembranças das haitianas. Em conversas informais elas afirmam que sempre ouvem as músicas haitianas, dançam e fazem as comidas haitianas. É como manter viva a presença do Haiti no cotidiano delas. Neste quesito selecionamos as respostas de algumas informantes:

> Gosto muito do carnaval do Haiti, mas não participava, porque sou evangélica. (informante nº 7).
>
> Gosto dos Hinos de Louvor da Igreja no Haiti, e tenho saudades do Ano Novo, nós fazemos “soupe joumou” e muito chocolate natural. (informante nº 10).
>
> Lembro de tudo do Haiti. Coisas boas e coisas ruins. (informante nº 4).

Em seus estudos a respeito de outros grupos étnicos em Porto Velho, Burgeile (2009, p. 396) pontua que os descendentes de barbadianos e granadinos adotaram a língua portuguesa, porém tentam manter sua identidade cultural através da preservação do folclore, das datas comemorativas, da religião, de comidas, entre outros.

Nesse sentido, Sayad (2000, p. 11) argumenta que o migrante mata a saudades participando dos encontros sociais, nos quais revive os contatos, a cultura, a língua e a gastronomia de sua terra natal. É, paradoxalmente, um retorno, sem retorno. Le Goff (1990, p. 40) complementa o argumento de Sayad (2000), enfatizando que a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma de suas atividades fundamentais dos indivíduos e da sociedade.

Ao serem questionadas sobre se tiveram dificuldades para encontrar trabalho e moradia, constatamos que algumas delas estavam com dificuldades de encontrar trabalho, e quando eram contratadas, o salário não era bom. Outro fator que se pode apontar para essa dificuldade é a presença de filhos pequenos, a ausência de creches e a baixa escolaridade. Vejamos a seguir os relatos das informantes sobre esta questão: as informantes nº 1 e nº 2 afirmaram que não tiveram dificuldades para encontrar moradia e trabalham em um restaurante como cozinheiras. A informante nº 3 teve dificuldade para encontrar moradia e está com dificuldade para arrumar emprego. A informante nº 4 não teve dificuldade para encontrar moradia, pois o primo do seu companheiro a ajudou. Ela trabalha fazendo faxinas (diarista) e nas folgas vende balas e doces. A informante nº 5 não teve dificuldade para encontrar moradia, mas não está trabalhando. As informantes de nº 6 e nº 7, afirmaram que demorou um pouco para encontrar moradia e trabalho. Ambas trabalham em uma pizzaria. A informante nº 8 teve dificuldade para encontrar moradia e não encontra emprego. A informante nº 9 teve dificuldade para encontrar moradia e trabalha em uma firma no setor de serviços gerais. A informante nº 10 não

teve dificuldade em encontrar moradia, pois o marido já estava em Porto Velho, porém ela não estava trabalhando, pois tem um casal de filhos adolescentes e uma menina de 2 anos. A informante nº 11 não teve dificuldades em encontrar moradia, pois já tinha um conhecido em Porto Velho. Trabalha fazendo faxinas (diarista) e nas folgas lava roupas para fora. A informante nº 12 não teve dificuldade em encontrar moradia, trabalha como empregada doméstica, e nos finais de semana quando surge uma oportunidade em alguma lanchonete ela trabalha servindo mesas e ganha por noite trabalhada. A informante nº 13 informou que quando ela veio para cá, o marido já estava aqui e que ele teve dificuldade para encontrar moradia. Ela não está trabalhando, pois tem um filho que está estudando no 1º ano do Ensino Fundamental.

No quesito com quem você mora, obtivemos de nossas informantes as mais variadas respostas, como: com o companheiro e um filho (informante nº 1); com o companheiro (informantes nº 2 e 9); com o companheiro e a filha (informante nº 3); com o companheiro e um primo dele (informante nº 4); com o marido (informante nº 5); mora sozinha (informante nº 6); com o marido, irmã, primas, tia e tio (informante nº 7); com o marido e os filhos (informantes nº 8 e 10); com colegas haitianos (informantes nº 11, 12 e 13).

Entendemos que o fato de várias pessoas morando na mesma casa se dá pela dificuldade que algumas pessoas tiveram em encontrar moradia, como também pelos valores dos alugueis que são caros, e dividindo as despesas como aluguel, água, luz, e alimentação, os custos são menores.

Ao indagarmos se os filhos estão em Porto Velho, observamos que as informantes nº 2, 4, 5, 6, 7, 9, 11 e 12 têm filhos no Haiti, as informantes nº 1, 3, e 8 têm filhos no Haiti e em Porto Velho, as informantes 10 e 12 têm filhos em Porto Velho. Entretanto, a maioria deixou um ou mais filhos aos cuidados de familiares no Haiti, por falta de condições de trazê-los. Apesar de que esse processo migratório visa melhorar a vida das crianças, sobre elas recai grande carga emocional, pois implica em estar longos períodos longe dos pais, principalmente das mães. (MEJIA, 2015, p. 7).

Mejia (2015, p. 8) argumenta que o objetivo das mulheres que deixam os filhos no Haiti, em um primeiro momento, é conseguir emprego e enviar dinheiro para sustentá-los, ajudar os membros da família que ficaram responsáveis pelo

cuidado com os filhos e se sustentar no Brasil. Geralmente é a mãe, uma irmã, e às vezes o marido que cuida dos filhos das mulheres migrantes. Em longo prazo, objetivam juntar dinheiro para trazê-los para o Brasil e melhorar as condições de vida.

Nesse contexto, percebe-se no argumento da autora acima citada, que distância imposta pela migração acarreta uma carga emocional muito grande, tanto para as mães que migram, quanto para os filhos que ficam no Haiti.

A respeito da função que exercem no trabalho, as que estão empregadas e atuam no ramo de alimentação recebem mensalmente. No entanto, alegam que os salários são baixos e insuficientes para cobrir todas as despesas. Outras ainda não estão trabalhando. As informantes alegam também que não possuem economias: algumas porque não trabalham e as que estão empregadas não conseguem economizar em razão das despesas próprias e mais a ajuda financeira que precisam enviar para os familiares que ficaram no Haiti. No entanto, a informante nº 12 chegou a Porto Velho em 2011 e, como trabalha como empregada doméstica passa o dia todo no trabalho e não tem muitos gastos com alimentação. Além disso, com os trabalhos extras que faz em lanchonetes nos finais de semana, ela tem um ganho extra, o que lhe permite fazer algumas economias, pois pretende comprar mercadorias na Bolívia e revender em Porto Velho.

Sobre as dificuldades com a língua portuguesa, percebemos, ao conversar com as informantes, que elas se expressam razoavelmente, porém algumas apresentam nível de dificuldade maior de se expressar. Vejamos os resultados atestados:

> Não tive dificuldades com a língua, porque quando cheguei fui à Pastoral dos Migrantes e aprendi. (informante nº 1);
>
> Foi difícil, mas aprendi. (informante nº 2);
>
> Aprendi rápido, porque fui nas aulas e aprendi. (informante nº 3).
>
> Demorei um pouco para aprender. (informante nº 4).
>
> Ainda tenho dificuldades coma língua portuguesa. (informante nº 5).
>
> Demorei um pouco para aprender porque é difícil, mas aprendi. (informante nº 6).
>
> É muito difícil, mas aprendi um pouco e quero melhorar. (informante nº 7).
>
> Aprendi um pouco e ainda estou aprendendo. (informante nº 8).

> Tive um pouco de dificuldade. (informante nº 9).
>
> Encontrei dificuldades, porque o português é difícil. (informante nº 10).
>
> Tive dificuldades no começo, mas agora não. (informante nº11).
>
> No começo foi difícil. (informante nº 12).
>
> Não tive muita dificuldade. (informante nª 13).

Hall (2006, p. 40) afirma que falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais, significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sentimentos culturais.

Bourdieu (1982, p. 32-33) complementa o argumento de Hall (2006), afirmando que a língua é um mercado, no interior do qual as trocas linguísticas são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus grupos respectivos. Esse mercado linguístico funciona como um mundo social dotado de suas próprias leis e regras que são apropriadas pelos indivíduos e se tornam habitus.

Percebe-se que, na visão de Bourdieu (1982), as migrantes haitianas ao se apropriarem da língua portuguesa estão se inserindo na sociedade local, o que para elas é muito importante no seu cotidiano em Porto Velho. Neste caso as migrantes haitianas ao se apropriarem da língua portuguesa estão adquirindo outra Língua Adicional[14].

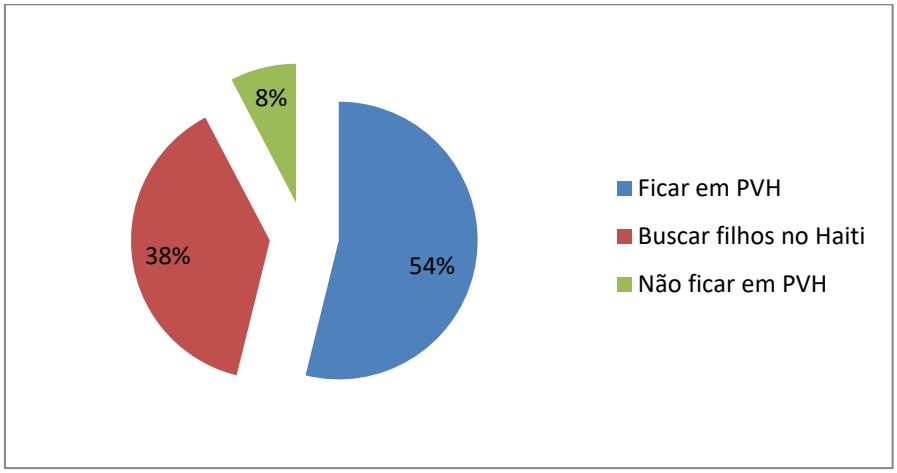
Nesse prisma, segundo Bolognini (2005, p. 23) os imigrantes entraram no país e trouxeram suas línguas maternas, outras histórias, outras ideologias. E o modo pelo qual eles foram constituídos por suas língua maternas foi determinante da forma pela qual eles se relacionaram com o português e com o Brasil. Para os imigrantes, o português era a língua do estrangeiro, do diferente. A maneira pela qual se deu a entrada e a adaptação do imigrante ao novo ambiente (dos falantes do português) estava articulada com a forma pela qual eles se relacionaram com o aprendizado do português.

---

[14]Esclarecemos que neste trabalho, usamos o termo Língua Adicional em substituição à Língua Estrangeira, por concordarmos com o conceito apresentado por Schlatter e Garcez (2009, p. 127) de que ela enfatiza “o acréscimo que a disciplina traz a quem se ocupa dela, em adição a outras línguas que o educando já tenha em seu repertório, particularmente a língua portuguesa”.

Ao serem questionadas quanto à pretensão de fixar residência em Porto Velho, ou voltar para o Haiti, ou ainda seguir para outro lugar do Brasil, a maioria das informantes afirmou que desejam permanecer em Porto Velho, e pretendem voltar ao Haiti apenas a passeio para visitar familiares e buscar os filhos. Neste quesito, constatamos que as migrantes haitianas estão satisfeitas com a cidade e que, apesar das dificuldades de emprego, elas pretendem construir aqui um recomeço de vida, alcançar os objetivos de melhorar de vida e buscar os filhos que ficaram no Haiti. Dessa forma, 54% das informantes desejam ficar em Porto,38% das informantes desejam buscar os filhos no Haiti e 8% não deseja ficar em Porto Velho (Veja Gráfico 7).

Gráfico n 7: Você pretende fixar em Porto Velho, ou pensa em voltar para o Haiti ou outro lugar do Brasil?



Fonte: A autora e Informantes haitianas em Porto Velho.

Neste quesito as informantes demostram o desejo de reunião familiar. Dessa forma, ao se estabelecer em Porto Velho e ter uma melhor situação econômica, o desejo de unificação da família é um dos seus objetivos, fazendo com que elas deem início aos procedimentos legais para esse fim. Devemos salientar que na data em que foi realizada a entrevista com a informante de nº 5, ela estava aguardando achegada da filha adolescente que seu marido foi buscar no Haiti.

Segundo o Estatuto do Migrante:

> A reunião familiar é uma modalidade de permanência que visa a aproximação da família, mantendo a unidade de seus membros. Assim, um estrangeiro registrado como permanente, ou um brasileiro, assume a qualidade de chamante de um ente familiar que se enquadre na condição de dependente legal (chamado) conforme previsto na norma 36/99 do Conselho de Imigração. A permanência com base na reunião familiar só

> será concedida ao estrangeiro que se encontrar com estada regular no país. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA).[15]

Sayad (2000, p. 11) afirma que: [...] o migrante só deixa de sê-lo quando não é mais assim denominado, e, consequentemente, quando ele próprio assim não mais se denomina, não mais se percebe como tal, o que não é um fenômeno muito comum [...].

Pode-se perceber na afirmação de Sayad (2000) que quando o migrante decide permanecer no país para o qual se deslocou, está, consequentemente, deixando de lado sua condição de migrante.

Quando indagados se pretendem estudar, a maioria das informantes responde que pretende fazer cursos profissionalizantes direcionados às áreas de alimentação, costura e beleza. Isso demonstra que elas já perceberam que para ter um bom emprego é preciso ter também qualificação. A informante nº 12 afirmou que está cursando a Educação para Jovens e Adultos (Ensino Básico) e fazendo um curso de cabelereira.

Em relação ao trabalho no Haiti, as informantes de nº 1 ao nº 11responderam que trabalhavam antes de vir para o Brasil, com predominância em feiras, no comércio, como domésticas e cozinheiras. Esse fato foi constatado ao comparar nossos dados com os de Fernandes (2014, p. 47). A informante de nº 12 respondeu que não trabalhava, pois o marido (atualmente é viúva) não permitia, e a informante nº 13 respondeu apenas que não trabalhava, pois tinha filho pequeno para cuidar. Entretanto, as que trabalhavam como domésticas disseram que o salário delas era bem melhor do que lhes é pago aqui. Disseram ter ficado sem emprego após o terremoto.

Ao indagarmos sobre a língua que falam e compreendem, percebemos que a maioria das informantes falam o crioulo e o francês, até porque o Haiti era uma colônia francesa. Segundo Evangelista (2010 p. 8), o crioulo é a língua falada por 100% da população, porém é considerada a língua baixa, usada no cotidiano, nas conversas particulares, nas relações com pessoas comuns. Entretanto, conforme Rodrigues (2008, p. 66-67), apenas 5% da população haitiana fala o francês que continua ocupando o status de língua de prestígio, apesar de o crioulo ocupar atualmente a posição social de língua oficial. Outras informantes falam também o

---

[15] Ministério da Justiça. Norma 36/99 do Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: http://www.mj.gov.br/Estrangeiros/concessão. htm Acesso em: 22/10/2016.

espanhol, e o inglês, mas não citaram como adquiriram o conhecimento dessa língua, provavelmente a proximidade com a República Dominicana, e a ocupação do Haiti pelos Estados Unidos as levaram ao conhecimento do espanhol e do inglês.

As informantes foram questionadas se pelo fato de serem mulheres e negras elas se sentem de alguma forma vigiadas pelos brasileiros e haitianos residentes em Porto Velho. Neste quesito, a maioria delas respondeu não. Apenas duas afirmaram se sentirem vigiadas pelo companheiro e marido. Entretanto, as informantes relataram que no Haiti as mulheres são bastante submissas, ou seja, dominadas.

A respeito de sofrerem ou terem sofrido violência no lar, fora do lar ou psicológica, doze informantes foram unânimes em afirmar que não sofreram ou sofrem qualquer tipo de violência, porém a informante nº 11 afirmou que sofria violência doméstica e apanhava muito do marido que é alcoólatra e por esse motivo se separou. A informante nº 8 informou que não sofreu violência e acrescentou que se o marido batesse, ela iria bater nele também e que sabe que no Brasil existe lei para quando o homem bate na mulher.

Nesse contexto, é necessário considerar que mesmo com a maioria das informantes afirmando não sofrer qualquer tipo de violência física ou psicológica no lar ou fora dele, esse assunto é muito delicado para ser discutido com elas, pois a vergonha de se expor, o medo de sofrerem represálias por parte dos maridos, companheiros e até mesmo da sociedade que geralmente culpa a mulher pela violência sofrida, faz com que o fato fique oculto, ou que quando muito elas se refiram ao assunto como se tivesse acontecido ou aconteça com algum parente, ou alguma amiga, mas nunca com elas. Esse fato foi constatado através das reportagens que citaremos a seguir.

Em uma parte do texto *Haiti: a vida sofrida da mulher haitiana*, Ana Maria Pereira diz:

> Como a maioria dos países latino-americanos, este é um país bastante machista e no qual os homens são bastante cruéis com as mulheres. Os casos de violência são parte da rotina e todos os dias inúmeros casos são reportados a policia. Provavelmente, muitos outros deixam de ser reportados às autoridades. O pior é que na cultura popular é justificável um homem bater em uma mulher. (PEREIRA, ANA MARIA).

Nesse mesmo sentido, segundo reportagem publicada por Francisco Assis, no sitio Notícias Terra, em 23/01/2010, a Embaixadora do Brasil no Haiti em 2010, Roseana Kepman, disse em entrevista que:

> Os homens engravidam várias mulheres ao mesmo tempo. As mulheres gostam da gravidez porque esse é o único momento em que elas não apanham. “Elas vivem apanhando dos maridos, mas quando estão grávidas ficam nove meses sem apanhar.” Por isso, quando falamos para as mulheres que elas precisam evitar a gravidez, elas retrucam que é o único momento em que não apanham.

Não iremos nos prolongar sobre o assunto, pois o mesmo já foi abordado no item 2.3, da seção 2 deste trabalho.

Sobre a serem discriminadas pelos brasileiros e haitianos residentes em Porto Velho, as informantes responderam que não.

A respeito do machismo dos haitianos, percebemos pelas respostas das informantes que, embora em pequena escala, o machismo está presente na vida das mulheres haitianas em Porto Velho. Entretanto, notou-se que não é algo que chega ao ponto de violência física. Vejamos o que dizem algumas das informantes a esse respeito:

> O meu companheiro é mandão. Ele tem ciúme, não gosta que eu faça amizade com homens brasileiros, porque ele fala que os homens brasileiros gostam muito de mulheres negras. (Informante nº 4).
>
> Não. O meu marido é muito bom me ajuda em casa e vamos á Igreja juntos, mas no Haiti tem muito machismo. Lá os homens batem nas mulheres. (Informante nº 8).
>
> Meu marido não é machista. Isso depende muito do jeito do homem ser. Se ele confia não é machista. (Informante nº 10).
>
> No Haiti sim. Lá os homens batem nas mulheres. (informante nº 11).

A esse respeito Rosa (2007, p. 83) afirma que a separação entre o mundo da casa e o da rua, está de maneira geral muito consolidada para o masculino haitiano. De modo curioso, ou pelo fato de os haitianos exercerem a dominação masculina de forma inquestionável, no mundo público haitiano parece haver uma projeção de que todas as haitianas representam a pureza, a submissão e a potencialidade para o exercício das tarefas domésticas. As mulheres exercem um papel fundamental no país, pois se constituem no sustentáculo da economia informal da sociedade haitiana. Entretanto, apesar dessa importante contribuição, os homens é que têm a última palavra, isto é, percebe-se uma cultura machista, na qual a mulher é submissa à vontade dos maridos, ou companheiros, mesmo com os diversos movimentos feministas existentes no país. (ROSA, 2007, p. 83).

Entendemos nesse contexto, que a dominação masculina para a maioria das mulheres haitianas é um comportamento natural, até pela falta de conscientização,

escolaridade e exclusão social e pelo fato da maioria da população feminina falar apenas o crioulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a estruturação e elucidação da identidade é o efeito da relação do indivíduo com o meio no qual ele se inclui, assim percebemos que a situação da migração muitas vezes executará o papel de conduzir às mudanças identitárias. É nesse sentido que consiste a contribuição desse trabalho que é o do entendimento do fenômeno das migrações das mulheres haitianas para o Brasil.Assim, esta pesquisa procurou responder às nossas inquietudes a respeito da realidade social e cultural das mulheres haitianas em Porto Velho.

Ao iniciarmos esta pesquisa verificamos, primeiramente, o perfil dos sujeitos entrevistados, quanto à faixa etária, estado civil, grau de instrução e religião. Estudamos as motivações que trouxeram as mulheres haitianas a Porto Velho e constatamos que, além da motivação ocasionada pelo terremoto de 2010 que devastou o país, os motivos são econômicos, pois o objetivo delas é o de melhorar de vida e ajudar a família.

Devemos salientar que o Haiti se localiza numa área propensa a terremotos e tempestades constantes. Nesse sentido, se antes do acontecimento de 2010, o país já era considerado o mais pobre das Américas, após esse acontecimento a situação ficou ainda mais caótica, por conta do aumento da pobreza e do desemprego, acarretando um deslocamento significativo da população várias regiões do Norte, Sul e Sudeste do Brasil.

Nesse contexto, salientamos que o migrante em geral carrega consigo fatores linguísticos, identitários, sociais, culturais, históricos, bem como suas memórias. Dessa forma, as migrantes haitianas buscaram na migração uma forma alternativa de prover suas necessidades e de suas famílias que ficaram no país de origem.

Entendemos que no mundo pós-moderno a sociedade se compõe por meio de várias mudanças, e o local que as migrantes haitianas escolheram para viver - Porto Velho é uma cidade na qual predomina uma multiplicidade de culturas, haja vista, sua formação ter se dado através de vários fluxos migratórios, ocasionando a hibridização histórico-social da cidade.

Observamos que ao chegarem a Porto Velho, essas mulheres se depararam com algumas dificuldades, principalmente relacionadas à questão de emprego e ao aprendizado da língua portuguesa. No entanto, apesar das dificuldades encontradas,

algumas estão trabalhando e já conseguem se expressar em português razoavelmente.

Em nossos estudos constatamos que as haitianas se ajudam mutuamente, tanto na questão financeira, quanto no que se refere à moradia, além de muitas vezes acolherem seus compatriotas, amigos, parentes, e até pessoas que não conhecem, bastando para isso que sejam de sua terra natal.

Percebemos que nossas informantes passaram, no seu país de origem, por um processo de marginalização, exclusão, desemprego, pobreza e baixa escolaridade, fatos que causaram a migração para o Brasil. Contudo, possuem determinação em vencer, trabalhar, melhorar de vida e fazer cursos profissionalizantes, frequentam as igrejas evangélica e católica e por meio da fé se fortificam no intuito de alcançar seus objetivos. Na memória trazem lembranças do Haiti e o revivem através da música, da culinária, da comemoração das datas simbólicas, fazendo suas comidas típicas e mantendo contato com parentes e amigos, através da internet e do celular.

Constatamos que elas, com enorme esforço, estão conseguindo se adaptar à nossa língua, aos nossos costumes, a nossa alimentação, às nossas músicas, ou seja, estão se abrasileirando, contribuindo, assim, para um hibridismo profícuo e a construção de novas identidades, todavia, sem relegarem as suas identidades de origem.

A pesquisa tornou-se um desafio causado pela desigualdade de gênero, pois as haitianas tinham menor exposição à vida pública, mais dificuldades com o domínio do português, o que dificultava a integração destas mulheres com a comunidade local.

Com os resultados desta pesquisa, procuramos mostrar a importância de se dar visibilidade à mulher haitiana no processo migratório. Neste sentido, não lançamos nosso olhar apenas para sua participação nesse processo, mas também sob a perspectiva do gênero.

Assim, nossa pesquisa, além de prazerosa, no nosso entender nos levou ao alcance do nosso objetivo principal que era o de verificar a realidade social e cultural das mulheres haitianas em Porto Velho. Todavia, não podemos dizer que termina aqui, pois ainda há muito que se investigar, pois todo trabalho de pesquisa sempre abre oportunidades para novos estudos.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, P. I, ROSA, *R. M. Em busca do visto prometido: uma análise das políticas migratórias e as aspirações da população migrante haitiana em Porto Velho.* Universitas Relações Internacionais. Brasília, v. 12, p. 91-108, jul./dez., 2014.

ALEXIS, J. S. *Prolégomènes à um manifeste du realisme merveilleux des Haitiens.* Dérives. Montreal, n. 12, 1970.

ALMEIDA, S. *Multiculturalismo.* Disponível em:<http://pt.scrib.com/archive/plasn>. Acesso em: 18/06/2016.

AMORIM, A. P. & LUCIA, R.: *A inserção laboral dos imigrantes haitianos no mercadode trabalho em Manaus*. São Paulo. UNICAMP, 2015. Disponível em: <http://marilia.unesp.br/homeeventos/2015/semináriointernacional-pos-graduaçao-em-cienciassociais/1-ana-paula-amorim-e-ricardo-lima.pdf> Acesso em: 20/05/2016.

ANDERSON, Benedect. *Comunidades Imaginadas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, T. M. *A soberania patriarcal. O sistema de Justiça Criminal no tratamento da violência sexual contra mulher.* Revista Sequência, 2005, p. 71-102.

APARAECIDA. *V Conferência General del Episcopado Latinoamericano y del Caribe.* Documento Conclusivo, 2ª Édicion, 13-31 de Mayo del 2007. Disponível em: <www.celam.org/aparecida/espanol.pdf>. Acesso em: 07/04/2016.

ASSIS, F. Notícias Terra. *Haitianas engravidam para parar de apanhar, diz embaixatriz.* Disponível em: <www.noticias.terra.com.br/mundo/ametica-latina/haitianas-engravidam-para-parar-de-apanhar—diz-embaixatriz>. Acesso em: 06/06/2016.

ASSIS, G. O. *Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais emigração internacional*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: 15 (3) 336, setembro/dezembro 2007. Disponível em:<http://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/s0104-026x2007000300015>Acesso em: 12/04/2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT 14724-2011. *Regras atualizadas 2016.* Disponível em: <http://flf.edu.br/downloads/outros/normas-da-abnt-2016.pdf> Acesso em: 15/09/2016.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: EFMG, 1998.

BAUMAN, Z. *Identidade. Entrevista a Benedetto Vechi*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros: Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BLAKMAN, C*. DO MAR DO CARIBE À BEIRA DO MADEIRA*: *A comunidade antilhana em Porto Velho.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Rondônia, 2015.

_____ Os imigrantes Antilhanos de Porto Velho. Disponível em:<http://oestrangeirodotorg.files.wordpress.com/2014/12/os-imigrantes-antilhanos-de-porto-velho-pdf.>Acesso em: 15/06/2016.

BRANCO, P. *Do gênero à Intersecionalidade: considerações sobre as mulheres hoje e em contexto europeu.* Centro de Estudos Sociais: Universidade de Coimbra, 2008.

BRASIL. *Lei nº 11.340 (Maria da Penha) de 07 de agosto de 2006. Cria Mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar nos termos do § 8 do artigo nº 226 da Constituição Federal. Brasil.* Diário Oficial da União.

BARATTA, A. *O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana.* Porto Alegre: Sulina, 1999.

BEKER, B. K.; MIRANDA, M. & MACHADO, L. O. *Fronteira Amazônica. Questõessobre a gestão territorial.* Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 1990.

BEZERRA, O. L. *Vai trabalhar vagabundo*. Valores e representações sobre o trabalho. Natal, RN, 2005.

BOLOGNINI, C. Z. *Relações de Contrato: A questão da cultura.* 1998. Disponível em: <www.revista.iel.unicamp.br/indexphp>. Acesso em: 20/03/2015.

BONIZZONI, P. Famílias *Transnacionais e reunião:* um aprofundamento no estudo das famílias migrantes. Trabalhadores migrantes, revisão de estudos e pesquisas sobre migração internacional. Milão. Franco Angeli, 2009.

BURGEILE, O. *Um estudo Sociolinguístico dos Afro-amazônidas no Brasil.* A Imigração e a Mudança de língua. Lewinston, New York: The Edwin Mellen Press, ISBN 13: 9780773448735, ISBN10: 0-7734-4873-X, 2009, 472 p.

BURKE, P. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Góes de Paulo. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2009.

_____. *Culturas da tradução nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo. Ed. UNESP, 2009.

_____. *A Cultura Popular na Idade Moderna*: Europa, 1500-1880. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. A identidade e a representação. Elemento para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. IN: O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomás. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

_____. *O poder simbólico.* Tradução Fernando Tomás. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Le capital social. IN: Actes de larecherche em ciences sociales*. V.31, janvier, 1980. Disponível em: <http://www.pirsee.br/webrevues/home/priscript/article/arss_0335_5322_1980_num31_1_2069>. Acesso em: 06/06/2016.

_____*A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 1982.

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.* Tradução de Ana Tereza Lessa e Heloisa Peza Cintra. São Paulo. EDUSP, 1987.

_____. *Consumidores e Cidadãos: Conflitos multiculturais da Globalização.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Tradução: Klais Brandini Gerdhart. São Paulo: paz e Terra, 1999.

_____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade.* Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHARTIER, R.*A História Cultural, entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL/BERTRAND, 1990.

CESAIRE, A. *Diário de um retorno ao país natal*. Tradução de Lilian Pestre de Almeida. São Paulo. EDUSP, 2012.

CEVASCO, M. E. *Dez lições sobre Estudo Culturais*. Boitempo Editorial. São Paulo, 2003.

CUCHE, D*. A noção da cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, M. C. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DIAS, S. O. A. *Violência contra a mulher, opressão e omissão: um grito de liberdade.*2016. Disponível em: <http://www.artigoscom/artigosacademicos/2049-violencia-contra-a-mulher-opressão-e-submissão-um-grito-de-liberdade>. Acesso em: 21/03/2016.

DUARTE, L. F. D. *Aonde caminha a moralidade*. Caderno Pagu, nº 41, p. 12. Campinas, 2013. Disponível em: <http://dex.doi.org/10.1590/so104-83332013000200003>. Acesso em: 12/05/2016.

DUBBAR, C. *Para uma teoria sociológica da identidade. Em: Socialização*. Porto Editora, 1997. Disponível em: <http://pt.scrib.com/doc/218260622/livro-claude-dubbar-socialização>. Acesso em: 14/11/2014.

DUTRA, Délia. *Mulheres Migrantes Trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho.* Rev. Inter. Mob. Humana. Brasília. Ano XXI n. 40, p. 177-193; Jan/Julh. 2013, ISSN 1980-8585. Disponível em: <http://www.csem.org.br/>. . Acesso em 22/02/2015.

_____. *Migrações Femininas Contemporâneas: Os desafios e as singularidades.* 2012. Disponível em: <www.csem.org.br/index.php/artigo/1191-migrações-femininas-contemporâneas>. Acesso em: 20/02/2015.

EAGLETON, T. *A ideia da cultura*. São Paulo. E. UNESP, 2005.
ESCOSTEGUY, A. C. *Uma introdução aos Estudos Culturais.* Porto Alegre, nº 9 Dezembro, 1988. Disponível em: <http://www.pucrs/famecos/pos/cartografias/estudos_culturais_ana.pdf>. Acesso em:12/02/2015.

EVANGELISTA, F. A. S. *Construções do fracasso "haitiano*". Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – PPGAS MN. UFRJ - Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://01.livrosgratis.com.br/cp12815.pdf Acesso em: 14/03/2015.

FARIA, A. V. *A Diáspora Haitiana para o Brasil: O novo fluxo migratório*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Pontifica Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. MG, 2012. Disponível em: <http://www.pucminas.br/teses/tratinesespacial_fariaav_1.pdf>Acesso em: 05/04/2016.

FERNANDES, Duval; CASTRO, C. M. *Projeto de estudos sobre a migração haitianaao Brasil e Diálogo Bilateral*. Disponível em: <http://www.obs.org.br/cooperação/746-projeto-de-estudos-sobre-a-migração-haitiana-para-o-brasil-e-dialogo-bilateral> I 2014. Acesso em: 16/06/2016.

FERREIRA, M. R.: *A Ferrovia do Diabo.* São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2008.

GARCIA, W. *Corpo, mídia e representação: estudos contemporâneos.* São Paulo. Thonson, 2005.

GASPARD, F. *Invisíveis, diabolizadas, instrumentalizadas: Figuras de migrantes e* suas filhas. In: As novas fronteiras da desigualdade entre homens e mulheres no *mercado de trabalho*. São Paulo. SENAC, 2003.

GEERTZ, C*. A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1995.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOTTARDI, A. P. P. *De Porto a Porto: O Eldorado brasileiro na percepção dos imigrantes haitianos em Porto Velho.* Dissertação de Mestrado da Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2015. Disponível em: <www.repositório.pucrs.br/dspace/.../1/000468131-TextoCompleto-0.pdf>. Acesso em: 03/03/2015.

HALL, S. *Quem precisa de Identidade?* In: SILVA, T. T. (Org.) Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais.* Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

_____. *Identidade e Diferenças A perspectiva dos Estudos Culturais.* Belo Horizonte: Ed. UMFG. 2006.

_____. *Centralidade da cultura*: notas sobre as revoluções culturais do nosso*tempo.* Disponível em: <http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02.pdf>.
Acesso em: 20/10/2015.

_____. *A Identidade Cultural na pós-modernidade.* Tradução: Tadeu da Silva. Rio de Janeiro. DP & A, 2014.

HANDERSON, J. *Diáspora: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname, e na Guiana Francesa.* Tese de Doutorado em Antropologia Social – PPGAS – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ, 2015. Disponível em: <http://www.laemiceppac.files.wordpress.com/2015/06/tese-joseph-handerson-pdf>. Acesso em: 25/01/ 2016.

HARDMAN, F. F. *O trem fantasma: a Ferrovia Madeira Mamoré e a modernidade naselva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HAUPENTHAL, F. L. Brasil: A Terra Prometida: um estudo sobre a adaptação do *imigrante haitiano no Estado do Rio Grande do Sul.* Dissertação de Mestrado-Universidade Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2014. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4692 Acesso em; 20/03/2016.

HENRIQUES, M. A. *Argumentos para uma viagem sem regresso:* Palops por via da saúde: um estudo de caso. Lisboa, 2009. Disponível em: <http://www.sociologico.revues.org/573>. Acesso em: 12/04/2016.

HOGGART, R. *As utilizações da cultura.* Lisboa. Presença, 1973.

KALTAR, C. *O estrangeiro no processo de globalização, ou a insustentável estrangeridade do outro*. Petrópolis: Vozes, 1999.

KRAWUSLKI, E. A. *Orientação Profissional e o Significado do Trabalho.* Revista da Associação Brasileira de Orientadores Profissionais. 2 (1), 69-76. Florianópolis, 1998.

LARAIA, R. B., *Cultura: Um conceito antropológico.* Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LAKATOS, E. M; MARCONI M. *Fundamentos da Metodologia Científica*. São Paulo. Atlas, 2001.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas. UNICAMP, 1990.

LISBOA, T. K. *Gênero e Migrações: Trajetórias Globais. Trajetórias locais de trabalhadoras domésticas.* Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana-Centro Scalabriano de Estudos Migratórios, v. 14, nº 26-27, 2006. Brasília. Disponível em: <http://docplayer.com.br/8583285-Centro-universitario-de-brasilia-faculdade-de-ciencias-juridicas-e-sociais-curso-relacoes-internacionais.html>. Acesso em 08/07/2016.

MARCO, C. F. *A desigualdade de gênero e a violência contra a mulher à luz da Convenção Interamericana para prevenir, punir, e erradicar a violência contra a mulher.* Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/3452/a-desigualdade-de-genero-e-a-violencia-contra-a-mulher-a-luz-da-convençao-interamericana-para-previnir-punir-e-erradicar-a-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 09/09/2016.

MACHADO, I. J. R. (*Org). Valadares em família: experiências etnográficas e deslocamentos. Brasília*, DF: ABA, 2014.

MARINUCI, R. *Feminização das Migrações*. 2007. Disponível m: <http://www.csem.org.br/pdfs/feminização_das_migraçoes_roberto_marinuci_200_pdf>. Acesso em: 12/06/2015.

MARTES, A. C. B. *Gestão Multicultural: deslocamentos populacionais*. Revista Brasileira de Política Internacional. V.1, p 1-2, 2008.

MATIAS, F. *Pioneiros.* Porto Velho. Ed. Maia, 1997.

MAY, Tim. *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEJIA, G.R. M. *Relato de experiência migratória de mulheres haitianas para o Sul do Brasil.* Disponível em: <http://www.ala.iia.unam.mx/memorias/simposios/ponenciasok/11/11.tin-tan.elpachucodeorolosotrosextremos.juanpablosilvaescobar.pdf>. Acesso em 23/05/2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA: NORMA 36/99 DO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. Disponível em: http://www.mj.gov.br/Estrangeiros/concessão.htm Acesso em: 22/10/2016.

MOREIRA, A. *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos*. Belo Horizonte, EDUFMG, 2001.

OLIVEIRA, R. C. *O Trabalho do Antropólogo*. 2ª ed. São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, M. C. S. *Violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres negras*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Jurídicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/93268>. Acesso em: 20/01/2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – *OMS. Relatório Mundial, 2002*. Disponível em: <http://www.opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>. . Acesso em: 21/08/2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES: *Mulheres migrantes enviam muito dinheiro aos seus países.* Disponível em: <http://swissinfo.ch/por/socieade/mulheres_imigrantes_enviam_muito_dinheiro_a_seus_paises.html?cid=3221794>. Acesso em: 02/03/2016.

PARELLA, R. S. *Mujerinmigrante y trabajadora: la triple discriminación*. Ed. Rubi. BracelonaAntophes, 2003.

_____.*SegregacionLaboral y vunerabildad social de lamujer inmigrante a partir de lainteración entre classe social, gênero y etnia*. Instituto De La Mujer. Ministero de Trabajo y AsuntosSociales. Madri, 2005, p. 97-136.

PEREIRA, A. M. Haiti: *A vida sofrida da mulher haitiana, 2015.* Disponível em: <http://www.brasileiraspelomundo.com/haiti-a-vida-sofrida-da-mulher-haitiana-181612816>.Acesso em: 06/06/2016.

PINTO, E. P. *Criação do Território Federal do Guaporé como fator de integração nacion*al. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1986.

PIOVESAN, F. *Temas dos Direitos Humanos.* São Paulo: Max Lemod, 1998.
_____*Direitos Humanos e o Direito Internacional.* 5ª ed. São Paulo: Max Lemod, 2002.

PRADO JUNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RAMOS, N. *Gênero, Identidade e Modernidade na diáspora*: In: A vez e a Voz da Mulher: Relações e Migrações. VI Congresso Internacional. Portugal, 2014.

RODRIGUES, L. C. B. *Francês, Crioulo e Vodu: A relação entre língua e religião noHaiti.* Tese de Doutorado. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/pgneolatinas/media/bancoteses/luizcarlosbalgarodriguesdoutorado.pdf Acesso em 20/10/2016.

RODRIGUES, N. R. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. Disponível em: <www.ufgd.edu.br/reitoria/neab/dowloads/os-africanos-no-brasil>. Acesso em: 11/03/2016.

ROSA, M.R. *Xenofobização da mulher negra migrante no processo de construção do feminino em emigração*. *A migração feminina haitiana em Santo Domingo*. 2007. Disponível em: <http://www.csem.org.br/renhu/index.php/renhu/wiewFile/58/50>. Acesso em: 12/03/2015.

SANTOS, Ednaldo Tartaglia. *Imigrantes haitianos: da dinâmica de saída à dinâmica de entrada*. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Letras. Universidade Federal de Rondônia. Núcleo de Ciências Humanas. UNIR. Porto Velho, 2014.

SANTOS, B. de S. *Os caminhos do cosmopolitismo/multicultural*. Org. Boaventura de Souza Santos, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, J. L. *O que é cultura?* São Paulo: Brasiliense, 2009.

SANTOS, M. *Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e método.* Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n. 54, 1987. Do Imigrante, Ano XVIII, número especial, 2000.

SCHLATTER, M; GARCEZ, P. M. *Línguas Adicionais (Espanhol e Inglês).* In: Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico. (Orgs.). Referenciais curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: linguagem, códigos e suas tecnologias. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico, 2009, v. 1, p.127-172.

SCHILLER, G. N. *Laços de sangue e fundamentos raciais do Estado-Nação transnacional.* Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº 48, junho de 1997.

_____. *Teorização feminista sobre Nação e Estado*. Tradução: Elizabeth Ramos In: Caderno CRH. Salvador, nº 33, p. 113-142, jul./dez., 2000. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufb.br/include/getdoc.%20php?idSoI&article=98>. Acesso em: 07/06/2015.

SAFFIOTI, H. J. *Violência de Gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

_____. *Gênero, patriarcado e violência.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *No caminho de um novo paradigma.* Centro de Referência da Mulher. São Paulo. Araraquara, 2002.

SALLADINI, *A. P. S. Trabalho e imigração. Os direitos sociais do trabalhador imigrante sob a perspectiva dos direitos fundamentais.* Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas. Paraná. Jacarezinho, 2011.

SANTO DOMINGO. *Conclusões IV Conferência do Episcopado Latino Americano*: *Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã*, 7ª Ed, 1992.

SAYAD, A. *O retorno: elemento constitutivo do imigrante*. Travessia, v. 13, n. esp. p. 7-32, jan. 2000.

SILVA, M. A. *As migrações e a diversidade cultural em Rolin de Moura a partir da década de 1970-1980.* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 2015.

SOARES, B. M. *Enfrentando a violência contra a mulher*. Brasília. CESECA, 2005.
SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro. Graal, 1983.

TEDESCO, J. C. *O gênero na Imigração: Redefinições de Papéis e Dinâmicas Étnicas*. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero. Ponta Grossa, v. 2 n.1, p. 44-55, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/index>.
Acesso em: 05/05/2016.

TEIXEIRA, B. *Vodu: cultura e religião, e resistência e solidariedade*. In: *Haiti por si: a reconquista da independência roubada.* Adriana Santiago (Org.). Fortaleza. Expressão Geográfica e Editora, 2013.

TEIXEIRA. M. A. D.: FONSECA, D. R. *História Regional* (Rondônia) 4. Ed. Rondônia. Porto Velho, 2003.

TRIVINOS, A. N. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.* São Paulo. Atlas, 1987.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência contra a mulher, 2015.* Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaviolencia_2015_mulheres_pdf>.
Acesso em: 23/04/2016.

WERNECK, J. *Nossos passos vêm de longe: Movimentos de Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e políticas públicas no Brasil.* Rio de Janeiro: Criola, 2008.

WILLIAMS, R. *Cultura e Sociedade*. (1780-1950). H. B.; Octam, S. M. e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

YOUNG, R. *O desejo colonial*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ANEXOS

APÊNDICE 1 QUESTIONÁRIO

Grupo I: Perfil

Nome: _____

Telefone_____

1 Idade: _____

2 Estado Civil:

3 Qual seu grau de instrução?

() Não escolarizado.

( ) Ensino básico incompleto.

( ) Ensino básico completo.

( ) Ensino superior incompleto. Qual?

( ) Ensino superior completo. Qual?

4 Frequenta alguma Igreja?

Não (...) Sim () Qual?

Grupo II: Questões de pertencimento

5 Por que você escolheu o Brasil para viver?

6 Com quem você viajou para cá?

7 Qual a experiência que você adquiriu como migrante desde a sua saída até chegar em Porto Velho?

8 Você continua com os mesmos hábitos alimentares que tinha no Haiti ou está incluindo novos no seu dia a dia?

9 Você se reúne com as mulheres haitianas? Não ( ) Sim () Com que intenção? O que geralmente vocês conversam?

10 Você se reúne com mulheres brasileiras? Não ( ) Sim ( ) Com que intenção? O que geralmente vocês conversam?

11 Como você se comunica com a família que mora no Haiti?

() Utiliza o telefone.

( ) Utiliza correspondência.

( ) Utiliza internet.

( ) Outros. Dê exemplos:

12 Você costuma relembrar alguns destes itens no Brasil?

() Comidas típicas haitianas.

( ) Datas comemorativas haitianas.

() Músicas haitianas.

() Outros. Dê exemplos:

Grupo III-Inclusão na comunidade e cotidiano.

13 Você teve facilidades para encontrar moradia e trabalho?

14 Com quem você mora?

15 Seus filhos estão em Porto Velho?

16 Que função você exerce no seu trabalho?

17 Você recebe:

Mensalmente ( )

Quinzenalmente ( )

Semanalmente ( )

Diariamente ( )

18 O seu salário dá para cobrir todas as suas despesas?

19. Você possui alguma economia?

20 Você teve algum tipo de dificuldade com a língua?

21 Você pretende fixar residência em Porto Velho ou pensa em voltar para o Haiti ou outro lugar do.Brasil?

22 Você pretende estudar?

Não (...) Sim () Qual o curso?

23 Você trabalhava no Haiti?

( ) Não () Sim. O que fazia? _____

24 No Haiti, você falava e compreendia quais línguas?

() Francês.

( ) Crioulo haitiano.

( ) Espanhol.

( ) Inglês.

( ) Outros.

25 Que língua (s) você fala e compreende?

Grupo IV:Questões de violência, gênero e preconceito racial.

26 Pelo fato de ser mulher e negra você se sente de alguma forma vigiada pelos brasileiros residentes em Porto Velho e haitianos?

27 Você já sofreu, ou sofre algum tipo de violência, seja ela no lar, fora do lar, física ou psicológica?

28 Você se sente discriminada pelos brasileiros residentes em Porto Velho e haitianos residentes aqui?

29 Há machismo entre os haitianos? Caso positivo, como acontece isto?

Outras informações:

APÊNDICE 2 TERMO DE CONSENTIMENTO

Estou de acordo com todas as perguntas e respostas transcritas pela pesquisadora, por isso, dato e assino:

Porto Velho, ____ de _____ de 2015.

_____

Informante